**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

IVAN DO NASCIMENTO CRUZ

**Contribuições da psicanálise lacaniana às
práticas de grupo
nas Instituições de Saúde**

**São Paulo
2015**

Contribuições da psicanálise lacaniana às práticas de grupo nas Instituições de Saúde

Dissertação apresentada ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo
para obtenção do título de
Mestre em Psicologia Clínica.
Área de concentração:
Psicologia Clínica. Orientador:
Prof. Dra. Maria Lívia Tourinho
Moretto

**São Paulo
2015**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ivan do Nascimento Cruz

Contribuições da
psicanálise lacaniana
às práticas de grupo
nas Instituições de Saúde

Dissertação apresentada
ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São
Paulo, para obtenção do
título de Mestre. Área de
concentração: Psicologia
Clínica

Aprovada em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Aos meus queridos pais, exemplos de
força e dedicação, pois é preciso ser forte,
valente e robusto para viver no sertão.*

AGRADECIMENTOS

À queridíssima orientadora e pessoa Maria Lívia, que me acolheu nos momentos mais difíceis desse trajeto por vezes muito árido, mas que acreditou mais em mim do que eu mesmo, ganhando meu mais profundo respeito e admiração, uma pessoa capaz de nos fazer tirar do impasse a força viva da superação.

À minha mais que querida e amada Juju, que foi uma guerreira, uma linda, uma companheira ao meu lado, sem ela esse mestrado não teria sido o que foi, por ter batalhado ao meu lado.

À minha família, e em especial minhas irmãs, com quem aprendi muito cedo as dificuldades e as alegrias de se viver em grupo.

Ao grupo de orientação, pelas importantíssimas contribuições, me fazendo ouvir mais do que a mim mesmo: Marcos Brunhari, José Eduardo, Mayra Xavier, Luciana Chagas, Cláudia Vidigal, Elton Souza, Claudio Akimoto e Cristiana Rua.

À querida Silvana Pessoa, por me acompanhar nesse percurso de formação analítica, ajudando a desentupir as orelhas de significantes.

À Maria Lúcia Araújo Andrade, pela coerência da sustentação dessa experiência tão fascinante e ao mesmo tempo angustiante e estranha que é a psicanálise, sou-lhe profundamente grato por sua reserva.

Aos caríssimos professores do LATESFIP Christian Dunker e Nelson da Silva que muito contribuíram na qualificação.

Aos colegas do LATESFIP, especialmente Rodrigo Camargo, Felipe Scatambulo, José Olmos, Luiz Bruder e Bruna Martins.

À professora Andrea Guerra, que teve o meticuloso trabalho de ler meu texto e ter transmitido de tão longe o seu compromisso de forma muito atenciosa e afável.

Ao professor Luís Cláudio Figueiredo, que também contribuiu na reta final desse mestrado e aos participantes da sua disciplina.

Aos colegas do cartel “Psicanálise nas Instituições”: Nádia Marini, Isaac Soares, Heliane Groff e Silvana Pessoa.

À querida Kátia Zacharkiv, com quem troco muitas experiências sobre a clínica e a vida.

Ao pessoal bacaníssimo da USA São Pedro: Thiago, Patrícia, Sônia, Nilze, Miltão, Neila e Fernando.

Ao pessoal dos setores das Administrações da USA São Pedro, da USA Fazendinha e do Colinas, que muito ajudaram em momentos que precisei.

À Jonas Boni e Robson Colossio, que me muito me ajudaram quando este mestrado ainda era só um pequeno projeto.

Aos colegas Leandro Salebian, Janaína Klinko, Claudio Akimoto, Marcos Brunhari, Viviane Yonamine, Elton Souza, Fernanda Cristiane e o queridíssimo amigo Rafael Baioni, que muitíssimo me ajudaram na elaboração final do texto.

À querida amiga Fabiana Catanzaro, com quem partilhei muitos bons momento dessa vida, e que me deu força nesses últimos passos.

Ao tio Gilson, tia Idalina, Kleber, Tio Gilson e Tio Gival, por quem tenho grande afeto.

Aos amigos queridos do coração Danilo, Marcos, Cintia, Aécio e Juliana. A todos aqueles dos quais me afastei por conta desse período de grande e intensa elaboração.

Aqueles que me confiaram à tarefa de escutá-los na clínica. Aos parceiros da Biblioteca: Renato e Wanderley.

Ao Alexandre Silva, e Juju novamente, pela aventura desesperada do dia da entrega da qualificação.

À Boland, este inusitado artista, nas palavras e Luciana e Pirelli.

A todos aqueles amigos e colegas que me apoiaram com palavras de incentivo e força.

“O tirano contra quem podes considerar adequado te revoltar não é somente aquele que se atribui um direito sobre seu tempo, é também esta imagem de ti que é preciso ultrapassar. Diante de teu espelho, formas contigo uma multidão” (POMMIER, 1989, p. 25).

RESUMO

CRUZ, IVAN DO NASCIMENTO. **Contribuições da psicanálise lacaniana às práticas de grupo nas Instituições de Saúde**. 2014. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, da Universidade de São Paulo, São Paulo, 118 p.

Nossa pesquisa visa problematizar o dispositivo de grupo a partir da psicanálise lacaniana. A questão da qual partimos foi: *Se a psicanálise aponta para o singular do sujeito, como trabalhar com dispositivos de grupos sem dissolvê-las num universal?*

Num primeiro momento, mapeamos alguns elementos históricos do surgimento da noção de grupo. Extraímos daí que tal noção nasce concomitantemente à noção de indivíduo, ambos tomados como totalidades. A psicanálise, por sua vez, não parte do indivíduo, pois tem como fundamento e horizonte de intervenção o sujeito, de forma que o dispositivo de grupo também deve levá-lo em conta. Na sequência, o tema grupo é investigado nas obras de S. Freud, W. R. Bion, E. Pichon-Rivière, J. Lacan procurando extrair-lhes uma lógica coletiva. A partir de Freud, temos um esquema no qual a tendência do grupo é fazer massa, identificando-se ao mesmo tempo verticalmente sob uma insígnia do mestre colocado como Ideal do Eu, e horizontalmente entre os sujeitos a partir do Eu, tendendo a apagar suas singularidades através de um grupo imaginariamente completo. Com isso, vemos a questão da identificação se tornar um problema central na questão dos grupos. Assim procuramos elementos que pudessem nos auxiliar para que o grupo não ceda aos efeitos imaginários. Frente a isso, Bion trouxe uma primeira contribuição do “grupo sem líder”, para quem o analista não atua do lugar de líder, trazendo a importante ideia de descompletar o grupo; Pichon, por sua vez, traz a ideia de interdependência dos sujeitos afirmando uma lógica coletiva, uma vez que os sujeitos não são mônadas isoladas. Na sequência, foi importante o recurso ao dispositivo de cartel, órgão de base da Escola lacaniana, o qual aponta para um grupo não completo, dado que a função do +1 é justamente descompletar o grupo a fim de mitigar seus efeitos imaginários. Nosso próximo passo foi abordarmos os “efeitos de sujeito” - em oposição aos efeitos imaginários - a partir do recurso de vinhetas clínicas de atendimentos de grupos em articulação à contribuição lacaniana da sua tríade Imaginário, Simbólico e Real. A consideração desses três registros apontou para outro modo de universalizar um grupo como prescindindo do significante, uma vez que o que Lacan denominou como *objeto a* escapa às suas determinações simbólicas e imaginárias em suas tendências identificatórias e homogeneizantes. Extraída tal lógica coletiva, apontamos que o analista num grupo tem sua função ancorada no *objeto a*. Além disso, o analista deve considerar os efeitos da fala que os sujeitos têm entre si, visto que a transferência circula entre os sujeitos. Uma vez que os sujeitos em grupo tendem a responder às demandas um do outro, concluímos que é importante ao psicanalista fazer circular a palavra, de modo a manter a significação aberta, para que ninguém venha a ocupar o lugar de Ideal do Eu. Por fim oferecemos um quadro de leitura das experiências ambivalentes de grupo: como experiências produtivas (de determinação e indeterminação), mas também improdutivas (de indeterminação e determinação). Finalmente, concluímos que o dispositivo de grupo pode ser um importante dispositivo de intervenção clínica, ética e política para o campo da Saúde.

Palavras-chave: Psicanálise; Práticas de grupo, Lógica Coletiva; Laço Social; Instituição de saúde

ABSTRACT

CRUZ, IVAN DO NASCIMENTO. **Contributions of Lacanian psychoanalysis to group practices in health institutions**. 2014. Master's Degree Dissertation, Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2014. 118 p.

This research aims to problematize the device group from Lacanian psychoanalysis. The question with which we started was: If psychoanalysis points to the singular subject, how to work with groups devices without dissolving them in a universal? Initially, we mapped some historical elements of the emergence of the notion of group. We extracted from this that such notion is born simultaneously with the notion of the individual, both taken as totalities. Psychoanalysis, in turn, does not arise from the individual, because it is based and has as intervention goal the subject, so that the device group should also take it into account. Subsequently, the group theme is investigated in the works of S. Freud, Bion, E. Pichon-Rivière J. Lacan seeking to extract from them a collective logic. From Freud, we have a scheme in which the tendency of the group is to make dough, identifying both vertically under a master insignia placed as the Ideal Self, and horizontally among subjects starting from themselves, tending to erase their singularities through an imaginary whole group. Therewith, we see the issue of identification become a central point in the matter of groups. Thus we seek elements that could help us so that the group does not give in to imaginary effects. Faced with this, Bion brought a first contribution of the "leaderless group", to which the analyst does not act in the place of leader, bringing the important idea of not to complete the group; Pichon, in turn, brings the idea of interdependence of individuals stating a collective logic, since the subjects are not isolated monads. Thereafter, it was important to make use of the cartel device, organ base of Lacanian School, which points to a not complete group, since the function of the +1 is precisely not complete the group in order to mitigate its imaginary effects. Our next step was to approach the "effects of subjects" - as opposed to imaginary effects - from the use of clinical vignettes used on groups treatment in articulating their contribution to the Lacanian triad Imaginary, Symbolic and Real. The consideration of these three records, pointed to another way of universalizing a group as waiving significant, since what Lacan has termed as escape object to their symbolic and imaginary determinations in its identificatory and homogenizing trends. Extracted such collective logic, it is possible to indicate that, in a group, the analyst has his role anchored in the object. In addition, the analyst must consider the effects of speech that individuals have with each other, since the transfer circulates between subjects. Since the subjects in groups tend to respond to each other demands, we conclude that it's important the psychoanalyst to circulate the word, in a way to keep an open meaning, so no one will take the place of the Ideal I. Finally we provide a reading framework for the ambivalent group experiences: as productive experiences (determination and indeterminacy) but also unproductive (of indeterminacy and determination). Lastly, we conclude that the group device can be an important tool for clinical policy in the field of health care intervention and ethics.

Keywords: Psychoanalysis; Group practices, Collective Logic; Social lace; Health institution

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Justificativa e relevância.....	20
1.2 Objeto	20
1.3 Método	21
2 ELEMENTOS HISTÓRICOS DO CAMPO GRUPAL	22
2.1 Transmissão do grupo e grupo de transmissão.....	25
2.2 Da crítica dos ideais normativos	27
2.3 A dupla emergência: indivíduo e grupo	29
2.3.1 <i>Notas sobre a intersubjetividade</i>	31
2.4 O acirramento das contradições	34
2.5 O nascimento da psicologia das massas	35
2.6 Acerca do declínio da forma indivíduo	37
2.7 O grupo como intermediário	38
3 TEORIAS DE GRUPO E PSICANÁLISE.....	42
3.1 O grupo em Freud.....	43
3.1.1 <i>O furo no sujeito e no grupo</i>	48
3.1.2 <i>A questão da identificação</i>	49
3.2 Um breve histórico acerca das teorias de grupo.....	52
3.2.1 <i>O grupo como um Todo ou o “a-mais grupal”</i>	54
3.2.2 <i>A consideração do inconsciente nos grupos</i>	55
3.2.3 <i>Pichon-Rivière: a interdependência dos sujeitos</i>	59
3.3 Um balanço das teorias de grupo	61
4 PSICANÁLISE LACANIANA E GRUPOS	65
4.1 O cartel: descompletando o grupo	66
4.2 Da multidão ao cartel.....	69
4.3 O grupo a partir dos registros Imaginário, Simbólico e Real	74
4.3.1 <i>O Imaginário</i>	77
4.3.2 <i>O Simbólico</i>	82
4.3.3 <i>O Real</i>	86
4.4 O grupo psicoterapêutico e as entrevistas preliminares.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa nasceu da minha experiência como psicanalista em uma Instituição Pública de Saúde, localizada em um município da Grande São Paulo, que propõe o dispositivo de grupos terapêuticos como modelo de atenção aos usuários que demandam algum tipo de ajuda para seu sofrimento psíquico, ou que são encaminhados por outros profissionais.

Nesta instituição, do ponto de vista administrativo, a exigência que se faz, em termos de produtividade mínima por profissional psicólogo, é de que sejam atendidos 18 pacientes por dia, numa jornada de trabalho de 6 horas.

Isto certamente se relaciona com a proposta do recurso aos dispositivos grupais, e com o crescente incentivo para que os atendimentos individuais sejam diminuídos, ou até mesmo, banidos destes serviços. Basicamente, são duas as justificativas frequentemente apresentadas pela Instituição para o recurso ao dispositivo grupal: diminuição das filas de espera por tratamento e a redução dos custos. Essa última é uma das justificativas que Correia (2000) aponta como mercantilização da saúde pública, pois é sabido que um grupo requer menos recursos financeiros para sua operação.

Ainda que as justificativas acima, mesmo que não se baseiem necessariamente nos resultados das experiências clínicas, pareçam lógicas do ponto de vista da gestão das Instituições do Sistema Único de Saúde, a ponto de influenciar a decisão a respeito do modo de tratar do sofrimento psíquico, a nós parece fundamental a problematização e a discussão de tal decisão, uma vez que, à primeira vista, considerações éticas, políticas e epistemológicas e propriamente clínicas passam ao largo da discussão.

Quando dissemos que o argumento de um aumento quantitativo de atendimentos não é nem de perto e nem de longe um critério de nossa práxis é porque o discurso do analista opera no avesso do discurso do mestre, pois caso operasse por essa via estaria no lugar do escravo daquele que trabalha para o mestre que se satisfaz com o aumento da produção estatística (ALBERTI, 1996).

No geral, as instituições públicas de saúde (como CAPS, UBS, NASF, hospitais, etc.), onde os dispositivos de grupo são largamente utilizados, vêm sendo

alvo de um crescente número de profissionais analiticamente orientados, o que é comprovado pelos inúmeros trabalhos que apontam para os limites e as possibilidades do trabalho do psicanalista dentro dessas instituições (FIGUEIREDO, 2002; MORETTO, 2006).

A entrada do psicanalista nas instituições teve início na década de 60, quando o campo da saúde mental sofreu mudanças a partir das novas políticas psiquiátricas e à reformulação das noções de saúde e doença propostas pela OMS (1948). Nesse caminho de reformulações, a clínica psicanalítica esteve presente, de uma forma outra.

Figueiredo (2010) ressalta que uma das reorientações que a práxis do psicanalista sofreu ao adentrar as instituições de saúde partiu da coabitação com outros profissionais, exigindo um trabalho *articulado* com sua equipe de saúde e com outras instâncias como escolas, casas transitórias, presídios, juízes, etc. Necessariamente *articulado*: pois a entrada do psicanalista numa instituição – contratado, via de regra, como psicólogo – não é a mesma coisa que sua inserção. Para que o psicanalista de fato opere na função de analista de forma articulada a uma equipe ele deve tomar parte nas tomadas de decisões acerca dos sujeitos (FIGUEIREDO, 2010; MORETTO, 2006). A inserção aqui, nesse sentido, refere-se ao:

(...) processo de construção desse lugar (...) é algo que só pode ocorrer (ou não) no próprio campo da relação estabelecida entre ambos a relação equipe-subjetividade dos pacientes, que indica o posicionamento da equipe frente ao surgimento da subjetividade dos pacientes, e que pode nos remeter imediatamente à relação que cada equipe guarda com a sua própria subjetividade levando em conta a relação do psicanalista com a equipe não como uma entrada física, mas a partir do campo. (MORETTO, 2006. p. 58).

Ou seja, a inserção exige tempo e articulação dos sujeitos aí envolvidos num reconhecimento não só da subjetividade de cada um, mas de uma estrutura que os situa num campo. Dessa forma, assim como os espaços públicos exigem que os sujeitos se confrontem, que exerçam a arte de negociar interesses comuns (GOMES E SILVA, 2007), nas instituições, é necessário que o psicanalista leve em consideração uma dimensão de lógica coletiva com todas as suas contingências, pois ele faz parte de grupos, se articula com grupos e opera pelos grupos.

Os psicanalistas lacanianos, por sua vez, vêm tomando os dispositivos de grupo, desde o final da década de setenta, como campo epistemológico e clínico

(PONTALIS, 1963/1972). São exemplos atuais de trabalho a partir de dispositivos de grupo psicoterapêuticos¹: Pinto (2009) e Tiussi (2012) com grupo psicoterapêutico de crianças portadoras de problemas no desenvolvimento; Costa-Rosa e Pastori (2011), Holck et al (2007) com grupo psicoterapêutico com adultos; Pessoa (2008) grupo escolar a partir do dispositivo do cartel lacaniano.

Embora Freud não possua uma teoria sobre o grupo terapêutico, há em sua obra textos que tem por *objeto* a cultura, a civilização, o social, a sociedade, as massas, a coletividade, as instituições, etc., colocando em xeque os ideais sociais normativos, na medida em que apontou para constituição do sujeito advir a partir da interiorização de normas e condutas do social. Mas Freud não se furtou a apenas colocar como fatores etiológicos da neurose as convenções morais da sociedade (SILVA, 1999), mais que isso: ele também apontou que não somente o sujeito tem sua constituição a partir e pelo social, mas que sofre a partir dos valores sociais.

A psicanálise desde seu início afastou a ideia de que a vida social é um lugar de harmonia, pois as relações de poder são constituintes da vida mental e social: o sujeito tem o outro como elemento fundamental de sua experiência, tomando-o como modelo, objeto, auxiliar e oponente (FREUD, 1921/2011). Desse imbricado terreno que é o campo do Outro, o sujeito é afetado por determinações simbólicas e imaginárias, cujas narrativas a respeito do sintoma, sofrimento e mal-estar são extraídas elas mesmas de uma comunidade, de um outro, que as nomeia, assegura, sanciona ou repele (DUNKER, 2010). Nesse sentido, certas narrativas são excessiva ou insuficientemente nomeadas, possibilitando entrar ou não na esfera do reconhecimento. O sujeito só sofre porque fala e é falado, visto que todo autodiagnóstico é, no fundo, um heterodiagnóstico (DUNKER, 2010).

Isso nos interessa sobremaneira, já que quando nos valemos do dispositivo de grupo estamos agrupando formas de vida muito distintas, onde as tensões entre as diversas narrativas emergem, pois é por tratar de tais dimensões que um grupo psicoterapêutico acontece. Seria então o caso de trabalhar a favor de uma planificação nos modos de entendimento a respeito da dimensão de sofrimento que os sujeitos têm uns dos outros? Em outras palavras, trabalhar a favor de uma

¹ Foram realizadas buscas nas bases de dados BIREME, BVS e DEDALUS a partir dos descritores “LACAN(IANO)” + “GRUPO/AL” e encontramos apenas 10 artigos. Incluímos ainda nessa busca descritores semânticamente próximos a “GRUPO” como “COLETIVO(A)”, e ainda “OFICINAS TERAPÊUTICOS”. O resultado da busca verteu em 15 produções apenas. A busca foi atualizada em 20/10/2014.

linguagem de comum acordo? Sim se caso concebêssemos a linguagem como um instrumento, uma linguagem-ferramenta, como se emissor e receptor fossem exteriores ao campo do discurso. Nesse caso, estaríamos próximos a uma ortopedia de grupo (LACAN, 1953/1998). Como conceber então a comunicação em grupo já que a psicanálise tem como via privilegiada o campo da linguagem e da palavra?

Há um argumento de que a utilização das psicoterapias grupais facilita a comunicação e a identificação entre os membros através do compartilhamento dos mesmos códigos linguísticos (COSTA, 1989). Sem discordamos que tal compartilhamento possa facilitar o processo psicoterapêutico em alguma medida, isso por si só não caracteriza um processo terapêutico. Estamos interessados em apreender o grupo, assim como o próprio sujeito é constituído no e pelo campo da linguagem, a partir de uma estrutura discursiva (PESSOA, 2008), em que nele seja possível uma heterogeneidade discursiva (PINTO, 2009), uma interdiscursividade (KAËS, 2005). Vemos então a relevância de ter uma teoria da linguagem articulada à constituição do sujeito, uma vez que a relação sujeito a sujeito é atravessada pela linguagem.

Partiremos do pressuposto que o jogo intersubjetivo linguagem é a relação constituinte e transformadora dos sujeitos, pois quando falamos somos capturados por um mecanismo impessoal, somos, antes de tudo, falados pelo Outro. Antes de nascer, o *infans* já faz parte de um universo simbólico que o antecede e que lhe serve de apoio. O Outro aqui é uma alteridade dessemelhante no interior do próprio sujeito da mesma forma que o é em relação aos sujeitos empíricos, ao semelhante.

Embora o ato analítico alcance apenas a singularidade de um sujeito numa análise individual, sua experiência promove profundas alterações nos seus laços sociais, e nisso está a potência subversiva da psicanálise. Isso porque, de forma resumida, a experiência de análise direciona o sujeito ao reconhecimento da alienação constitutiva do seu desejo enquanto desejo do Outro. Que o psicanalista não dirija a pessoa e sim o tratamento isso está claro (LACAN, 1958/1998), mas de quais operadores psicanalíticos podemos nos valer para que a direção do tratamento do grupo não seja um exercício de poder?

É do famigerado texto “Psicologia das massas e análise do ego” (FREUD, 1921/2011) que os trabalhos em grupos psicoterapêuticos extraem os primeiros elementos de um laço social, cuja formação aponta para os riscos dos chamados “efeitos de massa”, porque o grupo é lugar privilegiado para os fenômenos de

sugestão, ou seja, de relações de poder verticalizadas. De forma bastante resumida, trata-se de um conjunto de sujeitos que colocaram um líder como mesmo *Ideal do Eu* (identificação vertical) com a concomitante identificação entre os Eus dos sujeitos (identificação horizontal). A tendência do grupo na relação com o líder é fazer massa, alienando-se sob o Um do mestre, sob uma insígnia universal tendendo a apagar sua singularidade. Com isso, vemos a questão da identificação tornar-se um problema central na questão dos grupos.

Isso nos parece de extrema importância quanto à direção do tratamento, pois o analista ao promover um dispositivo de grupo, ele pode ser colocado no lugar do ideal de Eu sob os efeitos da transferência. Mas então de que outro tipo de laço social nós poderíamos nos valer que não fosse calcado pela via da uniformização dos sujeitos através de traços identificatórios? Nesse percurso então é que serão importantes as contribuições da psicanálise lacaniana.

Ainda que se alienem sob um traço imaginário uniformizado, há também um acréscimo no nível do Eu em cada sujeito que prescinde de tal consistência imaginária.

O que desejo é a identificação com o grupo, porque é certo que os seres humanos se identificam com um grupo; quando não se identificam estão fracassados, estão isolados. Mas não digo com isso a que ponto devem se identificar. (LACAN 1974-75, p. 64-65).

Seria então nesse ponto a que os sujeitos possam se identificar – a princípio enigmático, pois que causa o desejo – que habita o sujeito no que lhe é mais singular como resto do que escapa às suas determinações simbólicas e imaginárias, e que Lacan denominou de *objeto a* (LACAN, 1959-60/2008) que um grupo possa se constituir de forma não homogênea? Ou seja, haveria um ponto para além da identificação de um traço, de uma insígnia sob a qual pode se constituir um grupo? Se sim, não seria então o caso de compreender o grupo simultaneamente como formado a partir da semelhança, da identificação por um traço, mas também formado pelas diferenças, ou seja, daquilo que prescinde de um traço? O que será então possível extrair para clínica a partir deste percurso que vai de Freud a Lacan para a questão dos grupos?

Assim como Freud, o psicanalista Jacques Lacan, também não escreveu textos que abordassem diretamente o dispositivo de grupo terapêutico. Mais do que isso: vemos historicamente uma suspeita maior quanto à sua prática. Basta

lembrarmos um dos primeiros posicionamentos de Lacan acerca dos grupos:

(...) direi que meço os efeitos de grupo pelo que ele acrescenta de obscenidade imaginária ao efeito de discurso [mas], (...) Não há nisso nenhuma objeção à prática dita de grupo, desde que ela seja bem indicada (o que é pouco). (LACAN, 1972/2003, p. 475-476).

E é justamente a tarefa que fica para os psicanalistas que operam em grupo (o que não é pouco): fazer o “cálculo” de quando a experiência em grupo pode ser produtiva ou improdutiva para o(s) sujeito(s). Em forma de questão: Quando o dispositivo consegue dar conta da dimensão do sofrimento psíquico provocando-lhe transformações?

Nosso trabalho abarca duas clínicas complexas: a clínica das entrevistas preliminares e a clínica dos grupos. É que em nossa experiência a formação do grupo terapêutico coincide com o tempo das entrevistas preliminares, dado que a entrada do sujeito no serviço de psicologia em nosso serviço corriqueiramente é o grupo mesmo. É por conta de tal complexidade que é preciso lançar alguma luz em tal experiência. A complexidade aumenta certamente na medida em que se têm no grupo disposições subjetivas diversas de tal forma que sua formação é sempre singular.

Veremos então que a questão dos grupos é uma questão ética, como também política. Melhor ainda: é uma questão da política da clínica, ou seja, quais são seus fins? Foucault (1975-1976/2005) nos diz que “a política é a guerra feita por outros meios”, afirmamos que a clínica é a política continuada por outros meios, pois quando dizemos isso estamos interessados em manter a via aberta de Freud à Lacan sobre a crítica da normatização social através da homogeneização, da alienação. Nossa pesquisa vem interrogar os dispositivos de grupos a fim de que possam ser justificados de forma rigorosa a não se reduzir ao um exercício de poder (LACAN, 1958/1998).

O problema aqui a ser contornado na problemática do dispositivo de grupo é o da complexa questão das transposições, perdas ou acréscimos de conceitos da análise bipessoal – como denominam os grupelistas para o campo grupal (BION, 1975; COSTA, 1989; NERI, 1995), pois para nós a análise de um sujeito não é uma empresa dual na medida em que a dimensão da linguagem estrutura o campo onde a experiência analítica é possível (LACAN, 1953/1998;

OURY, 2009). Nosso compromisso também não é o de saída ter um conceito de grupo a fim de adequá-lo à experiência (BENEVIDES, 2009), nosso interesse não é o de dizer o que um grupo é, o que seria ontologizá-lo enquanto “ser grupal” possuidor de uma “mente grupal” (FERNANDEZ, 2006).

Além disso, não se trata também de defender o dispositivo de grupo como uma nova técnica de maior ou menor prestígio (BENEVIDES, 2009). Estamos implicados é com a política da clínica, ou seja, é possível sustentar um dispositivo de grupo que faça valer o sujeito?

O conceito de sujeito não é sinônimo de indivíduo ou pessoa. Tampouco é um conceito que aponta para uma essência ou para um vazio (BADIOU, 1996b), ao contrário, tal conceito é tributário de uma ontologia da negatividade (SAFATLE, 2006) e que se articula numa *experiência*:

Assim, para autorizar à psicanálise chamar-se uma ciência, exigiremos um pouco mais. O que especifica uma ciência é ter um objeto. Podemos sustentar que uma ciência é especificada por um objeto definido, pelo menos por um nível de operação, reprodutível, que chamamos experiência. (LACAN 1974-1975, p. 64-65).

Dunker (2010) nos aponta que Lacan sempre definiu a psicanálise como uma experiência. Nesse sentido, diversas maneiras de apreender tal experiência foram elaboradas na medida em que seu ensino avançava. São exemplos de como conceber a trajetória enquanto experiência: experiência de subjetivação do desejo inconsciente; experiência do encontro com a castração; experiência da travessia das identificações; ou ainda como experiência da queda do analista enquanto objeto na transferência. Todos esses são modos de dizer que, no fundo, é ao falar que realmente nos introduzimos no objeto da experiência analítica (LACAN 1953/2005).

Um tratamento toca a relação do sujeito com o inconsciente. Ao ofertar-se a escuta da palavra, do significante a partir da transferência promove-se a abertura ao inconsciente no que tange às suas repetições e rateios. Esta é a força da psicanálise: conceder à palavra uma função ímpar, qual seja, transformar a realidade psíquica do sujeito, favorecendo a reinvenção da subjetividade.

A transferência, por sua vez, não é um fenômeno exclusivo da relação analista-analisante aparecendo, de uma forma ou de outra, em todas as relações interpessoais. Nesse sentido, a situação de atendimento em grupo para um analista é fonte intrigante sobre os destinos da transferência. Então o que ocorre num grupo?

Qual o papel do semelhante no que tange à transferência? Mais ainda: quando um sujeito pode produzir em outro(s) sujeito(s) efeitos terapêuticos ou iatrogênicos? Isso porque, a palavra que nele circula:

(...) é um instrumento poderoso; é o meio pelo qual transmitimos nossos sentimentos a outros, nosso método de influenciar pessoas... as palavras podem fazer um bem indizível e causar terríveis feridas... (FREUD, 1926/1987, p.214)

Nesse sentido, a condução de um grupo que se proponha terapêutico exige um esforço suplementar de trabalhar tensões que emergem nele, dado que um grupo não possui virtudes analíticas por si só (GUATARRI, 2004). Trata-se de um trabalho de civilização onde o psicanalista cumpriria um importante papel de tornar sustentável a articulação entre o singular do sujeito com a coletividade (GUERRA, 2002a).

Embora nosso trabalho seja uma reflexão teórica geral acerca do tema dos grupos, temos aqui como foco os grupos psicoterapêuticos. No que eles se diferem de outros grupos? É que nele a dimensão do sofrimento articulada às demandas dos sujeitos é constitutiva do dispositivo, e, nesse sentido, nossa indagação surge a partir da experiência e se tornando objeto desta pesquisa nos faz questionar em que esse dispositivo conseguiria dar conta de tais sofrimentos provocando-lhes transformações? E como podemos entender tais transformações? E que experiências são possíveis num grupo e que poderiam ser consideradas produtivas ou improdutivas para o sujeito? Como abordar seus efeitos?

Se aqui partimos da psicanálise lacaniana para lançar luz sobre a experiência, o adjetivo “lacaniana” não tem a função de “palavra de senha”.

Sabemos que as palavras carregam para si tal função quando formam grupos sectários, pois “... a senha é aquilo graças a que não se reconhecem os homens do grupo, mas o próprio grupo se constitui como tal” (LACAN 1953/2005, p. 25). Isso é recorrente até mesmo nos grupos de analistas das diversas escolas de psicanálise, onde os conceitos, por vezes, operam como aceitação tácita num dado grupo (FIGUEIREDO, 2013). E não é aqui nossa posição.

Figueiredo (2002) aponta que a atividade científica, de modo geral, e nisso incluímos sem sombra de dúvida a psicanálise, implica num caráter coletivo e linguageiro. Contudo, tal atividade não é baseada simplesmente num consenso solidário da apreensão do objeto, caso o fosse, correríamos o risco de ignorar o que

escapa, o que não se deixa formalizar, que é alteridade radical do objeto. Isso porque o conceito, apresentando sempre a tentativa de cobrir a experiência, deixa algo de inassimilável, um resto, implicando algo próximo a um cálculo infinitesimal, uma aproximação que tende ao infinito, mas que nunca se realiza delimitando as pretensões de significação universal, enquanto limite objetivo dado pela experiência como enraizadora dos nossos juízos.

Acontece que ao articularmos uma experiência em psicanálise, ela, por sua vez, não é sem metapsicologia, caso contrário, estaríamos mais próximos de uma experiência do inefável sem qualquer ligação com a comunidade de psicanalistas. Ou seja, a formalização tem um importante papel de transmissão, pois é cada vez mais evidente a função dos grupos na constituição da ciência como uma atividade dependente de uma comunidade (FIGUEIREDO, 2002). Aliás, o empreendimento científico ocorrendo nas “cabeças dos gênios” é uma concepção individualista que exclui o reconhecimento e a participação dos outros na construção do saber.

Por fim, foi tomando como referência a Ética da Psicanálise que nos propusemos uma pesquisa teórica e que tem como pergunta inicial deste trabalho, e da qual outras derivaram: *Se a psicanálise aponta para o singular do sujeito, como trabalhar com dispositivos de grupos de orientação psicanalítica de modo a preservar essas singularidades sem dissolvê-las num universal? Tal pergunta é pertinente visto que, por atender a um número maior de pessoas, de que modo estes mesmos dispositivos podem inviabilizar a possibilidade de sujeitos serem escutados em suas singularidades, reeditando processos de massificação universalizante? O que seria preciso, portanto, a um psicanalista estar atento num trabalho coletivo? Há alguma especificidade do atendimento em grupo?*

Assim, retomando nosso impulso inicial de não ceder de uma posição ética, restou a nós psicanalistas formalizarmos tal dispositivo.

O nosso trabalho tem sido a nossa oportunidade de atender à esperança de Freud (1919b), atendendo uma grande quantidade de pessoas na instituição, com o rigor necessário ao ato analítico. É a oportunidade de inscrever o discurso analítico na interface dos outros discursos no mundo, e verificar os seus efeitos. (MORETTO, 2006, p. 223)

1.1 Justificativa e relevância

Com base no que apresentamos na introdução, esperamos que nossa investigação teórico-clínica possa suscitar uma compreensão do funcionamento dos dispositivos de grupos, os quais são largamente utilizados nas Instituições de Saúde Pública.

Mas embora esse dispositivo seja preconizado pelo Ministério da Saúde como um importante dispositivo interventivo no campo da saúde (Portaria nº 224/92 de 2001, e Portaria nº 336/GM de 2004), por atender a um número maior de pessoas, estes mesmos dispositivos podem inviabilizar a possibilidade de tratamento desses sujeitos, sendo assim ineficaz do ponto de vista terapêutico. Soma-se a isso que a experiência clínica nos mostra que para determinados sujeitos o dispositivo de grupo pode ter efeitos improdutivos.

Assim, interessa a nós entendermos a estrutura e a função dos mesmos no que diz respeito às condições de possibilidade de abordagem e de tratamento do sofrimento psíquico de um sujeito num grupo a fim de demonstrar a importância do diferencial que a escuta psicanalítica pode oferecer aos sujeitos nesses dispositivos, uma vez que cada sujeito faz um uso diferenciado do grupo, e a isso o profissional que coordena um grupo precisa de ferramentas para o manejo das singularidades dos sujeitos e das dificuldades e obstáculos que o dispositivo de grupo apresenta.

Além disso, pretendemos que nosso trabalho sirva como ponto de reflexão para aqueles que atuam numa dimensão coletiva, uma vez que o trabalho do psicólogo se faz articulado a uma equipe onde ele deve participar das tomadas de decisões em grupo.

1.2 Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo investigar e fundamentar teoricamente o grupo como estratégia interventiva no campo da saúde mental a partir da teoria psicanalítica de orientação freudolacanianana.

1.3 Método

Propomo-nos então a uma pesquisa teórico-clínica em psicanálise a partir dos problemas apresentados.

Fizemos uma pesquisa bibliográfica do tema psicanálise e grupo nos autores S. Freud, J. Lacan, W. R. Bion e E. Pichon-Rivière para, a partir dos operadores conceituais extraídos desses autores, articulá-los às vinhetas clínicas, com objetivo de fundamentar e abordar o dispositivo de grupo em seus efeitos produtivos e improdutivos.

2 ELEMENTOS HISTÓRICOS DO CAMPO GRUPAL

É bastante difundido que a origem da clínica, no geral, apoiou-se numa perspectiva curativa comprometida com os pressupostos do campo da medicina e do indivíduo como objeto, distanciando das dimensões coletivas (GUERRA, 2002b). Certamente, o lugar privilegiado da clínica psicanalítica foi o consultório particular, com o prejuízo de muitos psicanalistas e psicólogos tomarem fragilmente a disposição mobiliária (poltrona, divã, etc.) ao chamado *setting*.

Ao longo de sua história existiram críticas da própria psicanálise de que ela não seria possível nem fora do consultório – como uma instituição –, nem através de um dispositivo grupal – duas dimensões em que uma lógica coletiva está presente. Parte dessa ideia é possível rastreá-la até mesmo em Freud, quando em “Linhas de Progresso na terapia analítica” (FREUD, 1910/1967) vislumbrava a entrada da psicanálise em instituições de forma que seríamos “... obrigados a misturar ao ouro puro da psicanálise uma quantidade considerável do chumbo da sugestão direta” (FREUD, 1910/1967, p. 124).

Isso não quer dizer que a psicanálise seria apenas uma expressão direta de uma terapêutica calcada nas tendências do individualismo moderno por ter priorizado os atendimento individuais, dado que ela possui uma metapsicologia que lhe sustenta. Por outro lado, nenhum psicanalista gostaria de reconhecer tais aspectos em sua práxis, não fosse o desejo de uma experiência de verdade, já que o reconhecimento dos efeitos iatrogênicos que sua práxis acompanha a marcha de seu progresso, pois “de erro em erro é que vai se conhecendo toda a verdade” (FREUD, 1910/1967, p. 126).

Lacan (1967/2003), em “Ato Analítico”, opõe-se a Freud no que se refere a considerar a psicanálise aplicada para além de um *standard* como uma degradação da psicanálise pura acrescida do peso do discurso do mestre. O que garantiria a psicanálise nas instituições seria justamente a manutenção de seus princípios (STEVENS, 1996), e é nesse ponto em que vamos nos fiar para estender tais princípios ao dispositivo de grupo.

Ocorre que a dimensão coletiva traz consigo a marca da ambivalência, o que Freud (1921/2011) ilustrou com uma metáfora de Schopenhauer, a qual se referia a um grupo de porcos-espinhos habitantes das estepes geladas dos países

nórdicos:

Um grupo de porcos-espinhos apinhou-se apertadamente em certo dia frio de inverno, de maneira a aproveitarem o calor uns dos outros e assim salvarem-se da morte por congelamento. Logo, porém, sentiram os espinhos uns dos outros, coisa que os levou a se separarem novamente. E depois, quando a necessidade de aquecimento os aproximou mais uma vez, o segundo mal surgiu novamente. Dessa maneira foram impulsionados, para trás e para frente, de um problema para o outro, até descobrirem uma distância intermediária, na qual podiam mais toleravelmente coexistir. (FREUD, 1921/2011, p. 56)

Tal movimento de aproximação e afastamento, Freud relacionou à natureza das relações emocionais existentes na vida em grupo, onde nenhum deles pode tolerar tanto uma aproximação demasiado íntima com o próximo, quanto um afastamento total.

Tendo em vista isso, desde seu nascimento, a psicanálise mesma teve e ainda tem sua transmissão através de grupos, instituições, escolas, sociedades nas quais estiveram e estão presentes colaborações, intrigas, separações, alianças, etc. Segundo Kaës (1997), desde sua origem, a questão dos grupos para a psicanálise seria tanto fecunda e estruturante como traumática e alienante, e teria valor de sintoma para os psicanalistas, o que nos coloca a pensar que, em verdade, todo psicanalista possuiria uma teoria de grupo mesmo implícita, seja para promovê-la, seja para recusá-la.

Na história da psicanálise verifica-se que há uma tendência a deixar o trabalho com grupos à margem (ANZIEU 1993; COSTA, 1989; KAËS, 1997). Segundo Anzieu (1993):

...se há uma resistência à noção de grupo, essa resistência deve se articular a fenômenos psicológicos precisos (...), a única forma de grupo admitida é o grupo de "amigos". O grupo de trabalho ou o grupo institucionalmente imposto são percebidos como um ataque e ameaça à liberdade individual. (ANZIEU, 1993, p. 43).

É verdadeiro que um grupo possa ser um espaço para uma experiência improdutiva de determinação, de constrangimento para o sujeito, mas sua ambiguidade estaria no fato de que dentro desta perspectiva, o sujeito no grupo também poderia se defrontar com uma experiência de indeterminação, ou seja, de ameaça à identidade imaginária do corpo, como num espelho de múltiplas facetas refletindo a imagem deformada de si próprio:

Quem sou eu? Eis o questionamento que a situação de grupo exerce sobre cada membro. E essa questão é para o homem a mais difícil de colocar e assumir. Convém formar a hipótese de que essa imagem do corpo ameaçada explica a resistência a viver em grupo, a trabalhar em grupo e mesmo ao conceito de grupo. (ANZIEU, 1993, p. 44).

Mas, como veremos, essa é umas das possibilidades de se avaliar a experiência num grupo, tomando-o como espaço de constrangimento, pois a perda de liberdade num grupo não é em si mesmo algo evidente, ela é uma possibilidade. O grupo, também pode aparecer como uma experiência produtiva de indeterminação, já que ele pode ser o lugar privilegiado para uma heterogeneidade discursiva, para abertura à não identidade.

Não são poucos aqueles que se enveredaram pelos dispositivos de grupo e que enfrentaram críticas dos próprios psicanalistas: Foulkes, Balint, Pichon-Rivière, foram exemplos de alvo das críticas da IPA.

Pavlovsky (1982) aponta, por exemplo, que na década de cinquenta:

(...) o Instituto de Psicanálise tinha um departamento de psicoterapia de grupo. Existia também a Associação de Psicoterapia de Grupo de Buenos Aires, que funcionava quase como um organismo de psicoterapia “para pobres”; a psicoterapia aparecia como um lugar subsidiário da instituição psicanalítica. Os analistas trabalhavam nessa Associação de Psicoterapia de uma maneira tímida, inibida, e quando não podiam fazer outra coisa. A APA [Associação Psicanalítica Argentina] (...) era o lugar da ciência, do poder. Aqueles pacientes que tinham pouco dinheiro eram reunidos “vergonhosamente” para fazer grupo, mas com muito pouco compromisso científico e sem grandes expectativas clínicas... Pouco tempo depois, a APA foi pressionada de diferentes maneiras, até conseguir que deixassem de praticar psicoterapia de grupo por completo (...) [Daí então a IPA] baixou a diretriz dizendo não ao “grupo” e todos os psicanalistas que tinham começado a trabalhar neste campo deixaram, apavorados, o grupalismo. (PAVLOVSKY, 1982 apud BENEVIDES, 2009, p. 171-2).

Nesse sentido, como afirma Avillar (1979 apud BENEVIDES, 2009), é imprescindível recompor alguns elementos da ideologia dominante que foram capazes de fazer com que a psicanálise enquanto instituição resistisse ao dispositivo de grupo, pois se entende que o que estaria em jogo não seriam apenas interesses profissionais e científicos da instituição psicanalítica, mas “... o papel que esta tem como elemento conservador e estabilizador da ideologia dominante na sociedade que permitiu seu desenvolvimento” (AVILLAR, 1979 apud BENEVIDES, 2009). Em

outras palavras, grande parte da psicanálise teria em larga medida um compromisso com certos ideais normativos da sociedade da qual ela emerge, se estrutura e se propaga, e apontar que ideais normativos seriam esses presentes na transmissão do grupo é parte de nossa tarefa.

2.1 Transmissão do grupo e grupo de transmissão

Refletindo brevemente sobre a história da psicanálise, e de seus grupos, a ruptura a partir de um grupo, por vezes, é o que de melhor pode ocorrer a um sujeito, se não for o caso de ser mera dissidência ou uma política “do contra” – o que no fundo seria uma demanda de filiação. Há experiências produtivas também nas rupturas e nos cortes que apontam para além do *establishment* (BION, 1968 apud ZIMMERMAN, 2003), dos *pactos narcísicos* (AULAGNIER, 1975/1979), dos *pactos denegativos* (KAËS, 2003). O que está aqui em pauta, como pano de fundo, é a própria transmissão da psicanálise: a transmissão do grupo e o grupo de transmissão, pois há uma profunda articulação entre o funcionamento institucional, a teoria e a direção do tratamento.

À transmissão do grupo queremos nos referir às teorias, às ideias, à lógica coletiva que é transmitida implícita e explicitamente junto às teorias psicanalíticas. Por mais que as teorias psicanalíticas se proponham a lançar luz sobre um “psiquismo individual”, há uma lógica coletiva que a preside. Isso porque as categorias psicanalíticas já são categorias sociais e políticas, diferente das estratégias atuais dos manuais diagnósticos (DSM-IV e CID-10), os quais, objetivando garantir uma linguagem universal e sem equívocos entre os profissionais de saúde, acabam por escamotear as próprias bases conceituais a partir da estratégia de se colocarem como ateóricos eliminando os fatores etiológicos. Os conceitos e categorias que são utilizadas na clínica se prestam de alguma forma a serem mediações entre o particular e o terreno social, justamente de onde as formas de sofrimento emergem e chegam à clínica.

Um exemplo muito claro de que há uma lógica coletiva que muitas vezes é esquecida em favor de um “psiquismo individual”, está presente no texto freudiano de Totem e Tabu (1912-13/2012), no qual a hipótese apontada para que uma

formação social pudesse se constituir é a de que teria sido necessário um sistema de repressão coletiva estendida a todos os irmãos após o assassinato do pai, de forma que cada um internalizasse uma lei como condição de poder transmiti-la através das gerações. Ou seja, a hipótese é de que cada vez que um sujeito é introduzido na cultura, o recalque seria a atualização singular de um efeito coletivo, de um universal.

Ao grupo de transmissão, por sua vez, referimo-nos à estrutura e o papel mesmo do grupo na transmissão da psicanálise, uma vez que, "... o analista não é o único analista. Ele faz parte de um grupo, de uma massa, no sentido próprio que tem este termo no artigo de Freud, *Massenpsychologie und Ich-Analyse*" (LACAN, 1960-61/1992, p. 320), cujo momento de escritura do texto seria aquele em que Freud estava às voltas, entre outras coisas, com a organização da sociedade de psicanálise. A problemática aqui é a intrincada relação entre formação do psicanalista e a direção de um tratamento, pois aplicando o próprio texto freudiano às instituições psicanalíticas teríamos como baliza a questão da função do ideal.

O que define um grupo para Freud (1921/2011)? De forma resumida, trata-se de um conjunto de sujeitos que colocaram um líder como mesmo Ideal do Eu (identificação vertical) com a concomitante identificação entre os sujeitos a partir de cada Eu (identificação horizontal). A tendência do grupo na relação com o líder é fazer massa, alienando-se sob o Um do mestre, sob uma insígnia universal.

Transportando tal esquema para as Instituições psicanalíticas vemos os analisantes ocuparem uma posição dos irmãos da horda primeva, ou seja, partilhantes de um sentimento de que a linguagem é um instrumento de poder que só o chefe da horda a domina (COSTA, 1989).

A história da psicanálise possui longo percurso, mas o que nos interessa é assinalar que especialmente após a saída de Lacan da IPA na década de sessenta é que a trajetória do seu ensino enfatizou outro modelo de transmissão em relação aos grupos hierárquicos e piramidais das sociedades de psicanálise existentes na época. Tratava-se de romper com um sistema de ensino baseado na identificação dos analisantes em formação aos já estabelecidos psicanalistas, o que conduziria a psicanálise a uma mera reprodução do existente, uma repetição estéril das palavras do Outro como numa formação de massa.

Por sua vez, a criação lacaniana do dispositivo do cartel como célula de base da Escola tratava-se de romper com esse um sistema de ensino hierarquizado.

Tal dispositivo de formação de analista nos servirá aqui também para refletir acerca da constituição dos grupos psicoterapêuticos, pois o cartel ele mesmo já é um dispositivo depreendido da estrutura psicanalítica do inconsciente (JIMENEZ, 1994).

2.2 Da crítica dos ideais normativos

A psicanálise surgiu a partir da hipnose, mas Freud furtou-se a ficar no lugar de mestria ao solicitar que o sujeito falasse revelando aí o campo da transferência, o qual pode ser considerado o poder atribuído ao psicanalista pelo próprio analisante na suposição de que este contenha a significação última de seu desejo, suposição à qual o analista objetiva diluir (CHECCHIA, 2012). Sua posição na direção do tratamento está ancorada antes na sua falta-a-ser do que em seu ser, inserindo uma indeterminação no campo da função do ideal.

A descoberta do inconsciente desfaz a fantasia de que os homens são senhores de si mesmo (JORGE, 2008), deflacionando a conformação a esses ideais mesmos e desfazendo a imagem de indivíduo – o que é indivisível. Para a psicanálise, o sujeito não é um indivíduo a ser inserido na totalidade social da massa, por isso tanto uma formação em psicanálise, quanto o dispositivo de grupo terapêutico devem estar condizentes com tais princípios:

Meu propósito, em suma, é mostrar-lhes o que a descoberta do inconsciente nos abre de vias e possibilidades, sem deixá-los esquecer dos limites que ela impõe a nosso poder. Em outras palavras, trata-se, para mim, de lhes mostrar em que perspectiva, em que alameda se deixa vislumbrar a possibilidade de uma normatização – uma normatização terapêutica – que toda experiência analítica está aí para lhes mostrar que se choca, no entanto, com as antinomias internas de qualquer normatização na condição humana. A psicanálise permite-nos até aprofundar a natureza desses limites. (LACAN, 1957-1958/1999, p. 330).

Para a psicanálise, o que há de mais íntimo na sua descoberta é sujeito mesmo (LACAN, 1966/1998). Lacan importou do terreno da filosofia para o campo freudiano o conceito de sujeito a fim de formalizar a divisão subjetiva que a experiência do inconsciente impõe. Freud iniciou tal trajeto trazendo à tona o inconsciente como uma instância diferenciada do Eu com suas sucessivas estratificações, de maneira que onde o sujeito quer se reconhecer autônomo acaba

por esbarrar com a heteronomia em seu interior através de suas figuras identitárias que formaram o Eu por precipitação. Além disso, o encontro com a *Ichspaltung* (cisão do Eu) aponta a fenda intransponível da personalidade, a qual não é mais sinônimo de unidade psíquica.

O sujeito é uma categoria transindividual (ELIA, 2010a) porque ela visa dar conta de exigências tanto singulares como universais. Somente um sonho forjado no trabalho onírico do individualismo moderno é que se “possui um inconsciente” como se possui uma coisa. Ao considerar o inconsciente como transindividual, dizemos que somos atravessados pelo universal do funcionamento da linguagem, sendo ela mesma coletiva por definição, possuindo um valor de troca além de um valor de uso (POMMIER, 1989), ou melhor, há algo que se presta à troca, à comunicação e algo que resiste a isso. Nesse sentido, o inconsciente é marca da alteridade, sem ser coletivo, já que o inconsciente descoletiviza a língua comum (JULIEN, 2003, POMMIER, 1989). O modo como o sujeito é afetado pelo Outro faz com que tomemos os sujeitos um a um.

A descoberta do inconsciente só foi possível porque inicialmente houve um processo de esquecimento, um apagamento da divisão subjetiva que remota longa tradição desde a Idade Moderna (ASKOFARÉ, 2009), quando do surgimento de processos de socialização que tinham na imagem de um indivíduo o valor de ideal.

Isso nos é particularmente importante porque, como veremos, a imagem do indivíduo como valor, o qual tende a manter esquecida a divisão subjetiva, emerge concomitantemente à imagem de grupo como um espaço intermediário de socialização, de modo que os atributos do indivíduo foram estendidos ao grupo, ou seja, o grupo aparecerá também como sendo uma totalidade encerrada em si mesma, com a consequente alienação do sujeito da sua constituição a partir de uma determinada lógica coletiva. Por outro lado, os grupos também aparecerão como espaços de possibilidade da perda da individualidade, quer dizer, que colocam em risco a imagem de indivíduo. Aí está em resumo o caráter contraditório dos processos de socialização que queremos descrever.

Assim, cabe a questão: Quais processos de subjetivação tiveram a força de formar um sujeito e o grupo como totalidades encerradas em si mesmas? Inclusive expressões como “corpo social”, “mente grupal”, “ser grupal” denotam esse tipo de apreensão funcional, onde cada parte é encerrada num universal sem

fraturas.

Vamos então agora aprofundar os elementos históricos dessa constituição, tendo em mente apontar quais processos de socialização possibilitaram a alienação do sujeito à imagem de mero indivíduo como mônada social, pois o nascimento de tal imagem irá propiciar que indivíduo e sociedade, grupos, multidões, etc. apareçam como totalidades fechadas em si, e desse ponto as teorias de grupos do século XX serão mais ou menos tributárias à manutenção desse valor. Nesse nosso percurso, a vertente histórica tem como objetivo último:

(...) a discussão clínica stricto sensu que, por sua vez, ganha densidade quando situada nos contextos mais amplos do movimento analítico e da cultura em geral (ai compreendidos os valores, a ideologia e o tecido social que tornam possível a prática e a impregnam), possibilitando também, em última análise, a construção da teoria da qual se ocupara a discussão epistemológica. (MEZAN, 2002, p. 443).

2.3 A dupla emergência: indivíduo e grupo

A noção de indivíduo nasce na mesma época que a palavra “grupo”. Segundo Perrot (1991), é a partir do século XVIII que as esferas do privado e do público se acirram de forma que esse último vai sendo descolonizado a ponto de ser tratado como “assunto de Estado” (FOUCAULT, 1975-1976/2005). Encerra-se então o indivíduo no âmbito familiar, se estabelecem papéis de homens públicos, mulheres domésticas e crianças sem sexualidade. A vida privada passa a ser valorizada como sinônimo de felicidade.

Com as fronteiras entre público e privado mais acirradas, os grupos se evidenciam como espaços de socializações intermediárias entre a vida privada da família e as crescentes experiências com o estrangeiro devido ao empreendimento das navegações e o vertiginoso crescimento das cidades. Tem-se, sobretudo, a experiência da impessoalidade intensificada com a expansão das relações capitalistas (BENEVIDES, 2009).

Etimologicamente, a palavra “grupo” é proveniente do italiano *gruppo*, a qual no século XVII se referia ao ato de retratar de forma artística um conjunto de pessoas, fosse pela pintura ou pela escultura. Mas foi somente no século XVIII que o

termo passou a significar “reunião de pessoas” na imagem de um círculo, um laço ou um nó (BENEVIDES, 2009). Mas isso não quer dizer que a reunião de pessoas era inexistente. Quer dizer apenas que, até então, não havia a necessidade de nomear tal experiência, tal forma de sociabilidade.

Começamos aí a perceber que o grupo como espaço de socialização intermediária é correlata a um processo de subjetivação que leva o sujeito à forma de um indivíduo, à imagem de uma mônada isolada que, frente ao mercado à luta concorrencial com os outros, precisa lutar apenas por sua autoconservação, quando passou a ser importante o controle de si para fins postos pela razão instrumental (ADORNO E HORKEIMER, 1947/1988). O indivíduo passa a ter a concepção de liberdade mais definida como independência na sua livre-escolha concorrencial; uma concepção que vê no outro um constrangimento à liberdade individual, o que acaba se distanciando de uma lógica coletiva de interdependência.

O campo de investigação das emergentes disciplinas de ciências humanas do século XIX, por sua vez, terá nessa figura moderna de indivíduo seu objeto de estudo. Trata-se do chamado individualismo metodológico, pois o indivíduo emerge aí como um objeto², e:

(...) quando falamos de “indivíduo”, designamos duas coisas ao mesmo tempo: um objeto fora de nós e um valor. A comparação obriga-nos a distinguir analiticamente esses dois aspectos: de um lado, o sujeito empírico que fala, pensa e quer, ou seja, a amostra individual da espécie humana, tal como a encontramos em todas as sociedades; do outro o ser moral independente, autônomo e, por conseguinte, essencialmente não social portador dos nossos valores supremos, e que se encontra em primeiro lugar em nossa ideologia moderna do homem e da sociedade (DUMONT, 1993, p. 37).

O indivíduo enquanto valor pode ser definido por três atributos (SAFATLE, 2009): 1) Autonomia: colocar para si mesmo uma Lei moral, ou seja, se autogovernar de tal forma que possa ser considerado imputável pelo que faz e deseja; 2) Autenticidade: capacidade de expressão, segundo as formas socialmente compartilhadas e reconhecidas, daquilo que se apresenta como apenas

² Para a ciência moderna, são necessárias, pelo menos, duas condições: um objeto e método. A noção de objeto surge a partir de uma diferença qualitativa de um sujeito. O objeto, por sua vez, não se dá ao sujeito de forma imediata, ou seja, ele não é apreendido diretamente através dos sentidos, de forma que foi necessária a criação de um método para apreendê-lo. Ocorre que em psicologia, enquanto ciência da subjetividade, o objeto de estudo se confunde com o sujeito, logo não é algo a ser apreendido como uma coisa, não é observável como um objeto empírico, mas podemos inferi-los a partir de seus efeitos. Em outras palavras, os conceitos psicológicos são mediações de um insabido, já que o sujeito é opaco a si mesmo (FIGUEIREDO e SANTI, 2007)

interioridade; e 3) Unidade: aquilo que torna possível a coerência das sucessivas experiências no tempo como atribuíveis a uma única personalidade, trata-se de uma noção de diferenciação eu-outro que tem poder de síntese psíquica.

Tais atributos foram possíveis de serem colocados em marcha devido à formação dos sujeitos estarem calcada sobremaneira numa internalização repressiva da identidade. É o que Adorno (1966/2009) tem em mente ao dizer que a “... identidade de si e alienação de si estão juntas desde o início”. (ADORNO, 1966/2009, p, 216). Esse diagnóstico é convergente ao caráter de sintoma que Lacan (1949/1966) dá ao Eu no que ele é antes uma instância de desconhecimento do que uma instância responsável pela percepção e consciência, bloqueando o reconhecimento da alteridade no interior do próprio sujeito, ou seja, de sua natureza heteróclita constituída através de suas identificações.

Na modernidade, portanto, os processos de socialização e individuação são demasiadamente dependentes de uma metafísica da identidade, cujas exigências são as de unidade calcada da figura de um Eu indiviso e suposto senhor de suas condutas, excluindo o que seria da ordem das pulsões, do irrepresentável, do não idêntico.

Assim, dada uma progressiva atomização da vida, a experiência de um plano de interioridade reflexiva não acessível ao outro e alienada de si mesma é exacerbada. A experiência de si ganha maior autonomia, agora como “pura afirmação de si” (FOUCAULT, 1975-1976/2005). Correlato a tais processos de individuação e socialização, nas ciências a identidade do Eu passa a ser fundamento para razão solitária que exclui a intersubjetividade (COELHO e FIGUEIREDO, 2004).

2.3.1 Notas sobre a intersubjetividade

No âmbito epistemológico, quando atribuímos o valor de verdade desta ou daquela proposição (particular) apenas a um indivíduo que a formula trata-se de subjetivismo. Mas quando se radicaliza ainda mais o subjetivismo para afirmar que toda proposição (universal) é correta apenas e unicamente para um único sujeito

cai-se no solipsismo. Por outro lado, se o fundamento para um conhecimento válido for um objetivismo radical (empíria), então se prescinde de todo e qualquer sujeito na construção do conhecimento. Tais posições epistemológicas bloqueiam as expectativas de poder haver um conhecimento objetivo levando em conta a intersubjetividade.

Embora o problema do Outro – da existência dos outros, do próximo como outro, o outro como eu mesmo, etc. – seja uma preocupação que possa ser identificada ao longo de toda a história da filosofia (MORA, 2004b), nos interessa aqui é que essa problemática, levantada na Idade Moderna entre racionalistas e empiristas, acompanham os processos sociais que estamos apontando.

Apenas a partir do momento em que se levou em conta a relação entre vários sujeitos na construção do conhecimento é que emergiu o conceito de intersubjetividade como compromisso entre a subjetividade e a objetividade (MORA, 2004a). Ela seria a possibilidade de vários sujeitos não simplesmente chegar a uma espécie de concordância temporal efêmera, mas que o próprio valor de verdade seja ancorado nos vários sujeitos. De maneira geral, o problema da intersubjetividade além de apontar para a possibilidade de um conhecimento objetivo válido para todos os sujeitos, aponta também para o problema do reconhecimento entre os sujeitos, ou seja, quando passo a reconhecer o outro como sujeito, e isso nos é de capital importância.

A problemática da alteridade, do outro, o “não eu” na constituição da subjetividade é recente no campo das teorias psicológicas, dada uma filiação cartesiana, a qual é tributária de uma imagem solipsista da subjetividade.

Inclusive é pelo reconhecimento de que o sujeito tem sua constituição e apoio a partir da relação com os outros, que algumas vertentes da psicanálise puderam desenvolver o grupo enquanto dispositivo terapêutico. Nesse campo há uma constante defesa de que não somente os grupos são formados por sujeitos, mas que os sujeitos são formados por grupos no sentido que a própria subjetividade ela mesma é grupo (BLEGER, 1971/1991; KAËS, 1999/2004; PICHON-RIVIÈRE, 1965/1998). Em psicanálise é mais que conhecida a ideia de que o sujeito em si mesmo encerra uma alteridade (COELHO e FIGUEIREDO, 2004) sob a rubrica da intersubjetividade, na medida em que as identificações marcam o ponto de alienação da onde os sujeitos se constituem. Dizer, portanto, que o sujeito encerra em si mesmo uma alteridade fratura a ideia de um indivíduo encerrado em si mesmo como

uma mônada.

Com Descartes, uma distancia irreconciliável entre eu e outro foi posta, isso porque o outro é absorvido como objeto. Como problema epistemológico, a pergunta pode ser assim colocada: “Como é possível conhecer o outro (e a si mesmo) se ele é para mim um objeto?” A partir dessa posição, a problemática da intersubjetividade será: Como estabelecer pontes, canais de comunicação entre as subjetividades?

Na tentativa de mapear matrizes no campo da psicologia, psicanálise e filosofia do tema da intersubjetividade, Coelho e Figueiredo (2004) apresentam quatro matrizes fundamentais: 1) Intersubjetividade trans-subjetiva: matriz que valoriza as modalidades pré-subjetivas de existência, um plano de indiferenciação eu-outro onde o problema da intersubjetividade se apresentaria como um falso problema, dado que a premissa não é a diferenciação, as experiências não são de oposição e confronto; elas seriam anteriores à experiência de corpos e Eus indivisos. Temas como a empatia (*Einfühlung*), a intercorporeidade (Merleau-Ponty), o impessoal (Heidegger) ganham relevo nesta matriz; 2) Intersubjetividade interpessoal: que se propõe a superar a distancia sujeito-*objeto* apelando a uma constituição da consciência a partir da interação com os outros significativos e empíricos e com o outro generalizado (Mead a partir de sua influência hegeliana). Uma possível crítica a partir da primeira matriz é a de que esta matriz toma os outros, por princípio, já diferenciados, entificados; 3) Intersubjetividade traumática: valoriza a alteridade como alteridade radical, aquela que me precede e também me excede, que rompe as expectativas de uma relação harmônica e de complementariedade (Levinas); 4) Intersubjetividade intrapsíquica: esta seria constituída essencialmente pela psicanálise de Freud e pela inglesa (Klein, Fairbairn, Winnicott).

O que queremos aqui reter é que algumas definições de intersubjetividades (COELHO e FIGUEIREDO, 2004) serão sinônimas das definições comuns de grupo como, por exemplo: “sentido de comunhão interpessoal”, “domínio compartilhado de conversação linguística e extralinguística”, ou ainda “mútuas relações onde se poderia remeter a um “nós””, onde a noção de empatia fundamenta as aproximações e afastamentos entre os sujeitos. Além disso, podemos filtrar ao menos duas problemáticas: o nascimento da alteridade é correlato à emergência do sujeito, do Eu, do corpo próprio; e que o outro não é

apenas projeção narcísica, ele é algo que resiste ao sujeito. Veremos que em Lacan tal problemática se refere ao que não é passível de absorção nem pelos processos de simbolização, e que também resiste a ser apreendido pelo imaginário, o que é nomeado por Lacan como sendo da ordem do Real.

2.4 O acirramento das contradições

Retomando o plano histórico-sociológico, juntamente com a valorização do polo do indivíduo, a partir do século XVIII crescem as lutas por direitos universais (liberdade, igualdade e fraternidade). Nesse momento emerge a ideia de que a condição da felicidade do indivíduo não pode ser obtida a não ser a partir da felicidade de todos. A felicidade pública entra, assim, em cena integrando os programas de governo, deixando de ser apenas uma aspiração individual para se tornar um fator de política:

Temos grandes recursos, trata-se de empregá-los. Mas para isso é preciso que todo mundo esqueça seus interesses e seu orgulho. A felicidade e o interesse particular constituem uma violência à ordem social quando não fazem parte dos interesses e da felicidade pública. Esqueçam-se de vocês mesmos! (SANT JUST apud BARROS, 2009, p. 45).

Assim, se temos por um lado um assento na vida privada, por outro, emergem exigências de universalização da felicidade. Isso não é outra coisa que o caráter contraditório dos processos de socialização da modernidade. No caso de Sant Just tratava-se de fazer o sacrifício do particular em benefício do universal e que, ao longo do século XIX, teremos os engenheiros sociais como Saint-Simon, Comte e Fourier que assumirão a tarefa de recompor o imperativo da felicidade coletiva. Os projetos políticos e terapêuticos terão como tarefa tal impasse: Deve-se priorizar o indivíduo ou o coletivo? Importante lembrar que esse é ainda um impasse político constante na clínica dos grupos e que dirige seus modos de intervenção.

2.5 O nascimento da psicologia das massas

Nesse caudilho de contradições, lembremos ainda que no século XIX há um crescimento populacional nos centros urbanos, os quais se tornam palco de grandes manifestações populares como as manifestações dos operários. Entre 1831 e 1848 várias insurreições operárias emergiram na Europa. Na França, por exemplo, nas quatro primeiras décadas daquele século estavam evidentes as forças contraditórias entre a restauração do Antigo Regime e a implementação de governos liberais.

Nesse contexto, os operários, que por meio de violência exigiam melhores condições de trabalho, começam a se organizar em associações, partidos, comitês a fim de conquistar direitos. E justamente para conter a emergência dessa nova força social é que dispositivos com fins de repressão das massas foram criados (BARROS E JOSEPHSON 2006).

É nesse contexto que surge o que poderia se chamar de “psicologia das massas”, através de Gustave Le Bon e Gabriel Tarde, os quais explicitaram, de uma forma ou de outra, a experiência ambígua das massas. Suas contribuições preparam o solo para as futuras pesquisas do campo grupal através da construção de tipologia dos grupos, o papel do líder e a explicação do comportamento das massas a partir de teorias da sugestionabilidade, do contágio e da imitação (BARROS E JOSEPHSON, 2006). No tocante ao contágio, interessante dizer que é justamente no início do século XIX que a medicina descobre como ela se dá que se acreditou que um mecanismo similar ocorreria nos grupos: a emoção de um indivíduo contaminaria a todos.

Gabriel Tarde (1843-1904) afirmava uma concepção condenatória das massas. Alegava que o delito cometido pelo indivíduo era algo necessariamente influenciado pelo meio social, chegando a utilizar a expressão “delito de grupo” para se referir aos atos que implicavam na cumplicidade de outros indivíduos. Tal posição era claramente adversa daquela que operava até então: a de que o delito era a expressão do que havia de mais singular do indivíduo. Tarde colocava o assento na massa porque esta era capaz de minar a inteligência e a moralidade dos indivíduos, o que era compartilhado por Le Bon (apud Barros e Josephson, 2006).

Contudo, segundo Barros e Josephson (2006), Gabriel Tarde mesmo com

sua suspeita acerca das multidões, abriu perspectivas positivas acerca desta, pois longe de se constituírem apenas com um mal, podiam ser úteis à sociabilidade, pois o público poderia ser um espaço de confronto de opiniões na abertura para a diferença.

Gustave Le Bon (1841-1931), por sua vez, ostentava um julgamento demasiadamente condenatório das massas, o que não escapou da pena de Freud (1921/2011). A primeira característica da massa seria, segundo Le Bon (apud ADORNO e HORKHEIMER, 1973b), a uniformização dos homens, pois estes, quando reunidos, seriam tomados por uma “alma da massa”, a partir da qual os modos de sentir, pensar e agir seriam alterados. Dentro da massa, o indivíduo tomaria parte do poder do grupo e tornar-se-ia irresponsável ao assegurar-lhe impunidade. A massa seria um *locus* privilegiado para a liberação dos impulsos, onde os indivíduos retornariam ao estágio anterior do desenvolvimento; a personalidade consciente tenderia a desaparecer em favor da personalidade inconsciente; teria sua consistência em risco, pois perderia sua autonomia, sua autenticidade e unidade, atributos os quais apontamos acima como pertencentes à imagem do indivíduo. Nesse sentido, a perda de tais atributos possuiria um valor negativo como uma experiência improdutiva de indeterminação, uma vez que o sujeito na massa já não sabe que é e não responde por si.

Assim, o estudo das massas no século XIX, ao postular a priori a malignidade da massa e proclamar a necessidade de um poder que a mantivesse sob controle justificou o direcionamento totalitário das massas que ocorrerá no século XX. Adorno e Horkheimer (1973b) farão o elogio à Freud por não substituir a “alma das massas” por outro substrato glorificador, autossuficiente e dotado de ação própria. O mérito de Freud (1921/2011) seria o de apontar que:

(...) os fenômenos de massa não ocorrem em virtude de algumas misteriosas propriedades da massa como tal, mas correspondem a processos psíquicos que se desenrolam em cada um dos indivíduos que participa da massa. (ADORNO e HORKHEIMER, 1973b, p. 85).

Isso porque Freud (1921/2011) não atribuiu às formações coletivas o status de irracional. Pelo contrário, sua atualidade e pertinência àqueles que se propõe ao trabalho com grupos são evidentes ao apontar não somente o próprio laço social é condição de constituição do sujeito, mas também a lógica da potência alienante deste laço, quando há uma homogeneização através da identificação entre

os sujeitos (FREUD, 1921/2011). Em resumo, Freud (1921/2011) apontou para racionalidade da irracionalidade das massas.

É exatamente esse aspecto que a psicologia das massas do século XIX desconhecia: não era claro que a personalidade tinha uma gênese a partir do próprio social, pois tinham como valor o indivíduo. Foi somente com o declínio dessa imagem o indivíduo possui uma gênese calcada nos processos de identificação ao outro.

Em resumo, a partir desse solo conflituoso e contraditório, as formações coletivas serão vistas de forma extremamente ambivalentes: ora como um espaço para a perda dos atributos da imagem do indivíduo, ora como espaço de acolhimento das diferenças e do verdadeiro engajamento social.

2.6 Acerca do declínio da forma indivíduo

Na tradição do filósofo G. W. Hegel, a tematização da modernidade como uma progressiva degradação dos padrões normativos de individuação e socialização entre os sujeitos é presente nos diagnósticos sociais de época da passagem do século XIX ao XX (SAFATLE, 2008).

Podemos entender tal processo por aquilo que falam Deleuze e Guatarri (2010) acerca do capitalismo. Para os autores, de modo geral, o capitalismo colocou em andamento um progressivo processo de desregulamentação das formas de legitimação social, normas e valores a fim de que o capital se reproduzisse e se consumisse cada vez mais e mais rápido. Como exemplo, podemos apontar os efeitos dessa mutação no campo do trabalho em relação ao corpo próprio.

Segundo Safatle (2008), Max Weber percebeu uma articulação entre ética protestante e o espírito do capitalismo. Na ética protestante o trabalho visava o acúmulo do capital sem o seu usufruto, exigindo dos sujeitos uma disposição subjetiva ao autocontrole que se traduzia na repressão do prazer polimórfico, ou seja, uma socialização onde eram reforçadas experiências de determinação, condizente como vínhamos apontando acerca do caráter repressivo da identidade. Quando o capitalismo passou a se ancorar na incitação ao consumo, as disposições

subjetivas calcadas no autocontrole de si, as figuras identitárias passaram a não ser requisitadas; não era mais preciso do corpo como espaço unificado de determinação da identidade (SAFATLE, 2008). Nesse novo contexto, os atributos do indivíduo (autonomia, autenticidade e unidade) passam a ser um entrave ao consumo cada vez mais incitado.

Podemos acompanhar essa temática da dissolução da forma indivíduo no âmbito da filosofia a partir da década de setenta, quando era presente a problemática da tensão entre o Uno e o Múltiplo³ a partir de uma recuperação da filosofia antiga que tinha por objetivo compor um quadro de crítica às formas de vida totalitárias. Isso porque tais formas de vida apareceriam para si mesmas como dotadas de uma unidade como princípio fundamental, como um dado a priori. A crítica visava então defender que o que é anterior não é a unidade, pois que o UM seria o velamento da multiplicidade, do indeterminado do ser (DELEUZE E GUATARRI, 2011).

Essa temática da dissolução da forma indivíduo possibilitou trazer à tona para aqueles que estavam envoltos com o dispositivo de grupo a abertura passa se pensar e fazer grupos que pudessem relativizar o lugar dado ao poder centralizador do UM, da identidade, podendo pensar o grupo como lugar de uma multiplicidade.

2.7 O grupo como intermediário

Até este ponto trouxemos alguns elementos acerca dos processos de individuação e socialização com o intuito de evidenciar que tais elementos serão solo das práticas de grupo emergentes do século XX. Como já dissemos, a alienação à forma indivíduo levará a conceber também a sociedade como um grande indivíduo. Nesse sentido, o campo grupal vai aparecer como uma promessa epistemológica e política de intermediação dessa tensão entre esses dois polos (FERNANDEZ, 2006).

A estratégia das teorias grupais em propor o dispositivo de grupo como intermediário entre indivíduo e sociedade não é falso, mas não inteiramente

verdadeiro, pois ambos são concebidos como unidades autônomas, reprodutíveis e não contraditórias, exigindo a busca de pontes e de articulações.

Isso porque tal modo de conceber o indivíduo e o grupo como totalidades é tributário de uma lógica das dualidades, uma lógica binária que exclui a questão da multiplicidade, para a qual não se trata de configurar o campo, seja dos objetos, seja dos sujeitos como elementos discretos com encaixes hierarquizados (BENEVIDES, 2009). A multiplicidade, por sua vez, aponta para uma heterogeneidade, uma interpenetração dos campos de modo a que ideia de centro, de referência única se dilui, de forma que o que é fora e o que é dentro ficam opacos. Quando um grupo é constituído a partir da lógica da identidade, ou seja, da sua delimitação a partir de um traço, de uma insígnia que todos possuem e outros não o possuem forma-se um laço social segregador base, em larga medida, de nossa política ocidental³ (NETO, 2009).

Quando o grupo é teorizado a partir da forma do indivíduo, os protocolos clínicos seguirão a defesa dessa forma de subjetivação, de modo que será possível apenas ou uma psicoterapia do indivíduo no grupo ou uma psicoterapia do grupo enquanto indivíduo. Nesse aspecto, a psicoterapia do grupo dará apoio às buscas de um princípio totalizante do grupo a partir de uma “alma grupal”, um “ser grupal”, uma “mente grupal”, etc. Esse último aspecto é aquilo que Fernandez (2006) denominou como “o grupo como intencionalidade”.

Ao considerar uma psicoterapia no grupo, as ações de todos são apenas a soma das ações individuais tomadas separadamente (FERNANDEZ, 2006). Em outras palavras, o grupo não é ainda uma relação de interdependência entre os sujeitos em que se possa falar numa lógica coletiva. Por outro lado, a noção de mentalidade grupal defende a vigência de leis próprias irredutíveis aos indivíduos, apagando a singularidade dos sujeitos.

³ A concepção de laço social como aquilo que faz um único “corpo social” vem sendo a forma hegemônica do Ocidente se estruturar. Tal modo de constituir um grupo pela lógica da identidade só é possível pela inassimilação de restos, visto que haverá nessa lógica sempre algo fora que tem o potencial de colocar em questão a identidade. Esse elemento exterior, visto como estrangeiro, é a base das políticas de perseguição e do medo (Neto, 2009). Para termos mais claro tal política ocidental, basta lembrarmos que na Grécia Antiga todo cidadão (quantificador universal) era aquele que estava sob o solo seguro da polis, enquanto os escravos e as mulheres somavam-se ao resto. Na Idade Média temos a Reforma e Contra-reforma. Já no século XX, temos por parte de Badiou (2007) o diagnóstico do século de terror totalitário (2007) com suas francas políticas identitárias sob as bandeiras do nazismo e comunismo. O ocidente conhece a utopia de uma universal sem restos, todificado, portanto. Mas haveria um universal sem restos e que não se basearia na política do terror e da perseguição? Haveria um modo de identificação entre os sujeitos de um grupo, que prescindia em alguma medida de um significativo (predicado, extensão) que venha a gerar um resto? Esperamos apontar ao leitor esse outro laço social.

Assim, a solução metodológica de situar as práticas grupais como intermediários entre indivíduo e sociedade traz mais impasses do que soluções (ADORNO, 1931/1991), de modo que, ao invés de continuar a construir tais soluções de compromisso, seria preciso:

(...) tomar esta relação problemática e insolúvel como ponto de partida constitutivo do campo social e do sujeito individual. O antagonismo entre individual e social torna-se então uma manifestação particular do impasse da representação e não sua força originária e definitiva. (...) o antagonismo é "interno" ao sujeito e ao social, e não algo que se ocorre entre eles. (PARKER, 2002, p. 50).

Parker (2002) repete aqui, em certa medida, a crítica ao sociólogo Talcott Parsons feita por Adorno (1931/1991), segundo o qual Parsons procurou conciliar o estudo da sociedade, dos grupos e do indivíduo através de uma solução metodológica, propondo que entre eles haveria simplesmente uma diferença de grau, de níveis de abstração de um objeto suposto idêntico a si mesmo, ou seja, tratar-se-ia do mesmo objeto visto por métodos diversos apenas: de um lado os elementos sociais objetivos, e do outro o psiquismo individual subjetivo. Daí a crítica de Adorno: tal integração seria verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Verdadeira porque o indivíduo emerge das condições sociais objetivas, mas é falsa, pois a forma indivíduo não se apreende como fazendo parte da sociedade e emergindo dela, já que do ponto de vista do indivíduo as massas são sempre os outros (ADORNO e HORKHEIMER, 1973c). Assim, não seria possível resolver harmonicamente no plano da representação, da teoria um objeto que é fragmentado, cindido na realidade⁴.

Esses dois modos de se pensar o dispositivo de grupo – o tratamento do sujeito no grupo e do grupo – tem incidência direta no modo de conceber a transferência no grupo.

Desde o surgimento das técnicas grupais (BAREMBLITT, 1982; KAËS, 2004) podemos mapear três modos de tratamento grupal: a psicoterapia no/em grupo, na qual o analista trata individualmente cada membro na presença dos

⁴ Além disso, cabe apontarmos que conceber o grupo como sinônimo de sociedade reduzida em número, sustentando, portanto, a autonomia do grupo em relação à sociedade como a instância mesma de socialização, é desconhecer o próprio funcionamento da sociedade naquilo que a tradição marxista pode evidenciar a partir das relações do campo do trabalho na sua divisão de classe entre capitalistas e mão-de-obra (ADORNO e HORKHEIMER, 1973c). E é por desconhecer tal funcionamento que os sujeitos seriam ainda mais determinados pela sociedade no que ela tem como efeito de alienação, posição da qual aquele que se proponha a operar no campo da clínica deve estar prevenido. Em resumo, o que queremos dizer é que não desconsideramos o profícuo campo da teoria social ao estudo dos grupos.

demais, de modo que a transferência é em relação a cada sujeito isolado; a psicoterapia do grupo, na qual um princípio de unidade grupal aparece como suporte para a transferência em relação ao grupo como um todo; e é somente quando as transferências entre os sujeitos do grupo passam a ser consideradas que a psicoterapia pelo/através do grupo é possível como objeto de investigação e intervenção para além da forma indivíduo.

Nesse último modo, o desafio do trabalho psicanalítico de grupo passa a ser compreendido pela superposição dos processos de transferência em relação ao analista com as relações dos sujeitos entre si, e é por onde seguiremos.

A esta altura de nossa investigação pudemos apresentar elementos históricos e epistemológicos que apontaram para um campo prenhe de contradições, ambivalências e tendência individualizantes. É esse cenário que será o terreno de emergência das práticas de grupo do século XX. Isso equivale a dizer que é preciso ir em direção a outro modelo de grupo que não seja baseado na forma indivíduo, como imagem alienante do sujeito, imagem essa onde o grupo é tido como um intermediário entre indivíduo e sociedade fundado numa lógica identitária, a qual estabelece um laço social segregador, baseado na exclusão de um elemento enquanto resto.

Nesse sentido, o conceito de sujeito subverte tal modo de apreensão da questão do grupo, pois o sujeito não se ancora na identidade de si, mas numa relação de não identidade em relação a si mesmo⁵.

Vamos agora colher as contribuições da psicanálise à problemática do grupo⁶ a partir de S Freud, W. R. Bion, Pichon-Rivière e J. Lacan que contribuíram para a problemática do dispositivo de grupo a fim de que elas possam nos orientar ainda mais em nossa investigação.

⁵ A definição canônica de Lacan acerca do sujeito como aquilo que é representado por um significante para outro significante (LACAN, 1964b/1998) baseia-se na hipótese de que o sujeito não pode se identificar a um significante, mas ele estaria na passagem de um ao outro

⁶ A contribuição do psicanalista René Kaës à problemática de grupos é essencial ao nosso campo de investigação, mas frente à sua complexidade deixaremos tal tarefa para uma próxima investigação.

3 TEORIAS DE GRUPO E PSICANÁLISE

À palavra “grupo” muitas outras fazem parte do seu campo semântico: bando, associação, sociedade, comunidade, classe, agrupamento, organização, instituição, horda, rebanho, coletivo, aglomerado, público, cultura, etc. A semântica de tais termos revela que a problemática situa-se no encontro de várias disciplinas como a política, a sociologia, a lógica, a psicologia, etc..

Ainda que possamos definir os grupos empiricamente como a reunião de sujeitos, eles não consistem numa realidade em si, imutáveis e idênticos a si mesmos, visto que possuem história (ADORNO, 1973b; COSTA, 1989; LANE, 1984; RODRIGUES, 2004).

Mesmo assim, são utilizadas para apreender imaginariamente seu grau de coesão muitas metáfora, imagens e figuras simétricas, harmônicas, equilibradas como círculos, estrelas, nós e mandalas; ou ainda como um corpo, um organismo ou uma máquina, de maneira que poderiam ser descritos geometricamente, sem ambiguidades, sem indeterminações, o que para nós é, nesse caso, mais prescritivo do que descritivo, ou seja, mais como um grupo deveria ser – função de ideal, portanto.

Como exemplo de tentativa de sistematização, Anzieu (1971 apud PESSOA, 2008; TIUSSI, 2012) propõe a divisão de cinco tipos de grupo: a multidão, o bando, o agrupamento, o grupo primário e o grupo secundário. A *multidão* se caracteriza por um número enorme (de centenas a milhares) de pessoas reunidas num mesmo local, partilhando uma mesma motivação, o que não significa que possuem certa integração afetiva como a de um grupo familiar. O *bando* é definido por um número menor de pessoas (de unidades a dezenas), reunidos para atividades quaisquer, como trabalho ou lazer; onde está mais presente a identificação ao semelhante, e está associado, mormente, à criminalidade. A terceira categoria seria o *agrupamento*, que é definido pela reunião de pessoas que possuem um objetivo em comum e para tanto se reúnem de forma sistemática, mas que teriam certa passividade de tais objetivos. Os exemplos aqui seriam as associações, assembleias, cooperativas, etc. O *grupo primário* ou *pequeno grupo* é uma formação com um número reduzido de pessoas, cuja possibilidade de

integração entre os membros a partir de objetivos comuns é muito maior; tal formação induz uma posição ativa pela existência de tarefas em comum, daí a maior preocupação com os laços, onde a comunicação se pode dar de forma mais direta. Por fim, o *grupo secundário* é caracterizado por serem regidos por instituições jurídicas, escolares, etc. onde estão presentes as formalidades, a impessoalidade.

Embora sejam um tanto quanto insólitas as categorias de Anzieu, elas lançam alguma luz acerca sobre quais tipos de formação os psicanalistas que escreveram sobre grupos estariam se referindo (TIUSSI, 2012), privilegiando este ou aquele aspecto do grupo como, por exemplo, Freud se referindo à multidão, Bion ao pequeno grupo, Bleger aos grupos secundários, etc.

Mas afinal o que mantém o grupo unido? Para nós parece fundamental recuperar a questão de Freud (1921/2011) para avançar no caminho dos grupos. Isso porque as teorias de grupo, em grande medida, procuram na coesão, na semelhança de um traço, seja um traço consciente ou inconsciente, o seu fundamento. Poderia então o esquema freudiano de grupo ser lido como operador de leitura transversal a todas essas formações de grupo? A questão nos interessa ainda mais porque o tema da identificação e da formação dos grupos está atrelado à constituição mesma do sujeito e objeto. Para termos isso mais claro, basta lembrarmos que para Freud “... a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto” (FREUD, 1921/2011, p. 64-65).

3.1 O grupo em Freud

Como é sabido, Freud não possui uma teoria dos grupos psicoterapêuticos, mas escreveu sobre a formação do laço social. Seu importante texto “Psicologia das massas e Análise do eu” (1921/2011), já citado por nós, aponta para uma estrutura social já presente no seu não menos importante texto “Totem e Tabu” (1912-13/2014).

A pouca recepção que este livro historicamente teve se deve pelo menos a dois motivos. O primeiro estaria na aproximação entre fraternidade e criminalidade (KEHL, 2000): dois temas que aparentemente seriam excludentes: “... um crime horrendo, ofensivo a todos os nossos sentimentos, a origem de nosso patrimônio

cultural, do qual temos justificado orgulho” (FREUD, 1912-13/2012, p. 242), nos faria esconder o impulso de hostilidade às figuras de autoridade. O segundo motivo seria descreditá-lo como um mito particular de Freud, e que, portanto, não teria caráter de validade científica (COSTA, 1989).

Freud (1912-13/2012), por sua vez, sabia que esse seu texto tinha o caráter de uma construção mítica, já que o longo passado da humanidade ter sofrido diversas deformações, somente um trabalho especulativo poderia trazer alguma luz das origens. O mito de Totem e Tabu nos serve aqui para extrair o laço social sabendo ser uma hipótese especulativa⁷.

“Totem e Tabu” (FREUD, 1912-13/2012) é a incursão no que na época chamava-se sob a pena de Wilhelm Wundt (1832/1920) de *Psicologia dos Povos*. A tarefa desse texto é a de explicar a origem do totemismo como forma de organização social. Para tanto, Freud se ocupa em lançar luzes sobre a formação do laço social através de um recurso caro a ele: a ontogênese tem origem e se constitui a partir da filogênese, o que permite “... descobrir o significado original do totemismo a partir de seus traços infantis, dos indícios que reafioram no desenvolvimento de nossas crianças.” (FREUD, 1912-1913/2012, p. 116), estabelecendo assim homologias entre a vida selvagem, a criança e a neurose obsessiva.

O totemismo seria uma formação social de caracteres religiosos, a qual pode ser encontrada em alguns povos e, hipoteticamente, universalmente percorrida na evolução humana. O que é patente nesse tipo de laço social é sua hierarquização, já que não é simplesmente a reunião de grupos isolados, há um protocolo de relações que regula a vida social, um processo não tumultuoso, não revolucionário, nem tão pouco arbitrário, mas lógico (DURKHEIM, 1995).

Um totem geralmente é um animal temível, mas que, ao mesmo tempo, se torna símbolo de devoção pelo ato de lhe conferir um caráter sagrado e protetor de um determinado clã. Esse status lhe confere a proibição de ser caçado, morto e comido, salvo em condições de festas quando o matam, o comem e o imitam em seus traços.

Juntamente com essa proibição, o totem regula as alianças matrimoniais. Os membros do mesmo clã, mesmo não sendo aparentados, não devem em

⁷ Freud (1937/1996) chamou generosamente sua metapsicologia de bruxa, conferindo-lhe um caráter de ficção. Para Lacan (1953/2010), todo mito apresenta certas constâncias que não são de absolutamente uma invenção subjetiva, pois é constituída de elementos estruturais. O mito possui um caráter de ficção, mas a verdade tem estrutura de ficção (Lacan, 1953/2010).

hipótese alguma manter relações sexuais endogâmicas, pois estariam ferindo o próprio totem. É neste sistema que Freud acreditou ter encontrado a origem do horror da sociedade perante o incesto (KOLTAL, 2010), sendo antes de tudo um sistema de relações do que uma proibição local aplicada a uma família (POMMIER, 1989).

No que se refere ainda à manutenção do grupo, além do totem regular os laços de matrimônio e filiação, ele regula as relações de guerra: no caso de um membro do clã ser assassinado por alguém de fora, todo o clã do assassino se torna um inimigo responsável pelo ato.

O tabu, por sua vez, seria o mais antigo código de leis não escrita, reconhecidamente até mais antigo que qualquer religião, cuja transmissão se daria essencialmente pela palavra. A princípio, tudo pode ser tabu (lugares, pessoas, animais, objetos, etc.) abrigando transitoriamente ou não o caráter de sagrado, puro, mas também de perigoso e inquietante. Em suma: o tabu é ao mesmo tempo objeto de horror e veneração. O contato com ele ocasionaria o despertar de um poder indomável, representado no temor à ação dos poderes demoníacos.

Mas para Freud, tais tabus, ao invés de terem uma origem divina, eles seriam proibições de autoridades passadas, eventos que objetivamente ocorram, mas que foram esquecidos e subjetivamente internalizados ao longo das gerações. Freud tentará recriar esse movimento de apagamento.

Além de o tabu possuir caráter ambivalente, a posição do sujeito frente à sua proibição é acompanhada de um desejo inconscientemente de infringi-la. Aquele que viola o tabu torna-se ele mesmo tabu e sofre as sanções da comunidade para evitar que outros sigam seu exemplo e a comunidade não venha a sofrer os efeitos de desagregação. “Ele é, portanto, contagioso, na medida em que todo exemplo convida à imitação” (FREUD, 1912-13/2012, p. 62).

No que tange à relação com os tabus, Freud (1912-13/2012) explora especialmente a relação com o tabu dos soberanos, da autoridade. Eles seriam detentores de um poder do qual é necessário proteger-se e protegê-los, posto que regulariam o curso da vida: a chuva, o sol, o crescimento das plantas, etc. Aqueles que são escolhidos sob tal posição social:

(...) são pessoas privilegiadas; podem fazer ou fruir o que o tabu contesta aos demais. Em contraste com essa liberdade, porém, são limitadas por outros tabus, que não oprimem os indivíduos comuns. Eis aqui, portanto,

uma primeira oposição, quase contradição, entre uma maior liberdade e uma maior limitação para as mesmas pessoas. (FREUD, 1912-12/2012, p. 84).

Espera-se do soberano, através da atribuição de poderes extraordinários que promova o benefício da comunidade, relação essa que, além de requerer o amor ao soberano, traz consigo a marca da ambivalência do desejo de lhe ocupar o lugar. Tal ambivalência apareceria da mesma forma na neurose obsessiva, quando o amor encobre as tendências agressivas do sujeito. Freud (1912-13/2012) vai reconhecer aí uma revivescência do misto de amor e ódio da criança com o pai.

Discorrido a respeito do totem de um lado e tabu de outro, o objetivo de Freud (1912-13/2012) então passa a ser relacionar o sistema totêmico com tabu do incesto. A exogamia teria origem no tabu do incesto como proibição que fora objetivamente imposta, mas subjetivamente esquecida. A exogamia não seria uma formação adjacente à formação totêmica, mas sua base mesma.

Para fazer essa construção, Freud (1912-13/2012) parte de uma hipótese histórica de Darwin, na qual haveria um estado social primevo do homem deduzida a partir dos hábitos da vida de macacos superiores, os quais viveriam em pequenas hordas, dentro das quais o macho mais velho e forte manteria domínio sob todas as fêmeas. Tal condição faria com que os jovens mantivessem laços exogâmicos, fundando uma nova horda semelhante.

Essa formação é atribuída então a um grupo humano em que:

Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoravam o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. (...) O fato de haverem também devorado o morto não surpreende, tratando-se de canibais. Sem dúvida, o violento pai primevo era o modelo temido e invejado de cada um dos irmãos. No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. A refeição totêmica, talvez a primeira festa da humanidade, seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião. (FREUD, 1912-13/2012, p. 216-7).

O totem como animal que tem relações de parentesco seria o traço de um sucedâneo do pai morto: proibido matá-lo, mas seu assassinato torna-se ocasião de festa, e, ao mesmo tempo lamentação, dando o seu caráter de ambivalência, da mesma forma como Freud aponta na relação dos membros do clã com o líder e da criança com seu pai.

Foi então a partir daí que a religião totêmica – e todas as outras como subsequentes soluções do mesmo impasse – vieram a se desenvolver sob os escombros do sentimento de culpa na medida em que o pai, por ser fonte de ambivalência, ocupando a posição de ideal e rival, morto ele se tornara mais forte. Aquelas restrições que eram feitas por sua presença física, passam a ser psiquicamente introjetadas numa “obediência à posteriori”, como aponta Freud (FREUD, 1912-13/2012).

O que apreendemos de uma lógica coletiva aqui?

Em Totem e Tabu (FREUD, 1912-1913/2012) vemos os homens agrupados em torno de um macho dominante (exceção), o qual teria o livre acesso às mulheres da horda – com a concomitante restrição dos demais membros (universal) ao acesso às mulheres. Os irmãos, no anseio de obter livre acesso, assassinam o pai e o comem no grande banquete a fim de incorporar suas qualidades. Cada qual então, participante dos poderes do pai, se vê numa nova situação de conflito mortal, dado o desejo de ocupar o seu lugar. Assim, para não sucumbirem ao mesmo fim do pai (exceção), todos (universal) então renunciariam a um só tempo tomar o lugar do pai identificando-se ao pai morto, e erigem o totem como representante do pai primevo esquecido. Essa seria a pré-história de Édipo.

Se colocarmos essa lógica num esquema gráfico assim temos:

Figura 1 – Esquema gráfico de um grupo incompleto e consistente de “Totem e Tabu” (FREUD, 1912-13/2012)

Os círculos riscados representam a castração em que os irmãos se identificam ao se submeterem às leis de exogamia como reconhecimento de que não se pode ter todas as mulheres como é suposto o pai ter acesso, o qual é representado pelo círculo exterior sem o risco como supostamente não castrado, não submetido a uma lei exogâmica.

A partir de uma lógica dos conjuntos, de forma simples, podemos dizer que se trata de um conjunto incompleto e consistente (LEBRUN, 1989). Por quê? Incompleto porque ele possui a exceção, o pai da horda primeva descompleta o grupo. O paradoxo é que os irmãos fazem um universal à custa de manter tal exceção. Em outras palavras, o grupo não existe como tal sem que uma exceção lhe escape. É esse lugar de exceção que confere ao grupo sua consistência imaginária, enquanto conjunto incompleto.

Para Lacan (1971/2009) o pai da horda é uma criação freudiana lógica sustentável enquanto mito, uma vez que sua existência se fundamenta na linguagem partilhada pelos irmãos. Os sujeitos que se apoiam nesse tipo de laço social sustentam um pai mítico a fim de que continuem acreditando na (re)conquista do gozo perdido, representado no acesso a todas as mulheres. É nesse sentido que ele permanece como Ideal mítico do Eu. Em outras palavras, a figura mítica do pai serve para proibir o que é da ordem do impossível, velar o último com o primeiro. Nesse sentido, na vida em grupo os sujeitos procuram articular o impossível da recuperação do gozo com a tramitação de seu desejo interditado (POMMIER, 2009).

Aqui introduzimos uma importante distinção entre o objeto impossível e o objeto proibido, e sua confusão provoca uma posição normativa da subjetividade e do grupo, vejamos o porquê.

3.1.1 O furo no sujeito e no grupo

Freud (1915/2010) em "Pulsões e Destinos das Pulsões" define a pulsão através de quatro características: *fonte*, *pressão*, *objetivo* e *objeto*. Por ser definida como a fronteira entre o somático e o psíquico, a pulsão tem como *fonte* o processo somático. O *objetivo* – traduzido ainda por finalidade, meta ou alvo – seria sua suspensão, sua diminuição, ou seja, a eliminação da tensão como fonte de satisfação. A *pressão* seria a soma de força ou a medida da exigência de trabalho que o psiquismo deve fazer para obter tal satisfação. Por fim, para que essa diminuição seja possível, o *objeto* da pulsão seria aquilo através do qual ela pode atingir seu objetivo.

A característica do objeto é ser variável, ou seja, não está a priori ligado à

pulsão. O objeto é contingente sem ser totalmente indeterminado, pois está vinculado às marcas da história do sujeito, daí a inadequação de parear a pulsão ao conceito de instinto, cuja acepção traz em seu bojo a ideia de determinação hereditária do objeto.

Aqui é que se faz crucial a diferença entre o objeto perdido de cada sujeito e o objeto perdido da história humana. No que se refere ao objeto perdido de cada sujeito, seus traços podem ser re-encontrados nos sucessivos deslocamentos simbólicos e libidinais imaginários. O objeto perdido da história humana constitui-se como um furo na constituição de qualquer sujeito e, conseqüentemente na formação de qualquer grupo quando a tentativa é a de fazer coincidir o mesmo objeto de desejo para todos os sujeitos. É nesse sentido que um grupo, furado pela singularidade da pulsão, é não-todo. A identificação do grupo a um traço encobre o incomensurável de um objeto singular a cada sujeito (PORGE, 1998).

Para a falta de *objeto a priori* do sujeito, Lacan deu o nome de *objeto a* (JORGE, 2008). Esse objeto remete a um furo, a um vazio ocupável por um objeto que tomamos como perdido. O encontro com o objeto seria, em verdade, a tentativa de um reencontro, ou seja, *objeto a* é causa de desejo, não é de fato um objeto empírico, mas é através dele que o sujeito o procura. A cada vez que se encontra um objeto empírico, por não ser idêntico ao *objeto a*, o objeto do desejo aponta para a falta na suposição de ter reencontrado o objeto. Ou seja, o *objeto a*, como tendência do sujeito a reencontrar o objeto perdido é que o verdadeiro motor da estrutura do sujeito (JORGE, 2008).

Novamente dizemos: tal impossibilidade instalada no interior do sujeito aponta para distinção entre o objeto impossível e o objeto interditado e impede que qualquer grupo tenha um objeto como mesmo objeto de desejo. Grande parte da tradição psicanalítica confundiu o objeto impossível com o objeto perdido, ou seja, objeto materno – a mãe dentro do complexo de Édipo (POMMIER, 1989).

O Complexo de Édipo seria o mito sintomático de Freud que procurou dar forma ao impossível, pois “... o mito é a tentativa de dar forma épica ao que se opera da estrutura” (1971/2009, p. 77).

3.1.2 A questão da identificação

Mas o que do modelo de “Totem e Tabu” pode ser aproximado ao esquema freudiano da “Psicologia das Massas e Análise do Eu”? O modelo mantém o líder da massa como uma exceção ao grupo. Mas há algo mais aí: Freud (1921/2011) acresce que além da exceção do líder colocado como Ideal de Eu pelos sujeitos, eles se identificam entre si a partir de um *traço* qualquer.

Para Freud (1921/2011), a identificação desempenha um papel importante na pré-história do complexo de Édipo. O garoto tomando o pai como modelo gostaria de *ser* como ele, querendo lhe tomar o lugar em todas as situações. Mas, ao mesmo tempo, e talvez antes, ele toma a mãe como objeto de investimento libidinal. Com o progresso para o tempo do Complexo de Édipo, o garoto ao enxergar no pai o interditor do acesso ao objeto materno, reativa sua hostilidade juntamente e regride para um modo de apreensão canibalesca do objeto: ele “... não devora aqueles de quem não pode gostar de algum modo” (FREUD, 1921/2011, p. 62). Nesse momento, perde-se de vista o destino da identificação do pai como modelo, e daí o pai possa ser tomado como objeto do qual se espera suas satisfações.

É fácil exprimir numa fórmula a diferença entre essa identificação com o pai e a escolha do pai como objeto. No primeiro caso o pai é aquilo que se gostaria de *ser*, no segundo, o que se gostaria de *ter*. Depende, portanto, de que a ligação recaia no sujeito ou no objeto do Eu. (FREUD, 1921/2011, p. 62).

Trata-se de um tempo em que identificação e catexia de objeto seriam indistinguíveis. Se o sujeito gostaria de *ser* é porque lhe falta-a-ser. A função do Ideal do eu na identificação aponta aquilo que a identificação ao Ideal não cobre. Mantém-se um Ideal de Eu é porque seu Eu ideal é faltante. Ao mesmo tempo, para o sujeito reconhecer um objeto libidinal que contenham traços que causem seu desejo “fora de si mesmo” é porque ele também reconhece que algo lhe falta. A identificação pode sofrer, portanto, uma oscilação da incidência da falta:

Ouvimos que a identificação é a mais antiga e original forma de ligação afetiva; nas circunstâncias da formação de sintomas, ou seja, da repressão, e do predomínio dos mecanismos do inconsciente sucede com frequência que a escolha de objeto se torne novamente identificação, ou seja, que o Eu adote características do objeto. É digno de nota que nessas identificações o Eu às vezes copie a pessoa amada, outra vezes a amada. Também nos chama a atenção que nos dois casos a identificação seja parcial, altamente limitada, tomando apenas um traço da pessoa-objeto.

(FREUD, 1921/2011, p. 63-64, grifo nosso).

Esse traço (em alemão *Ein Zug*), segundo Dör (1995), seria a matriz fundadora de todas as identificações a qual os sujeitos venham a se identificar. Ele é apontado como uma dentre três tipos de identificação. A primeira: a identificação ao pai através de uma incorporação que tem origem na horda primitiva de Totem e Tabu (1912-13/2012) trata-se de uma identificação a um Ideal como vimos; a segunda, a identificação ao Outro pela mediação do desejo (quando do exemplo das garotas do orfanato que se identificam pelo mesmo sintoma quando uma delas recebe uma carta, o que revela o desejo de receberem também uma carta de um amado); por ultimo a identificação regressiva quando a escolha de objeto regride à identificação.

É á essa última que o traço unário se refere e está ligado ao abandono ou perda do objeto, sendo que a identificação é parcial, pois do objeto apreende-se apenas um único traço (FREUD, 1921/2011). O traço único que conta como Um para um ciclo de repetições, cujo motor é a tentativa de retorno ao que seria idêntico ao traço, mas que, de forma significativa, esse movimento só revela a diferença (GUIMARÃES, 1999).

Portanto, na massa, o sujeito procura estabilizar essa oscilação da identificação recobrando sua falta-a-ser numa identificação almejada estável com o semelhante, vendo ainda no líder a promessa de reconquista do gozo perdido. Tal atribuição de poder a uma figura (pessoa, objeto, ideia, etc.) do ponto de vista de um grupo tem como consequência subjetiva livrar o sujeito da responsabilidade de tudo que lhes ocorrem, como veremos no importante trabalho de Bion (1975).

A identificação imaginária serve para atenuar a falta de gozo (POMMIER, 1989). Mas o júbilo do sujeito na identificação na massa dura o tempo do júbilo do sujeito frente à sua imagem no espelho: o tempo evanescente de um instante de ver.

Um sujeito num grupo, dizia a todos após algumas sessões:

Elisabete: “Eu queria saber como vocês me veem, mas aí eu pensei “seu eu for outra pessoa vendo a mim mesma eu teria que ser outra pessoa e não eu mesmo (...). Que estranho! Acho que então que nunca vou saber como as pessoas me veem!”.

O sujeito nunca alcance o seu ser, mas se encarrega de muitas formas na tentativa de sua recuperação. Por não saber o que é esse ser perdido, uma das maneiras é tentar recuperar seu gozo perdido na imagem narcísica. O corpo então é tomado em sua aparência, mas relacionando seu ser à sua imagem obtém fracasso, em razão de não ter acesso a si mesmo. Procurará então na imagem de outro, o qual assumirá um valor de si mesmo: novamente rateio.

Atribuir a possibilidade de completude à imagem do outro, por sua vez, traz consigo o ódio, visto que ele é suposto detentor do gozo. A vida em grupo traz um laço de extrema ambivalência nesse aspecto. No esquema freudiano de grupo, o amor é direcionado ao líder e aos irmãos. O ódio, por sua vez, caso não seja reconhecido como constituinte mesmo das relações, ficará como elemento flutuante a ser projetado na figura do estrangeiro, o que significa que num grupo psicoterapêutico qualquer um pode funcionar como captador desse ódio projetado e irreconhecido. Essa é umas dificuldades na condução de um grupo: a emergência de sua ambivalência.

Vamos nesse momento passar por alguns pontos de teorias psicanalíticas de grupo a fim de levantar eixos constituintes de nossa temática. Veremos dois psicanalistas que em muito contribuíram para o dispositivo de grupo: Bion (1975) e Pichon-Rivière (1965/1998). Mas antes de passarmos às respectivas contribuições vejamos algumas linhas de força que estiveram presentes no campo das práticas de grupo do século XX e que ainda hoje marcam sua presença influenciando nos modos de justificativa para o recurso ao dispositivo de grupo.

3.2 Um breve histórico acerca das teorias de grupo

Em fins do século XIX, através de Taylor e Ford (BENEVIDES, 2009), surgem nas indústrias dos Estados Unidos práticas de grupo que visavam aumentar a produtividade do trabalho de operários. Para tanto, os grupos eram padronizados e homogeneizados para fins de composição das linhas de montagens através da substituição de um saber não transmitido oralmente pelos próprios trabalhadores em lugar pelo controle racional. Ainda no campo do trabalho, Elton Mayo em 1924,

também nos Estados Unidos, também no interesse de aumentar a produtividade, encontrou na sua pesquisa que um fator fundamental para o aumento de rendimento seria o fato dos membros do grupo se sentirem como partes de um grupo. E é a partir daí que o grupo aparece como tecnologia a ser empregada especialmente em situações de conflito em instituições diversas para além das indústrias.

Segundo Barros (2009), é nesse contexto de exigências de produtividade e otimização do tempo que emergem no campo da psicologia e psicanálise diversas terapias grupais como fenômenos de massificação. Nessa linha o questionamento acerca de um direcionamento alienante no grupo no campo do trabalho não é passível de crítica, já que seu critério é apenas a eficácia visando reinserir o sujeito como engrenagem na máquina social.

No campo terapêutico, em 1905, o fisiologista Joseph Hersey Pratt, ao atentar-se para os efeitos benéficos que o contato entre os pacientes os tornavam mais “animados”, começou a dar “aulas” para um grupo de tuberculosos, os quais atribuíam êxito curativo ao “professor ser tão amigável e entusiástico” (FERREIRA NETO, 2011). Como forma de recompensar os pacientes que apresentavam melhoras, Pratt dava a eles o direito a sentar em lugares especiais. Para Pratt, uma das vantagens dessa técnica era a de propagar informações coletivas para os laços daqueles que eram curados. Além disso, Pratt se valia das emoções coletivas, mas sem compreendê-las (MELLO FILHO, 2007). O poder terapêutico da figura do terapeuta não estava ainda tematizado como já estava sendo feito por Freud na psicanálise.

Aqui levantamos dois pontos. O primeiro é aquele que já havíamos criticado no começo, a saber, o recurso ao dispositivo de grupo como recurso para aumento de produtividade num trabalho massificado. O segundo ponto refere-se à necessidade de se tematiza o incremento do grupo como campo da promoção e prevenção da saúde.

Na atualidade, o debate acerca das práticas grupais tem ocupado parte dos trabalhos da área da saúde. Isso porque os dispositivos de grupo vêm sendo cada vez mais utilizados como estratégia de promoção da saúde (BRIGAGÃO e NASCIMENTO, 2011; CARVALHO, 2004; FERREIRA NETO, 2011).

Como parte dessas estratégias são propostas articulações entre os saberes técnicos e populares para o enfrentamento da saúde visando ações do Estado através de políticas públicas, ações dos indivíduos/cidadãos, dos sistemas

de saúde e das comunidades.

Nesse âmbito coletivo, as políticas públicas de saúde vêm procurando intervir junto às comunidades objetivando tornar os sujeitos protagonistas no cuidado da própria saúde a partir do encontro entre o saber que já possuem e os saberes das diversas áreas da saúde. Nesse campo, a maior parte das ações geradas são sobre “os estilos de vida” dos indivíduos, nesse sentido, as práticas de grupo podem incorrer apenas numa pedagogização em massa – numa tentativa de normatizar o gozo dos sujeitos, onde as singulares do sujeito podem não ser levadas em conta.

Por isso, Ferreira Neto (2011) aponta que mesmo aqueles projetos apoiados nos preceitos de uma educação liberadora apresentam no seu interior contradições em termos de direcionamento das ações:

No campo das práticas de grupo como estratégia de promoção da saúde, há que se considerar que inovações tecnológicas participativas podem conviver, simultaneamente, com objetivos libertários e de assujeitamento. (FERREIRA NETO, 2011, p. 71).

Em outros termos, o impasse se mantém entre a vontade de guiar, de franca orientação e o de promover a sua autonomia, a autogestão (FERNANDEZ, 2006). Nesse sentido, pensamos que a psicanálise possa oferecer elementos para discutir a dimensão do poder no grupo. Por isso, vamos passar à discussão do campo das teorias de grupo.

3.2.1 O grupo como um Todo ou o “a-mais grupal”

Kurt Lewin (1973) é reconhecido como o fundador da teoria dos pequenos grupos em Psicologia Social. Imigrou da Europa em 1933 devido à ascensão do antissemitismo para os EUA, onde, no Massachusetts Institute of Technology (MIT), desenvolve pesquisas sobre as forças que impulsionam ou resistem à mudança nos pequenos grupos, levando em conta o contexto social (AFONSO, 2006).

A partir de suas dinâmicas de interação, o grupo possibilita ao sujeito constituir seu “espaço vital”, incluindo aspectos afetivos e cognitivos. O pequeno grupo é construído por um número pequeno de pessoas unidas em torno de

objetivos reconhecidos como partilhados, reconhecimento este que é facilitado pela existência de pelo menos um traço de identidade. O trabalho com pequenos grupos de Lewin visava, de modo geral, a análise e compreensão da dinâmica interna e externa dos sujeitos enquanto grupo, além disso, visava compreensão e facilitação dos processos decisórios presentes no grupo. (AFONSO, 2006).

Mesmo que Lewin tenha se ocupado de grupos enquanto pesquisador e não como psicoterapeuta, sua contribuição atingiu diversos psicólogos e psicanalistas interessados nos grupos psicoterapêuticos como, por exemplo, Pichon-Rivière (1965/1998).

Lewin considerava o grupo como um campo de força, foi a partir daí que metáfora do grupo como um todo tem seu início a partir da psicologia da Gestalt, para a qual o princípio epistemológico norteador é o de que *o todo não é a soma das partes* (LEWIN, 1973). Onde há modificação de uma das partes, há uma modificação da estrutura grupal, de maneira que a essência de um grupo não está na semelhança nem na diferença entre seus membros, mas em sua interdependência, num campo o qual implica tanto o sujeito, como o meio. O grande avanço de Lewin foi de questionar os princípios atomistas da psicologia de que o sujeito seria uma mônada social.

3.2.2 A consideração do inconsciente nos grupos

Wilfred Rupret Bion (1975) iniciou suas investigações em grupo no hospital militar de Northfield junto ao também psicanalista Rickman durante o período da II Guerra Mundial. Fez sua análise junto à psicanalista inglesa Melanie Klein, de quem sofreu forte influência. A contribuição de Bion, assim como a de Foulkes, é pioneira por ter introduzido a dimensão do inconsciente no trabalho com os grupos, pois até então não havia sido contemplado (BENEVIDES, 2009).

Em 1947, a Inglaterra vencera a II Guerra mundial, mas estava destruída. A psiquiatria inglesa tem então a tarefa de tratar ex-combatentes de guerra. Ao se deparar com a ala de reabilitação, onde reinava a indisciplina e anarquia, o psicanalista Wilfred Rupret Bion impõe atividades para pequenos grupos compostos conforme a livre escolha com tarefas definidas e um espaço para aqueles que não

se sentissem capazes de frequentar quaisquer grupos. Tal liberdade “(...) concedida pela organização original permitiu que as características de uma comunidade neurótica se mostrassem com uma penosa clareza” (BION, 1975, p. 10).

É certo que, ao propor tal forma de estrutura, Bion (1975) deixou um espaço para a expressão sintomática esboçando a ideia de que o grupo que tende ao universal deve ser descompletado. Lacan (1947/2003) mesmo entrou em contato com esse trabalho e teceu-lhe elogios ao dizer “Nele encontro a impressão de milagre dos primeiros avanços freudianos: encontrar no próprio impasse de uma situação a força viva da intervenção” (LACAN, 1947/2003, p. 114).

De forma resumida, Bion deu aos sujeitos da ala de reabilitação as seguintes determinações: 1) Todos os homens teriam de praticar uma hora diária de exercícios físicos; 2) Todos os homens deveriam ser membros de um ou mais grupos (carpintaria, leitura de mapas, mesas de tipografia, etc.); 3) Qualquer um poderia formar um novo grupo; 4) Quem se sentisse incapaz de frequentar o grupo que fosse para a sala de repouso; e 5) Essa sala de repouso ficaria aos cuidados de um enfermeiro e deveria ser mantida como um ambiente tranquilo.

Com o tempo, Bion percebe que, embora houvesse uma liberdade quase integral para que cada homem escolhesse o que fazer, desde que apresentasse um objetivo prático, poucos estavam de fato trabalhando. É aí então que Bion faz sua provocação a fim de tornar o grupo mais autocrítico e responsável por suas atividades. Bion comunica que havia ouvido que ele era o engodo do Exército, e que isso era parecido com o que estava ocorrendo na ala de reabilitação.

Este comunicado deixou a audiência parecendo sentir-se como se houvesse sido “apanhada”. Voltei à discussão, nesse ponto, para um assunto de responsabilidade comunal e não mais algo que concernia a mim, como oficial sozinho. (BION, 1975, p. 10)

O efeito foi imediato: a ala de reabilitação passou a ser mais autocrítica. Bion (1975) expõe aqui a força necessária ao trabalho inicial de qualquer queixa, a saber, a de fornecer ao sujeito elementos para que ele possa se implicar na posição queixosa em que se coloca. “No tratamento do indivíduo, a neurose é apresentada como um problema do indivíduo. No tratamento de um grupo, ele tem de ser apresentada como um problema do grupo” (BION, 1975, p. 3).

Bion elevou tal princípio analítico ao trabalho com grupos: o de que o analista não responde do lugar do mestre, o que equivale a não ser responsável

pelo sintoma de seus pacientes e querer eliminá-los num *furor curandis* (BARROS, 2009). A ação do coordenador de grupo seria a de elucidar na forma de interpretação o que estaria ocorrendo coletivamente e que seus membros ignoram.

Para Bion (1975), a situação de grupo seria a atualização do conflito entre processos primários e secundários. A “cultura de grupo” expressa o conflito incessante entre a mentalidade do grupo e o desejo dos sujeitos. O *grupo de trabalho* seria aquele momento no qual o funcionamento é prioritariamente feito a partir dos processos secundários de ligação, pensamento lógico e comunicação verbal. No segundo, denominado como *suposto básico*, prevalecem os processos primários quando se evita a frustração, funcionando a partir do princípio do prazer. A transição de um ao outro fazem parte da *mentalidade grupal*, sendo que um bom grupo seria aquele capaz de lidar com tal passagem na medida em que se caminha para o alcance de um objetivo, de uma tarefa.

O Édipo freudiano, segundo Bion (1975), não era suficiente para compreender os fenômenos de grupo, somente a psicanálise inglesa poderia fornecer elementos para compreender os fenômenos mais primitivos da vida mental. Nesse sentido, os supostos básicos seriam base para sua chave interpretativa do grupo. Baseado na teoria kleiniana, Bion (1975) formula a hipótese de que o indivíduo frente à situação grupal regride aos estádios mais primitivos da vida protomental, utilizando mecanismos de defesa como a identificação projetiva (BION, 1975), a partir do qual o sujeito introduz sua própria pessoa parcialmente ou não no interior do objeto para lesá-lo, possuí-lo ou controlá-lo (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001).

Bion (1975) postulou três supostos básicos: grupo luta e fuga (quando o grupo se reúne a fim de combater ou fugir do inimigo); grupo de esperança messiânica (quando o grupo se reúne em torno de uma ideia salvadora que virá somente no futuro, postergando qualquer ação no presente) e grupo de dependência (no qual o líder é uma figura da sobrevivência do grupo). Os supostos básicos seriam sentidos sintonicamente pelos sujeitos sem a sobreposição de um pelo outro, mas com possibilidade de formação de subgrupos. Na suposição básica de dependência o grupo reconhece algo ou alguém como ameaça e supõe no líder a proteção necessária. Na passagem da suposição básica para a suposição de luta e fuga, por exemplo, o grupo passa de passivo para ativo.

A ideia central é a de que as suposições incluem um líder (COSTA-ROSA,

PASTORI, 2011). Podemos dizer que os grupos de suposição básica são grupos que ao requererem a existência de um líder seja uma pessoa, uma ideia ou objeto, são grupos que tem uma consistência imaginária. Ou seja, nesse sentido, eles estariam apoiados na mesma construção mítica de “Totem e Tabu” (FREUD, 1912-13/2012): um grupo fundado na exceção.

Os supostos básicos seriam defesas frente às ansiedades psicóticas dos sujeitos, e o trabalho de analista consistia então em conscientizar os sujeitos sobre suas dificuldades a partir dos supostos ativo naquele momento do grupo, explicitando-os ao grupo.

No tratamento de grupo, muitas interpretações têm ser feitas fiando-se nas próprias reações emocionais do analista. Acredito que estas reações dependem do fato de o analista no grupo encontrar-se na extremidade daquilo que Melanie Klein (1946) chamou de identificação projetiva. (BION, 1975, p. 136-137).

Um dos avanços em Bion (1975) está em apontar que o psicanalista em grupo, tal como num atendimento de um único sujeito, a princípio, não atende as demandas, visto que paralisaria o processo de desenvolvimento do grupo. É tendo em vista isso, que todo o trabalho está em manter a atenção e a tensão entre a estrutura de um grupo (concebida a partir dos supostos básicos) e os sujeitos (BION, 1975). Não ceder à demanda grupal se justifica por considerar que o grupo desconhece sua própria complexidade permanecendo, em larga medida, alienado de sua demanda coletivizada (SILVA, 2000). Não obstante, as interpretações de Bion visavam o grupo como um todo, interpretando diretamente a transferência do grupo.

De forma resumida a interpretação em psicanálise referiu historicamente a uma ação do lado do analista, cujo objetivo é fornecer ao sujeito uma comunicação do seu funcionamento latente, especialmente os conflitos defensivos, tendo em vista o desejo que subjaz às produções inconscientes. (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001).

As intervenções de Bion (1975) visando o grupo como todo tendem a permanecer no registro do sentido, do imaginário quando é comunicado ao grupo uma explicação de seu funcionamento, o que denota uma posição de mestria sobre a significação. Além do mais, do lado do analisante, este pode ouvir a interpretação do analista para substituir suas associações pelas do analista, recompondo ainda

mais as defesas componentes do sintoma.

Para Lacan (LACAN, 1964c/1998), o que faz um analista é acompanhar por uma posição de renúncia a ofertar suas próprias interpretações para que o sujeito gradualmente se aproprie de seu saber inconsciente nas suas associações-livres e isso não seria diferente no grupo. Contudo, a diferença num grupo é que nesse pode haver sempre um sujeito que responda à demanda do outro, como indica Kaës (2005), e esse será um ponto a ser discutido mais à frente.

3.2.3 Pichon-Rivière: a interdependência dos sujeitos

O argentino Pichon-Rivière (1965/1998) partiu da microsociologia de Lewin, a psicanálise inglesa, a teoria da interação da comunicação e ainda do materialismo históricos (BENEVIDES, 2009). Uma de suas grandes contribuições foi o de aproximar doença mental e dinâmica grupal, afastando-se de uma concepção endógena e individualizante da doença, propondo uma concepção de inter-relação entre o mundo interno do sujeito e a estrutura grupal na qual ele se insere (SILVA, 2000).

Para compreensão dessa dinâmica de grupo, Pichon-Rivière (1965/1998) aponta três elementos constituintes: depositário, depositante, depositado. A hipótese é a de que um grupo (depositante), para manter determinada coesão, deve colocar angustias e ansiedades, ou seja, todos aqueles aspectos que se quer negar (depositado), num sujeito do grupo (depositário). Assim, é por suportar tal função que o sujeito adoece uma vez que ele é porta-voz (ou emergente) do processo de tal identificação projetiva da dinâmica do grupo. O porta-voz seria portador e denunciante de algo que ocorre ao grupo como um todo, o que estaria latente, não consciente, ele capta dado sua história singular. A relação aqui é dialética e não de causalidade linear.

A partir daí a intervenção pichoniana seria a de mobilizar esses conteúdos cindidos, a fim de que, uma vez denunciadas pelo porta-voz, possam ser discutidas e integradas ao grupo com a busca de soluções proposta pelo mesmo (SILVA, 2000).

É por esse caminho que, para Pichon-Rivière (1965/1998), o objetivo do

grupo operativo seria de ensinar a resolver as dificuldades criadas e manifestadas no campo grupal, e não em cada sujeito. Para isso não se centrou exclusivamente no grupo como nas concepções gestaltistas, pois o sujeito, ao se expressar, se expressa enquanto porta-voz de si (como expressão do singular) do que seriam as fantasias inconscientes do grupo (como expressão do universal), mantendo assim certa tensão entre os polos.

Para Pichon-Rivière (1965/1998) um grupo poderia ser definido como:

Todo conjunto de pessoas ligadas entre si por constantes de tempo e espaço, articuladas por sua mútua representação interna, que se propõe explícita ou implicitamente uma tarefa que constitui sua finalidade. (PICHON-RIVIÈRE, 1965/1998, p. 237).

Um grupo só se estruturaria de fato como grupo caso operasse sobre uma tarefa, visto que a partir dela se impõe ao grupo a necessidade de resolver contradições dialéticas. Pichon-Rivière (1965/1998) discriminou três momentos pelos quais um grupo operativo passa: a *pré-tarefa* como momento de resistência, o que exige novas condutas; o da *tarefa* como momento de *insight* do grupo quando as ansiedades são superadas; e, finalmente, do *projeto* quando se examinam os meios a serem utilizados para produzir mudanças, as quais modificam dialeticamente os sujeitos em suas relações de interdependência.

Um dos méritos de Pichon-Rivière (1965/1998) foi o de introduzir a questão do tempo no grupo para além de um tempo cronológico, e isso para nós é de especial importância no tocante aos grupos numa lógica coletiva. Sua técnica de grupo operativo pode ser aplicada à coordenação de diversos tipos de grupos, não havendo, portanto, a necessidade de contrapor o grupo operativo ao analítico. O grupo analítico seria então um grupo operativo que se destina a tratar indivíduos em grupo com o referencial psicanalítico.

No grupo o sujeito atualiza o que Pichon-Rivière (1965/1998) denominou como grupo interno. Trata-se das marcas deixadas pelo processo de internalização das relações estabelecidas com as pessoas significativas de sua vida de modo que a relação atual está impregnada de repetições. As interações dialéticas com o outro num grupo operativo contribuem a sua progressiva mudança como um resultado da interação.

Romper com as estereotipias nas redes de comunicação frente à tarefa

seria próprio do objetivo do grupo que trabalha operativamente. As redes possuem três elementos da noção clássica de comunicação: quem fala, para quem se fala e de quem se fala, sendo que o ruído seria invariavelmente o terceiro. Nesse contexto, o coordenador possui objetivo de mitigar os efeitos do ruído proporcionando uma boa comunicação, ou seja, uma comunicação mais livre de estereotipias e angústias. Ainda nesse contexto, sua tarefa consistiria em ajudar o grupo na relação que os integrantes estabelecem entre si e a tarefa, contando para tanto:

(...) com duas ferramentas: a assimilação – que opera sobre o explícito – e a interpretação, que é uma hipótese sobre o acontecer implícito, que tende a explicitar fatos ou processos grupais que não aparecem como manifestos aos integrantes do grupo e que funcionam como obstáculo para a obtenção do objetivo grupal (...). A interpretação consiste na decodificação do sentido do emergente, é uma entrega de significados aos grupos. (PICHON-RIVIÈRE, 1965/1998, p. 237).

Assim como em Bion (1975), o coordenador também se dirige ao grupo por meio das interpretações que são “entrega de significados” captados pelo coordenador em sua forma inconsciente e devolvida numa linguagem explicativa. Além disso, ocorre que para Pichon-Rivière (1965/1998) o conceito de transferência está ancorado na concepção clássica de transferência como repetição, como foi decorrente de longa tradição psicanalítica. Segundo Laplanche e Pontalis (2001), a transferência nesses termos seria a atualização dos desejos inconscientes na situação analítica a partir da repetição de protótipos infantis.

Pichon-Rivière (1965/1998) aponta e utiliza o termo “assimetria” para falar da relação entre coordenador e os sujeitos do grupo, mas vemos como imprescindível a sua tematização a partir daquilo que Lacan elucidou acerca da transferência na sua relação com o saber e a linguagem, ou seja, a transferência como o engano do Sujeito Suposto Saber (LACAN, 1967b/2003).

3.3 Um balanço das teorias de grupo

Vimos brevemente que a necessidade de fundamento epistemológico que é presente em muitas das teorias de grupo refere-se ao “grupo como

intencionalidade” (FERNANDEZ, 2006), o qual serve de baliza para as intervenções do grupo como uma espécie de “mente grupal”. Assim, a tendência seria sobrepujar o universal em detrimento do singular do sujeito.

Foi Lewin (1973), a partir da Gestalt, quem forneceu para Pichon-Rivière (1965/1998) o princípio de que os sujeitos em grupo estão em necessária interdependência, e nisso desenvolveu a hipótese do porta-voz, na qual quando um sujeito ao falar no singular sua expressão também se remete ao coletivo.

Bion (1975), por sua vez, elevou para o campo grupal a condição de implicação do sujeito na sua própria queixa, tirando o analista da posição de responsabilidade acerca dos sintomas dos pacientes. Nesse sentido, um grupo “sem chefe” (BION, 1975) aparece como uma ideia importante, já que o analista ao se deslocar da posição de líder pode dar margem à emergência dos supostos básicos emergem resposta ao furo deixado por esse deslocamento. Nesse sentido, o grupo se manteria na posição de alienação, uma vez que o próprio grupo ignora sua estrutura. A consistência de um líder – lugar de ideal – oblitera o movimento de implicação que cada um no grupo deve fazer ao seu tempo.

Dessa maneira, a ideia de um grupo como um todo pode se estendida à Bion, quando suas interpretações aparecem como explicação do que se passa na “mente grupal”, devolvendo os conteúdos verbais expelidos por processos de identificação projetiva. A consequência direta disso é a reocupação do lugar de líder, de mestre da significação. A concepção a ser reconsiderada é aquela que considera o analista como um hermeneuta do sentido, um decodificador do texto inconsciente (SILVA, 2007). Tais intervenções permanecem no registro do imaginário, no sentido de intervir a partir de uma interpretação-explicação-tradução, colocando o analista não no lugar do Sujeito Suposto Saber, mas sujeito saber (LAURENT, 1995). O analista não contém a significação última do desejo do sujeito da mesma forma que o líder não conseguirá completar o gozo de todos. Ocorre que o analista sabendo que o lugar de mestria do saber é um lugar inconsistente, ele trabalha para dissolver tal engano, ao passo que o líder trabalha cada vez mais para manter-se na impostura.

Como apontamos acima no exemplo bioniano, na vertente inglesa de psicanálise o analista comumente se vale do seu *feeling* para decifrar o analisando, o que equivale a dizer que o analista interfere nas cadeias do sujeito com seu próprio ser, com seus significantes.

Quando o ser do analista entra em jogo não sabemos quem fala, não se

sabe quem está dirigindo o tratamento (LACAN, 1958/1998). E nisso, quanto mais interessado em seu próprio ser, menos seguro de sua ação o analista estará e, portanto, menos capaz de sustentar uma práxis autêntica.

O lugar do analista é, em verdade, uma função encarnável, ele paga com seu ser, anulando seu juízo mais íntimo para escutar o desejo inconsciente, o desejo do Outro para emprestar sua pessoa à operação *sob* transferência.

Para se furtar a essa direção, a interpretação⁸ deve então ser um meio-dizer, não porque dita pela metade, mas porque a verdade não pode ser dita toda (AMP, 1996). A linguagem é fonte de mal entendido, uma vez que não há soldagem inamovível entre significante e significado: o signo é arbitrário. O equívoco da linguagem é inerente ao seu funcionamento, o que torna impossível o sonho de uma linguagem universal livre das aderências patológicas das línguas de cada um (LAURENT, 1995).

As formações do inconsciente (sintomas, chistes, sonhos, etc.) são certamente interpretáveis, dado que são formações languageiras, e também por isso elas também são interpretantes (ELIA, 2010a), ou seja, é o próprio sujeito quem interpreta, por isso utiliza-se na interpretação o próprio barro significante do qual o sujeito é constituído. Num grupo, há uma intensa circulação de significantes e o problema do sentido e da significação ganham especial relevo.

Um grupo pode ter efeitos produtivos ao permitir que os sujeitos sejam capazes de levar em conta e suportar o mal-entendido na relação com o outro e em relação ao Outro. E nisso a função do analista é a de manter certo mal-entendido.

A linguagem é um sistema de diferenças internas, não é uma relação de identidade, uma vez que um significante é S1 porque ele não é S2, S3, etc. (DÖR, 1995). O inconsciente como desenrolar contínuo da cadeia significante já é colocar em andamento a diferença: S1 -> S2 -> Sn. Isso quer dizer que a passagem de um significante ao outro só possível justamente porque não designa o mesmo significante. O sujeito não aparece nunca no que se diz, ele está transitoriamente na passagem de um significante ao outro⁹:

S1 -> $\$$ -> S2

⁸ “Considerar o tema da interpretação a partir de sua dimensão ética não significa apenas ter em vista o valor judicativo que pode permear certas intervenções, mas nos exige uma explicitação da própria ética que compõe o cenário discursivo onde esta interpretação é possível” (DUNKER, 1996, p. 31).

⁹ Está aí o gérmen da fórmula canônica do sujeito em Lacan apoiada no campo da linguagem: o significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante (LACAN, 1953/1998).

Outro ponto importante: o princípio gestaltista de que o todo é a mais que soma das partes para nós não é errada, mas não inteiramente verdadeira, já que o não-todo faz furo onde haveria o todo na soma das partes. O que isso quer dizer?

Resumidamente, a Gestalt como princípio totalizador foi usada por Lacan como fundamento do imaginário quando da constituição narcísica do Eu no estágio do espelho (LACAN, 1949/1966). Tal constituição marca um momento de alienação do sujeito a uma imagem conformadora, que tem poder narcísico de tornar seu campo idêntico a si mesmo. Tal imagem vem recobrir um corpo despedaçado de forma ortopédica. Contudo, algo não é recoberto pela imagem, nem pela palavra e que aponta para o corpo, mas de forma alguma coincide com este último. Nesse sentido, há um não-todo.

O campo do simbólico, por sua vez, ancorado na fala a partir do deslizamento da cadeia significante, aponta também um furo na medida em que a passagem de um significante a outro deixa algo não simbolizado, algo cai como não representado na fala (LACAN, 1972-73/1985). No caminho de um significante a outro se abre uma brecha para além das significações estabilizadas da significação fálica (PESSOA, 2008). É nesse vazio que se instala o *objeto a* que faz não-todo à estrutura:

$$S_1 \xrightarrow[a]{\text{furo}} S_2$$

Vamos vendo que certos conceitos lacanianos vão já compondo nossa tarefa de lançar alguma luz na questão dos grupos em psicanálise. De modo resumido, nossa investigação orientou-se em apontar alguns avanços na problemática psicanálise-grupo em Bion e Pichon-Rivière, mas, ao mesmo tempo, circunscrever o que desses avanços permanece no registro do imaginário. E a questão, portanto, seria como ir além do registro imaginário nos grupos?

4 PSICANÁLISE LACANIANA E GRUPOS

Pontalis (1963/1972) é um marco na análise das práticas grupais. Na década de sessenta já apontava que a maioria das práticas grupais operava na vertente imaginária, na qual se aprofunda na via da alienação do sujeito, pois o Eu é menos uma instância que garante o contato com a realidade, do que uma instância de desconhecimento (LACAN, 1949/1998).

Desde o início, é sabida a vocação crítica da psicanálise aos ideais sociais, e Freud não negava que residia aí a força subversiva e a desconfiança que lhe era atribuída. Em “Moral sexual civilizada e doença moderna”, Freud (1911/1976) propõe a tese que também estaria presente nas páginas do “Mal-estar da civilização” (1930/2011): a cultura se ergue sob a renúncia pulsional dos sujeitos.

É nesse sentido, ao fazer tal diagnóstico social, que Freud coloca o papel que caberia à psicanálise: a denúncia da repressão e a promoção da liberação das pulsões aprisionadas pela moral vitoriana de sua época. É, portanto no questionamento das *experiências improdutivas de determinação* (DUNKER, 2011) que a psicanálise nesse momento estaria mais calcada na vertente de quebra dos ideais.

Mas tal vertente, radicalizada por muitos analistas levou a certa marginalização da psicanálise. Os psicanalistas então aderiram à *imagem* de um “profissional da desidentificação” resumida nas palavras de Laurent (2009a):

O analista crítico é o analista que não possui nenhum ideal, que chega a se apagar, que é tão só um vazio ambulante (...). [A prática analítica] consistia em promover uma concepção da psicanálise como prática de desidentificação. (LAURENT, 2009a).

O que queremos apontar é que a vertente da desidentificação tomada como uma espécie de imperativo contribuiu em larga medida ao interdito e suspeita das práticas grupais e institucionais no âmbito da psicanálise lacaniana, com a consequência de afastar os analistas de discussões e ações sociais concretas de forma mais aberta e ampla (GUERRA, 2002a).

Pela via do imperativo certamente não há possibilidade da instauração do discurso do analista (LACAN, 1969-1970/1992), uma vez que alienação e separação

são momentos dialeticamente constituintes do sujeito. O que queremos sublinhar é que não é possível dizer que o grupo por si só seja condenável por ter estruturalmente efeitos imaginários. Pelo contrário, é possível afirmar que a identificação/alienação em determinados casos ou momentos é uma experiência extremamente produtiva ao(s) sujeito(s) como mostra a clínica¹⁰.

É certo que o ensino lacaniano iniciou em grande medida justamente pela crítica do Imaginário, especialmente para servir como um diagnóstico do sentido que a psicanálise pós-freudiana estava tomando: deixar à margem o campo da fala e da linguagem (LACAN, 1953/1998). Esse diagnóstico também servia também para o próprio movimento psicanalítico, uma vez que o final da análise estava na identificação imaginária ao analista didata como Ideal. E foi a partir desse diagnóstico que Lacan lançou mão de um dispositivo de transmissão da psicanálise que pudesse mitigar os efeitos estruturais do campo do Imaginário.

4.1 O cartel: descompletando com o grupo

O dispositivo de grupo do cartel é o órgão de formação da Escola lacaniana e é um exemplo do que Lacan criou como prática em grupo como uma saída salutar dos efeitos imaginários de grupo (LACAN, 1971/2003).

Da visita à Inglaterra do pós-guerra, como já dissemos, Lacan entra em contato com a experiência de grupos de Bion (1975), mas embora se especule que tal experiência tenha sido o germen para a criação do dispositivo, essa suposição é bastante imprecisa (DUNKER, 2004).

¹⁰ Um exemplo interessante, mas não extraído de nossa clínica, é relatado por Ribeiro e Vitta (2007) quando do atendimento de um grupo de psicóticos. Um deles estava incomodando demasiadamente o grupo com falas e gestos extremamente desconexos e agressivos – quando não permanecia em silêncio. O grupo então recebe uma nova integrante, a qual, ao se deparar com Joel, exigiu que esse comunicasse claramente qual o problema que ali o mantinha no grupo – o que já tinha sido feito sem sucesso pelo grupo. Para surpresa de todos, Joel faz uma primeira asserção acerca de si: “(...) meu problema é com a minha família que não sai do meu pé por causa das drogas do tráfico. Então deve ser isso: problema com drogas. (...) eu sou dependente de drogas, por isso estou aqui com vocês” (RIBEIRO e VITTA, 2007). Joel, que já contava com 45 anos de idade, tinha tido contato com drogas apenas na adolescência, época do desencadeamento de sua psicose, de modo que ele não poderia ser clinicamente diagnosticado como dependente. Assim, identificando-se ao significante “drogado”, Joel pôde participar de alguma forma do laço social, se interessando mais pelas outras pessoas do grupo, diminuindo as relações de agressividade. Enfim, começou a falar de si. É preciso, portanto, relativizar o lugar do dispositivo de grupo na psicanálise o que exige ter mais clareza quanto à função analista.

Como indicamos no início, a psicanálise lacaniana propunha outro modelo para as formações em psicanálise que estavam baseadas em grupo hierarquizados, denunciando o “saber pré-digerido” oferecido aos candidatos em formação.

O cartel é um dispositivo que visa engendrar um saber novo de cada membro que dele participa, possibilitando uma experiência de destituição de saber. Garcia (1994) relata que dificilmente os membros do cartel comunicam de fato suas dificuldades, uma vez que tal experiência de destituição não é assim facilmente exposta pelo sujeito. Daí Jimenez (1994) lembrar que Lacan não esperava nada das pessoas, mas sim do funcionamento do cartel para produzir efeitos de sujeito.

A ideia do cartel é a de transformar uma transferência dirigida a alguém que está colocado no lugar de Sujeito Suposto Saber para um desejo de produzir dirigido para um lugar em que tal produção possa se tornar pública; transformar o que poderia ser a busca de uma verdade doutrinal num saber sobre a verdade e sua relação com o impossível, e nesse sentido, publicar seria transmitir um saber sobre o furo: o cartel ele mesmo já é um dispositivo depreendido da estrutura psicanalítica do inconsciente (JIMENEZ, 1994).

O cartel visava, portanto, certo trabalho na Escola acolhendo, antes de tudo, não analistas. “O cartel dá lugar, abre espaço à psicanálise; ele não é feito para enfeixar psicanalistas” (GARCIA, 1994). O trabalho dos membros do cartel teria assim um caráter de elaboração em curso, cada um ao seu tempo e modo.

O cartel se apresentava como a unidade de combate contra a psicologia de grupo, dizia-se na época (creio que ainda hoje podemos dizê-lo); com certeza, temos condições de dizer que Lacan propunha com o cartel elementos de uma Lógica Coletiva em contraposição a uma psicologia de grupos cuja análise tinha sido iniciada por Freud. A ideia de cartel constitui a consequência, no plano organizacional, de uma concepção de ensino da psicanálise que está assentada na própria aceção de análise tal como a ensinava Lacan. (GARCIA, 1994).

É na “Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista na escola” (1967/2003) que Lacan dá a fórmula para os cartéis: 4+1. A função do mais-um é definida pela negatividade, ou seja, pelo que não é: não é um coordenador, não é um líder, nem um antilíder, não é um analista. Qual sua função? Deve ser alguém prevenido dos efeitos imaginários de grupo, alguém que tenha condições de exercer uma função analítica sem se instalar numa função de analista, é uma função ancorada no *objeto a* (JIMENEZ, 1994).

O mais-um deve ser alguém que descomplete o grupo afim de que ele se organize em torno de uma causa e não de um líder. O “mais” nessa operação não significa uma operação de adição. “Quatro mais um” não fazem aqui cinco, mas um conjunto de quatro mais um. O “um” aqui é significante que denota separação (CABAS, 1994).

Esse lugar de “faz de conta”, a partir do qual o mais-um sustenta a função de *objeto a*, coloca-o numa posição de solidão radical, e percebido assim pelos sujeitos há uma tendência de quererem arrastá-lo para a massa a fim de reverter a aversão desse tipo de solidão. Isso porque o mais-um fazendo a vez de *objeto a* aponta para o impossível de representar (TROBAS, 1994). O mais-um, embora se ancore nessa função, não é analista, pois no cartel ele não encarna o Sujeito Suposto saber, mas apenas vem desarticular os fenômenos imaginários sem que ele tenha que interpretar, ele se encarrega apenas – o que não é pouca coisa – de fazer o trabalho progredir.

Quatro sujeitos – até cinco no máximo – são então convidados a produzir enlaçando suas questões singulares em torno de um tema comum aos cartelizantes. No máximo cinco para que o grupo sofra menos os efeitos de se tornar uma multidão onde os sujeitos não tendem a permanecerem no anonimato, deixando suas singularidades apagadas.

Os sujeitos então são provocados a produzir algo, ao invés de reunir-se em torno de um mestre para aprender. Contudo, se não ocorre a produção, ao menos as crises desse percurso podem ser expostas. Outro elemento do cartel é a dissolução prevista em no máximo dois anos. Dessa maneira, Lacan encontra uma solução para o que é inevitável: a colagem grupal.

Assim, caracterizado brevemente o cartel, em que esse dispositivo aponta elementos que possam nos auxiliar em relação aos grupos psicoterapêuticos?

O primeiro ponto trata-se da questão do número de sujeitos. Em nossa experiência de atendimento em grupo, cinco sujeitos tem sido o número máximo de pessoas com que estamos trabalhando, pois o tempo cronológico aqui também é importante. É um número em que é possível que todos tenham algum momento de fala.

O segundo ponto trata-se da exposição das crises. O produto final de um cartel pode ser a exposição de seus impasses e crises, visto que esse saber que se apreende dessa experiência refere ao saber sobre o furo. Isso também é operante

no grupo psicoterapêutico, com a diferença que nesse último a associação-livre é o próprio motor do grupo. Diríamos a partir de Bion (1975) que o grupo psicoterapêutico deixa maior margem à emergência dos supostos básicos, ao passo que o cartel estaria mais ligado ao grupo de trabalho.

Por fim, o terceiro ponto trata-se da função do mais-um. O mais-um por ser aquele que aponta para o furo, sua posição é similar ao analista no grupo. Seu lugar também está esvaziado da posição de mestria. Uma das diferenças é que, num grupo psicoterapêutico, o analista por ventura ocupa a posição de quem interpreta, com a condição de que esse ou aquele lhe enderecem uma demanda de saber sobre si mesmo, o que pode não ser feito por todos e nem ao mesmo tempo.

Por fim, a potência do cartel como outra forma de laço social está no fato de que sua estrutura é montada justamente para conter os efeitos de massa, de homogeneização que impede o trabalho analítico. Por isso foi importante passarmos pela estrutura do cartel. Isso porque nessa estrutura no lugar do ideal em torno do qual o grupo pode vir a se estruturar instaura-se um furo. Nesse sentido, vamos traçar mais elementos de comparação entre uma formação social baseada na lógica do cartel e outra na lógica da massa com o objetivo de extrair consequências ao dispositivo de grupo.

4.2 Da multidão ao cartel

Vimos que o esquema de grupo freudiano em “Psicologia das Massas e Análise do Eu” (1921/2011) tem como estrutura lógica aquela de “Totem e Tabu” (1912-13/2014), cuja redução lógica se configura como um conjunto incompleto e consistente, isso porque o pai da horda é a exceção ao grupo descompletando-o, e consistente porque os sujeitos se identificam ao ponto da perda de um objeto externo, no caso, as mulheres do bando.

Outro ponto em que tocamos foi que o esquema freudiano de grupo promove uma identificação dos sujeitos entre si em relação ao Eu, ao mesmo tempo em que colocam o líder como Ideal do Eu. Tal esquema é dado pelo próprio Freud (1921/2011, p. 76):

Figura 2 – Esquema freudiano de grupo

O interessante notar do esquema freudiano é que as linhas verticais tracejadas representam a homogeneização imaginária das identificações. Por outro lado, algo chama a atenção: não há uma linha vertical marcando o ponto de identificação entre os objetos, o que nos indica uma inconsistência em tomar um único e mesmo objeto para todos. Nesse nível a relação vem aparecer como resistente à homogeneização.

Para fundamentar melhor o que apontamos, basta lembrarmos que para a psicanálise o objeto é o que há de mais variável para cada sujeito, ele é, portanto, incomensurável. O “objeto externo” que aparece no esquema freudiano também é ligado por linhas tracejadas, marcando a aparência de mesmo e único objeto imaginariamente aos sujeitos nesse tipo de laço social.

Mas se dizíamos a pouco que o mais-um ocupa um lugar exterior ao grupo ele então não estaria a ocupar o mesmo lugar de Ideal do Eu para os sujeitos do grupo? Não, porque, enquanto função, nem o mais-um nem o analista visam à vez de Ideal do Eu, o que não quer dizer que desse lugar se trata de denunciar as idealizações – o que produz regularmente novas idealizações – mas de reconhecer-lhe a existência e o lugar (PORGE, 1998).

Dissemos acima que a função do mais-um e do analista no grupo seria a de descompletar o grupo ao não ocupar o Ideal do Eu como elemento exterior. Sem ninguém para ocupar o lugar do líder teríamos:

Figura 3 – Esquema gráfico de um grupo sem lugar do líder

Nesse caso, não há um elemento exterior, todos são igualmente castrados, de forma que a representação de conjunto – enquanto contorno – não é mais necessária, visto que o elemento exterior perde consistência:

Figura 4 – Esquema gráfico de um grupo completo e inconsistente

Assim, se havíamos dito que o esquema freudiano de “Totem e Tabu” (1913-14/2012) ao ser descrito logicamente como um conjunto incompleto e consistente, nesse caso teríamos um conjunto o completo e inconsistente. Não há o que se pode dizer de uma exceção (LEBRUN, 2009). Inconsistente porque o objeto como causa não é o mesmo para todos, isso porque quando dissemos a pouco que o mais-um tende a operar ancorado na função de *objeto a*, visto que esse objeto é o que não suporta um significante, nem mesmo uma imagem.

Ao perder seu contorno, teríamos assim paradoxalmente a dissolução do grupo. Parafraseando Lacan, poderíamos dizer que “o grupo não existe”. Pensando no dispositivo de grupo, o critério de pertencimento como definição e objetivo do

grupo perde consistência. Não que não existam os sujeitos empíricos e seus Eus individuais, mas neste caso o sentimento de pertencimento é dissolvido, e outro registro da experiência num grupo se abre para além do imaginário.

O grupo aqui então paradoxalmente refere-se à reunião de indivíduos ou Eus, mas o sujeito por sua vez refere-se ao coletivo, ou seja, temos uma multiplicidade sem grupamento uma vez que Lacan não cessa de dizer que a estrutura do inconsciente, do isso e do sujeito tem uma lógica coletiva (ELIA, 2010b). Para Lacan (1945[1966] /1998) o sujeito é fruto de um cálculo coletivo.

Mas onde está o objeto nesse último esquema de grupo? Só conseguimos representá-lo como objeto negativo, como vazio, colocando um furo no interior mesmo do grupo, mas sem se tratar do mesmo furo para todos, uma vez que dependendo da posição em que se toma ele incide necessariamente de forma diversa para os sujeitos:

Figura 1 – Representação do lugar do furo num grupo

Isso não quer dizer que um grupo assim posto não tenha algo que una aos sujeitos, mas que não se trata de paradoxalmente de uma união por traços imaginários e simbólicos, mas algo da ordem do real, que é coletivo sem ser homogêneo. Como afirma Lacan (1974-75/inédito):

O que desejo é a identificação com o grupo, porque é certo que os seres humanos se identificam com um grupo; quando não se identificam estão fracassados, estão isolados. Mas não digo com isso a que ponto devem se identificar. (LACAN 1974-75/inédito, p. 64-65).

Pudemos então até esse ponto fundamentar teoricamente um grupo não baseado no esquema freudiano da homogeneização. O que extraímos de nosso percurso até aqui é que para prevenir tal efeito de massa o analista não deve ocupar o lugar de Ideal do Eu, e sim ancorado na função do *objeto a*, objeto esse que

prescinde de significante e de uma imagem narcísica. Em outras palavras, ao invés do lugar da consistência do líder há o furo do *objeto a*. Isso tem como consequência na práxis psicanalítica provocar o grupo no que ele encobre o furo.

Tendo em vista que a homogeneização do grupo pode bloquear o trabalho analítico, entendemos que o recurso ao dispositivo de grupos monossintomáticos (como, por exemplo, Alcoólicos, obesos, hipertensos, etc.), favorecem as identificações horizontais, de modo que as diferenças subjetivas tendem a ser suprimidas sob esse ou aquele significante do grupo, ponto em que o sujeito vem se alienar (Baptista, 2003):

S1 é um operador de alienação e, por isso, coletivizante, Freud o chamou de ideal do eu e Lacan em sua primeira formalização o chamou de I com maiúscula. Mais tarde em sua segunda formalização, propôs a escrita S1 e deste modo o generalizou, pois que esta letra se refere sem dúvida ao ideal do eu, mas também ao Nome-do-Pai e a muitas coisas mais. (MILLER, 2011, p. 56).

No nosso trabalho não montamos grupos a partir de um mesmo sintoma para todos. Contudo, vemos emergir na experiência que mesmo que não se monte grupos monossintomáticos, há significantes que tem o efeito de cola grupal (S1).

Num grupo de cinco mulheres, duas delas diziam ter o diagnóstico de psoríase. Numa dada sessão, uma delas que dizia da sua dificuldade em permanecer num mesmo emprego, justificava tal dificuldade ao significante “psoríase”:

Mônica: “Doutor, não é verdade que quem tem psoríase é uma pessoa muito nervosa?”.

Estela: “Ah... eu não sabia disso! Por isso eu sou assim!”.

Analista: “E porque você acha que isso é igual para as duas, Mônica?”. Mônica: “Sei lá... é o mesmo nome!”.

Estela: “Cada hora é uma coisa diferente: psoríase, depressão e sei lá mais o que. Já me deram tudo que é nome de coisa... A gente fica sem saber o que é!”.

Mas é ao mesmo tempo em que há uma homogeneização (via S1), algo permanece de fora (*objeto a*). Nesse sentido, o trabalho do analista é acolher a emergência de tais significantes coletivizantes e remetê-los ao grupo de forma a emergir o que é deixado à margem. Na relação com o Outro o sujeito não encontra

um significante capaz de dizer “Você é isso”, há um furo no Outro. O sujeito carece de identidade própria. O sujeito não possui um predicado, um atributo fixo, uma representação, embora ele se esforce; ele é representado por um significante (S1) para outro significante (S2), por isso ele é antes de tudo uma operação, um efeito (ELIA, 2010).

Sintetizando até onde avançamos: fomos articulando a constituição de um grupo e do lugar do analista numa direção que foi se abrindo para além do Imaginário e do Simbólico e que estávamos nomeando como *objeto a* e furo. Esta é uma grande contribuição da psicanálise lacaniana: a dimensão do Real. Se sustentamos um grupo psicoterapêutico de coordenadas lacanianas é porque a dimensão do Real aponta para o impossível de recobrir, seja do sujeito, seja do grupo, e é justamente o seu reconhecimento que coloca ordena os móveis de nossa ação. Assim, vamos abordar a problemática do grupo de forma mais incisiva na sua relação com os três registros lacanianos.

4.3 O grupo a partir dos registros Imaginário, Simbólico e Real

Esse capítulo visa trazer contribuições à problemática do grupo a partir da tríade que sustentou todo o ensino de Lacan, a saber, o Simbólico, o Imaginário e Real. Sua importância está no ponto em que tais registros operam como condição da experiência da realidade humana e que teria, portanto, caráter ontológico (LACAN, 1953/2005).

Na verdade, os registros são os grandes operadores de uma extensa revisão da obra freudiana e, sobretudo, pós-freudiana. Eles foram articulados de formas diversas ao longo da psicanálise lacaniana e somente através da topologia dos nós borromeanos é que Lacan visou uma homogeneização dos três registros de modo que cada registro seria responsável por amarrar os outros dois, num esquema de determinação recíproca (VORCARO, 2010). Este é um longo caminho e não vamos percorrê-lo. Aqui vamos propor as distinções entre os registros apenas para fins de entendimento do texto. Em todo caso, através da topologia Lacan estava certamente objetivando formalizar a constituição do sujeito através da amarração dos nós, do qual ele é um efeito, uma operação.

Aliás, que o sujeito tenha sido antes de tudo uma operação, é presente desde as primeiras apropriações hegelianas através do vocabulário da negatividade. Nesse campo, um termo importante é o de autoafecção, ou seja, uma mediação por uma alteridade interna (ARANTES, 2003).

Podemos dizer que a ideia aí presente seria de uma alteridade no interior do sujeito¹¹, a qual nega sua essência. Em outras palavras, isso não se refere nada mais nada menos que o reconhecimento de que um sujeito não pode ser causa de si mesmo, comportando, portanto, uma divisão no interior de si mesmo (LACAN, 1964d/1998).

Como havíamos sublinhado acima, em psicanálise é mais que conhecida a ideia de que o sujeito em si mesmo encerra uma alteridade sob a rubrica da intersubjetividade, na medida em que as identificações marcam o ponto de alienação da onde os sujeitos se constituem (FIGUEIREDO E COELHO, 2004). E é por este reconhecimento de que o sujeito tem sua constituição e apoio a partir da relação com os outros, que algumas vertentes da psicanálise fundamentaram o grupo enquanto dispositivo terapêutico.

Nesse campo há uma constante defesa de que não somente os grupos são formados por sujeitos, mas que os sujeitos são formados como grupos, no sentido que a própria subjetividade ela mesma é grupo (BLEGER, 1970/1991; KAËS, 2004; PICHON-RIVIÈRE, 1965/1998). Um exemplo disso está em Kaës (2004), quando este toma a enorme tarefa de ler a obra freudiana a partir do significante “grupo”. Nesta empreitada, Kaës (2004) concebe o “intrapsíquico” como grupo ele mesmo, isso porque encontra em Freud a expressão “grupo psíquico”, que remete ao conjunto de afetos, representações, mecanismos, etc. como modelo da constituição e funcionamento da psique individual.

Por outro lado, no âmbito da clínica, quando ouvimos os sujeitos o que escutamos de modo geral? Grupos? É certo que ouvimos os sujeitos falarem de outros sujeitos. Ouvimos sua vida gravitar em torno dos outros: seus movimentos de parada, avanço, retrocesso, tapeação a partir de onde esse sujeito julga estar o outro. É certo que podemos apontar a homologia de um grupo empírico a um “grupo psíquico”, mas aqui é preciso ter claras as precisões conceituais afim de não ficarmos no terreno das metáforas.

¹¹ À rigor não há “dentro de si”, tal modo de conceber o sujeito se fundamenta numa apreensão imaginária do sujeito.

É claro que num grupo, assim como na escuta de um sujeito, estamos interessados na posição dos sujeitos frente aos outros, mas antes de tudo ao Outro. Cada realidade se funda na posição que o sujeito se coloca frente ao Outro, sendo este sujeito a soma dos efeitos da fala sobre ele mesmo, construindo cadeias de significação que dirigem seu modo de ser no mundo (LACAN, 1964b/1998).

Um casal que havia acabado de se separar vem solicitar que o filho João retornasse ao atendimento com psicólogo, pois João já tinha sido de fato atendido por mim. Ambos alegavam “quererem o melhor para o filho” (sic), cada um a seu modo. Questionados sobre o porquê estavam trazendo o filho novamente ao psicólogo, a mãe de João afirma: “O João agora está ficando muito triste, porque o pai não vai visitá-lo” (sic), e na sequência passa a fazer uma série de acusações ao ex-marido. Isso fez rapidamente com que as acusações se tornassem intensamente mútuas, até que o pai faz uma afirmação: “Eu só ouço que eu sou um pai ruim”. Interrompo a cena lhe perguntando: “Ouve-se aqui muito que sua ex-mulher pensa que você é um pai ruim! Mas e você? Pensa o que de você?”. O pai então suspira e diz: “Eu acredito! Eu ouço de mim mesmo o tempo todo!”.

O pai de João além de ouvir de sua ex-mulher, no lugar de semelhante, os significantes “pai ruim”, escuta-os também, e antes de tudo, enquanto discurso do Outro. Ocorre que do Outro, o sujeito recebe a mensagem de si mesmo de forma invertida, e a fala de sua ex-mulher reforçava isso ainda mais. Foi somente após tal intervenção que foi possível abrir espaço para os significantes da história do pai de João, dos quais é efeito.

Assim, o sujeito sendo efeito de uma mediação, quais são os elementos dessa autoafecção? Como podemos falar da alteridade? A questão da alteridade percorre toda a obra lacaniana, e dentro dessa vamos elencar três modos de apreendê-la (QUINET, 2012): alteridade da imagem de si articulada à imagem do semelhante localizado no campo do Imaginário; a alteridade do Grande Outro apreendido pelo campo do Simbólico; e a alteridade do *objeto a*, o outro pulsional do campo do Real.

Tendo como referencia o sentido, é possível condensar as mais avançadas articulações dessa tríade (JORGE e FERREIRA, 2005). Do ponto de vista do registro Imaginário o sentido apresenta-se como *unívoco*, a imagem apreendida como totalidade faz com que a realidade aparece a partir de um único sentido. No plano do Simbólico a trama das cadeias significantes possibilita que a

imagem seja mitigada na sua fixidez de sentido único introduzindo a *polissemia* nas tramas, instaurando o *equívoco*. O real, por sua vez, é da ordem do *não sentido*, aquilo que resiste a ser apreendido pelo unívoco da imagem e da equivocidade da palavra. O real é, portanto, inapreensível, restando apreendê-lo metaforicamente como um espaço contínuo, indiferenciado, sem dentro e fora dado que não haveria cortes (FINK, 1998).

É ao falarmos que damos ao Real um tipo de sentido e existência. No plano do real simplesmente HÁ, onde nada pode ser deduzido. Dizer que HÁ ainda é dizer muito, já que se trata apenas de uma hipótese dada pelas condições de falarmos. Isso quer dizer que para que o Real seja deduzido, situável de alguma forma é preciso do Simbólico para que ele seja discernível, ou seja, que o Real entre num campo discursivo, caso contrário nada se diria dele. A partir do plano do Simbólico HÁ discernível, já que pelo deslizamento da fala procuramos apreender o irrepresentável. Já que HÁ discernível é porque Há UM como sendo a pura diferença: este é UM porque ele não é outro, é um corte apreendido na diferença simbólica. Mas também HÁ SEMELHANÇA: trata-se do registro Imaginário, para o qual o espelho é a matriz das coisas no que é parecido com outros, consistindo numa rede de semelhanças e dessemelhanças já que há comparação (MILNER, 2006).

Tais registros na sua articulação é que são possibilidade da constituição da realidade humana como dizíamos acima. Diremos ainda um pouco mais. A tríade lacaniana, como indica Vegh (2001) aponta que as intervenções do analista são possíveis no campo dos três registros, uma vez que as incidências do analista não são homogêneas. Vamos então agora vamos mais detidamente sobre cada registro a fim de aprofundarmos o tema dos grupos.

4.3.1 O Imaginário

O campo do imaginário não é o campo propriamente do analisável, como diria Lacan (1953/2005), o que não quer dizer que tal registro não seja operativo e se não se trabalhe a partir e com ele. Ocorre que para que o fenômeno seja analisável, ele deve comportar operações de deslocamento, que não represente

algo que não seja ele mesmo (Lacan, 1953/2005), visto que se trata de operar com signos e não com significantes.

O registro do Imaginário foi a pedra de toque da construção do edifício lacaniano e que passou por diversas reformulações. No início, o Imaginário referia ao campo da etologia, donde Lacan (1953/2005) referia-se ao comportamento sexual animal ser provocado por imagens específicas da espécie dentro de um ciclo de comportamento que pode ser mais próximo do que se concebe como instinto.

Acontece que para o ser humano as imagens pelas quais ele é afetado são as mais variadas possíveis, de modo que sua relação com as imagens que o afeta impede de ser considerado apenas como um instinto. Seria preciso então investigar a partir de que momento a imagem passa a adquirir um caráter de orientação da conduta do sujeito.

É a partir daí que a psicanálise lacaniana inicia o seu recurso ao estágio do espelho, o qual vai progressivamente deixando de ser apenas um estágio, para se tornar uma estrutura de caráter dual que se refere, essencialmente, para o advento da alteridade e da percepção de si mesmo.

A dimensão do imaginário como parte constituinte da intersubjetividade não é inteiramente eliminável, uma vez que se trata de uma estrutura.

O espelho, isto é, este momento da primeira relação consigo mesmo que é irremediavelmente, e para sempre, uma relação com o outro, só representa uma fase privilegiada na medida em que tem um valor exemplar para toda a sequência de um desenvolvimento; não é um estágio destinado a ser superado, mas uma configuração insuperável. (OGILVIE, 1991, p. 112).

No importante artigo “O estágio do espelho como formador da função do Eu” (LACAN, 1949 [1966] /1998) Lacan vai desenvolver uma distinção até então não muito clara na psicanálise freudiana entre autoerotismo e narcisismo, até que no texto “Introdução ao Narcisismo” (1914/2012), Freud aponta que o Eu não seria inato, mas resultado de “uma nova ação psíquica” acrescida ao autoerotismo. Essa nova ação psíquica é que Lacan irá articular à formação da imagem de si, a qual foi descrita por Henri Wallon nos seus estudos de desenvolvimento infantil.

Ao autoerotismo, Lacan vai relacionar ao indeterminado das pulsões parciais, ou seja, um corpo sem um princípio de hierarquização e unificação das pulsões, uma vez que as zonas erógenas funcionam de forma independente umas das outras. Como primeiro tempo, seria uma anti-imagem, pois não permite identificar os elementos de uma totalidade (QUINET, 2005). À posteriori, pode-se

dizer que essa anti-imagem é a imagem do corpo despedaçado que a nova ação psíquica procura encobrir.

Ao momento de formação dessa imagem de si, Lacan a define como uma Gestalt com poderes formativos promotora da operação de identificação. Essa experiência do espelho produz na criança uma experiência paradoxal, uma vez que a percepção de uma unidade corporal que não encontra correspondência em sua vivência proprioceptiva se choca com o funcionamento não hierarquizado das pulsões parciais que lhe conferem uma experiência de despedaçamento, de falta de coordenação, mas que ele já é capaz de reconhecer como sendo sua, cuja assunção é vivida por um júbilo narcísico. Trata-se da formação do Eu Ideal (SALES, 2005).

Ocorre que essa identificação não é o reflexo fiel da imagem de si, mas sim da uma percepção de uma imagem que lhe vem do exterior. A imagem identificatória não é necessariamente o reflexo da criança no espelho, mas a forma humana em geral, representada pela presença do outro, do semelhante. Mesmo porque nesse tempo a imagem de si mesma no espelho é a imagem do outro, a criança ao se olhar no espelho vê a si mesmo como outro. Esse é o chamado transativismo, e que Lacan vai se apropriar de Charlotte Buhler:

Assim, ela [a criança] pode participar, num transe completo, do tombo de seu colega, ou da mesma forma lhe imputar, sem que se trate de mentira, ter recebido dele o golpe que lhe aplicou. (LACAN, 1966/1998, p. 180).

Dado que a imagem de si tem o caráter de outro, a relação do sujeito a si mesmo conterá um tom estruturalmente paranoico (Sou eu ou é o outro?), havendo então uma relação intrínseca entre agressividade e identificação narcísica:

"A agressividade é a tendência correlativa a um modo de identificação que chamamos narcísico e que determina a estrutura formal do eu do homem e do registro de entidades característico de seu mundo" (LACAN, 1966/1998, p. 110).

Mas porque uma relação entre agressividade e identificação? Um dos modos de se compreender isso é lembrar que identificar-se com o outro quer dizer tomar seu lugar – como já comentamos acerca dos modos de identificação em Freud –, de maneira que se instaura uma dialética da identificação com o outro implicando numa concorrência imaginária. Na constituição mesma do sujeito, o Eu

vem usurpar o lugar do sujeito, esse intruso que é o Eu, o sujeito percebe como outro, e que pode ser assim escrito¹²:

EU
/

Como o reconhecimento da imagem narcísica depende do Outro, ou seja, aquele que encarna a função materna, o sujeito vê sua imagem especular no desejo do outro, e é aí então que passa a concorrer o objeto do seu desejo (“Ela deseja essa imagem que não sou eu mesmo, ela quer o que eu quero”). Assim, o desejo humano se apoiará nessa tensão conflitiva no interior do sujeito, determinando o despertar de seu desejo pelo objeto do desejo do outro, de forma que é dessa concorrência que nasce a tríade: outro, eu e objeto (LACAN, 1966/1998).

Um aspecto importante a ser retido da crítica de Lacan a partir da tópica do imaginário (LACAN, 1954-1955/1996) refere-se à agressividade como elemento imanente à sua estrutura. Como já havíamos apontado pela pena de Freud a acerca do esquema freudiano, o grupo é o lugar em grande medida da ambivalência. O outro como imagem alienada de si é tanto um objeto de amor narcísico quanto um rival. Aí se instala uma luta de reconhecimento recíproco, mas de mútua exclusão da alteridade (eu ou o outro), o que vemos emergir na clínica com grupos.

Num grupo em que estavam presentes três sujeitos mais o psicanalista, dois deles entram numa disputa em querer saber “Com quem está a verdadeira verdade?”. Num dado momento, um deles endereça ao analista o lugar de garantidor da verdade:

Sofia: “Doutor, Fala se o que estou dizendo está certo! Com quem está a verdade verdadeira?”.

Analista: “Qual das verdades você quer saber mesmo?”.

Sofia: “Como assim? (...) Não tem só uma? (...) É... ele pode até pensar diferente, mas é que...”

Analista: “Ah... “ele pode até pensar diferente!”.

¹² O sujeito dividido – representado pela barra da divisão – se instaura a partir do momento que uma imagem vem lhe sobrepor

Sofia: “Minha mãe que é desse jeito (...). Que horror! Não gosto do jeito dela não!”.

Analista: “Que jeito você não gosta?”.

Sofia: “Isso de ficar brigando com a pessoa, fica disputando!”.

Sofia que havia procurado o psicólogo por conta da queixa de sua filha de 5 anos: “Ela está muito agressiva, não escuta ninguém, não aceita regras”. Esta era a segunda sessão em grupo. Na terceira sessão, após essa intervenção, retornou dizendo que a filha tinha melhorado muito:

Sofia: “Ela agora está fazendo as liçõezinhas... Obedece... Vai dormir cedo...”

Analista: “Mas o que aconteceu para ela ter mudado?”

Sofia: “Sei lá... Acho que eu estava educando ela igual minha mãe fazia comigo: na base do grito...”.

Daniel era quem havia entrado em disputa com Sofia. Após minha intervenção permaneceu calado, retornando a falar apenas nessa sessão, depois de ter ouvido de Sofia que sua filha havia melhorado:

Daniel: “Fiquei chateado com a sessão passada... Eu achei que você tinha dado razão para ela e...”

Sofia: “Mas acho que o Doutor não deu razão pra mim. Eu é que peço desculpas, eu vi que estava fazendo igual a minha mãe!”

Daniel: “Mas eu não sou sua mãe!”

Analista: “E é isso que a Sofia agora está lhe dizendo André”.

Sofia: “Eu não quero saber!”.

Analista: “André... O que você acha dessa ideia de brigar com alguém achando que é outra pessoa... Já aconteceu isso com você?”.

André começa a chorar e diz que gostava muito de seu avô, por quem havia sido criado, já que entre os pais, até os seus 5 anos de idade, só havia presenciado brigas. A partir daí foi que André ficou mais calmo e nas sessões que se seguiram passou a ser menos agressivo com as outras pessoas.

É na medida em que se apreende o outro apenas como uma imagem de si mesmo que se desconhece o inconsciente como discurso do Outro, o tesouro dos

significantes (LACAN, 1953/1998). Essa é a crítica que Lacan faz ao se conceber uma análise como uma relação dual, no eixo eu-outro do imaginário, por isso nem a análise individual pode ser considerada como bipessoal há uma relação do sujeito ao Outro (LACAN, 1954-1955/1998). Somente a manutenção da "... palavra é que permite, entre dois homens, transcender a relação agressiva fundamental com a miragem do semelhante" (LACAN, RSI 1975-74/inédito).

É tendo em vista isso que é importante problematizar a metáfora do grupo como uma "pluralidade de espelhos" (ZIMMERMAN, 2003). Alguns trabalhos já apontam na direção que vai além do imaginário (BAPTISTA, 2003; COSTA, 1989; PESSOA, 2008). Caso não tenhamos claro quem fala quando fala, o grupo pode vir a se tornar um grande caudilho de projeções imaginárias. Tanto os objetos quanto os indivíduos empíricos (pequeno outro) no campo do imaginário são atravessados por projeções narcísicas do eu, ou seja, os objetos do mundo empíricos teriam um caráter egomórfico (SAFATLE, 2009).

4.3.2 Simbólico

Podemos dizer, de modo geral, que grande parte das divergências entre as diferentes escolas de psicanálise concernem a uma teoria do símbolo (CABAS, 1982). Na obra freudiana, uma tese sistematizada do símbolo não é presente, mas encontramos nela uma impossibilidade de se interpretar símbolos universais, dado que eles dependem do campo no qual estão inseridos.

Comumente a linguagem é considerada a representação da coisa, e ao reduzir a coisa a uma representação, partilhar-se-ia da crença que uma coisa ao ser nomeada, seria a mesma para todos, ou seja, bastaria atribuir uma palavra a cada coisa que teríamos entre os homens um laço sem equívocos (GUERRA, 2007). A crítica lacaniana da intersubjetividade se encontra em grande parte justamente neste ponto: a linguagem faz obstáculo a uma comunicação direta de sujeito a sujeito, ela é um muro (LACAN, 1954-1955/1996).

O recurso à linguagem em Lacan, proveniente do estruturalismo linguístico vai além de uma relação direta entre sujeitos por se tratar mais da relação entre sujeito e estrutura do que sujeito e sujeito (SAFATLE, 2006). Quando nos

referimos ao grupo familiar (pai, mãe, filho, etc.) tendemos a tomá-lo como relações reais, mas o que intervém aí na constituição é antes um sistema de relações de parentesco em seu caráter de símbolos, de estrutura, da mesma forma que o totemismo é antes um sistema de classificação e ordenamento social.

O método estruturalista procede por elencar elementos simbólicos discretos e apreende-os em leis suas trocas, permutas, proibições, etc.. Se o campo do Imaginário aponta para uma estrutura entre os sujeitos, também há aí uma estrutura linguageira que determina regula a vida entre os sujeitos.

Em torno de 1950, Lacan recorre à emergente ciência da linguística para explicitar uma teoria do símbolo, reconduzindo a experiência psicanalítica ao âmbito da fala e da linguagem. O Simbólico remete simultaneamente à linguagem e a um sistema de troca que organiza os grupos sociais (CHAVES, 2009).

A linguística estrutural de Saussure nos fala de um sistema de signos a partir de uma noção de valor que aponta para a interdependência dos elementos, onde inexiste um valor positivo em si mesmo, mas uma estrutura de diferenças internas, cuja totalidade dos elementos é qualitativamente diferente de sua simples soma¹³ (DÖR, 1989; JORGE, 2008). A noção de valor a partir de um sistema de diferenças introduziu na linguística e em outras áreas das ciências humanas além da psicanálise lacaniana a dimensão sincrônica da linguagem, ou seja, o eixo das simultaneidades, onde a dimensão temporal está suspensa, e também a dimensão diacrônica, a qual se refere ao eixo da linearidade, onde o que está em jogo é a dimensão do tempo, as transformações sofridas pela estrutura.

Isso nos é de particular interesse. Num grupo, os significantes são presentificados sincronicamente na medida em que há sua circulação e ao mesmo tempo, os significantes escutados a partir de outros sujeitos podem ter o efeito de provocação de sua cadeia diacrônica de modo singular a cada sujeito. As palavras vão desempenhando não apenas o papel de mediação comunicacional, mas vão provocando mudanças nos sujeitos na medida em que elas são pronunciadas e ouvidas.

Nesse sentido, Moresco (1984) já definia a função do psicanalista num

¹³ Já apontamos acima que tal princípio estruturalista está em estrita consonância, com a tese de Kurt Lewin da psicologia da Gestalt: onde há modificação de uma das partes, há uma modificação da estrutura grupal, de maneira que a essência de um grupo não está na semelhança nem na diferença entre seus membros, mas em sua interdependência. Contudo, os pós-freudianos que levaram tal princípio para o campo do dispositivo de grupo, não levam tal perspectiva ao campo da fala e linguagem.

grupo como a de facilitar o descolamento dos significantes para que eles circulem, pontuando os lapsos, repetindo certos significantes, pois os significantes ditos por um sujeito dão a possibilidade de fazer correrem as cadeias significantes de outros sujeitos.

Queremos fazer notar a primazia do significante na psicanálise lacaniana: o significante na sua materialidade pode ser escutado, passado, o significado não. O que é passado, na sua materialidade, é um significante, um conjunto de sons.

Numa primeira sessão em grupo com quatro pessoas, uma mulher dizia:

Fábia: “O médico disse que eu estou com depressão...”.

A segunda, num pequeno sobressalto afirma:

Aparecida: “Eu também sou depressiva, ainda bem que não sou só eu!”.

Fábia: “É né!”.

As duas então se engajam numa queixa de como era difícil ser depressiva, até que introduzo uma questão:

Analista: “Mas como é isso? Depressiva? As duas falaram... Mas será que é a mesma coisa?”.

Aparecida: “Ah... Eu Fico assim quando fico em casa sozinha, sem ninguém”.

Analista: “E você Fábia, como é?”.

Fábia: “Para mim é o contrário, fico depressiva quando não estou sozinha”.

Aparecida: “Ué não sabia que dava pra ser diferente!”.

Todos do grupo riem. E a partir daí Aparecida começa a ocupar a posição de quem queria saber acerca da diferença de Fábia. Os outros que até então estávamos calados também começam a dizer sobre o que os trazia até o grupo.

As duas pacientes que tomaram o significante “depressão” como traço identificatório puderam, a partir da colocação das diferenças, se dar conta da inconsistência do significante apontar para um significado coletivizado.

Muito do trabalho do analista num grupo é de justamente pontuar os significantes em comum afim de que cada sujeito possa perceber que, para um

mesmo significante, direcionam-se outros significantes, ou seja, haverá outros sentidos. São possíveis intervenções do analista: “Acho que essa palavra não tem o mesmo significado para todos...”, “Você diz isso, mas não sei se fulano entende outra coisa...”; “Você pode dizer o que entendeu do que ela falou?”. A direção é de introduzir paulatinamente a experiência de equívoco, não com o intuito de transformar a comunicação um evento eminentemente falho, mas de que os sujeitos venham a falar, para que ele sofra os efeitos do desenrolar da cadeia significante.

Estavam no grupo Tatiana (a qual vinha trazida pela mãe) e Angélica (uma senhora encaminhada pelo dentista). A filha dizia que não sabia que tinha uma consulta com o psicólogo até entrar na sala, sua mãe lhe fizera uma surpresa. A mãe se justifica dizendo que se ela soubesse de antemão acabaria desistindo. Durante a sessão a mãe dizia da necessidade da filha falar com o psicólogo por que:

Mãe de Tatiana: “Ela está sofrendo e não ela não diz que está”.

Analista: “Você acha que sua filha sofre? Você já disse isso a ela?”. Mãe de Tatiana: “Já disse, mas ela não fala nada”.

Analista: “Você quer comentar o que sua mãe está dizendo Tatiana?”.

Tatiana: “Eu não... Eu e meu ex-marido estamos assim... Eu não sei o que vai acontecer...”.

A filha então fala abertamente de sua posição de não saber se daria ou não outra chance ao marido, porque este estava consumindo álcool excessivamente. Angélica que até então somente ouvia leva suas duas mãos à boca:

Analista: “Você quer dizer algo Angélica?”

Angélica: “Não... Deixa eu ficar quieta...”

Analista: “Bom... se você tem algo a dizer para ela vamos perguntar se Tatiana quer ouvir. Tatiana, você quer ouvir o que Angélica tem a dizer?”

Tatiana: “Sim... Eu não queria falar, nem ouvir, mas eu gostei de falar... Eu posso ouvir opiniões diferentes...”.

Angélica: “Acho que você podia dar uma segunda chance para o seu marido...”.

Começamos a perceber que além da direção de fazer circular os significantes procurando garantir o espaço de fala da singularidade dos sujeitos, a posição do qual falam os sujeitos tem sua importância. No último exemplo, vemos Angélica falando de uma posição de mestria, visto que dizia à Tatiana como conduzir. Se a transferência em grupo está presente entre os pares, não raras elas são feitas a partir da posição de mestria.

4.3.3 O Real

Além da alteridade do par do imaginário e da alteridade do Outro, destacamos ainda o *objeto a* como outra modalidade da alteridade na psicanálise lacaniana (QUINET, 2012). De forma bastante resumida, o *objeto a* pode ser apontada como resto do recobrimento do corpo imaginário e como aquilo que resiste em ser representado enquanto significante, não tendo, portanto, visibilidade no espelho, posto que ele também não é um objeto empírico e por isso não entra no âmbito das trocas, impedindo que possa haver uma medida comum entre os sujeitos.

Há, portanto, uma incomensurabilidade entre os sujeitos que deve ser levada em conta nas formações do grupo que impede que este seja apreendido enquanto totalidade fechada sobre si mesma, e é esse o aspecto que faz furo no grupo, mesmo quando reunido sob a insígnia do Um do mestre para criar um efeito imaginário de universalidade.

Mas é quando se toma o outro como *objeto a* é que se inicia o mal-entendido, pois tal objeto viria a satisfazer o gozo fazendo um consigo numa unidade imaginária (DÖR, 1995). Trata-se menos ainda de fundamentar a relação do sujeito ao Outro/outro na reciprocidade do amor, paixão essa que pode ser a ignorância do desejo do Outro, pois este sim é o desejo de ser Um. A psicanálise, nesse sentido, se bem conduzida, opera a partir e sobre a impotência de fazer Um com dois (Lacan, 1972-1973/1985).

Em vista disso, o analista não opera de sujeito afetado pelo analisando porque não está em jogo a sua pessoa (JORGE, 2008). O psicanalista se faz de semblante do *objeto a*, ele não se deixa aprender enquanto tal (LACAN,

1964b/1998).

Chegamos até aqui trazendo diversos elementos teóricos que laçaram luzes sobre nossa experiência partir deste dispositivo psicoterapêutico, e junto a tais elementos, viemos abordando através de vinhetas clínicas alguns efeitos que o dispositivo de grupo pode provocar nos sujeitos que dele participam. Nesse caminho percorrido, apontamos que a posição do analista ancorada no *objeto a* de modo a desinflacionar o lugar do Ideal quando da formação de grupo é o que permite o trabalho psicanalítico no grupo. Além disso, apontamos a importância em se considerar o campo da linguagem, de forma a caracterizar o grupo como lugar de circulação significativa, mitigando os efeitos coletivizantes que alguns significantes têm no grupo de apagar as singularidades, procurando, portanto, dirigir o grupo na direção para além do Imaginário.

Contudo, não dissemos ainda dos efeitos da circulação da transferência no grupo. Sustentar o grupo como estratégia terapêutica é possível quando os sujeitos do grupo passam ter efeitos uns sobre os outros. É quando o sujeito leva em conta o lugar do outro como quem pode escutar e falar, ou seja, quando é possível que os sujeitos se apreendam de algo forma numa relação de interdependência, abrindo margem para o dispositivo de grupo como lugar para uma experiência produtiva ao sujeito e uma prática importante ao campo da saúde.

4.3.4 O grupo psicoterapêutico e as entrevistas preliminares

Nosso trabalho encontra-se entre campos: a clínica dos grupos e das entrevistas preliminares. Em nossa Instituição Pública de Saúde, muitas vezes a primeira porta de entrada para nosso serviço de psicologia é o grupo, configurando-o como espaço para o tempo das entrevistas preliminares. A maior parte dos grupos são grupos abertos, sempre há uma rotatividade de pessoas neles. Além disso, nossa experiência clínica situa-se, em grande medida, no terreno das neuroses.

Nesse encontro de clínicas, se assim podemos chamar, a complexidade do jogo analítico aumenta na medida em que se tem no grupo disposições subjetivas diversas. Com isso, não queremos dizer que esse trabalho seria como manter diversos jogos analíticos simultaneamente e independentes um do outro. Pelo

contrário, vimos com Pichon-Rivière (1965/1998) que os sujeitos num grupo estão sempre numa interdependência, em que os efeitos do grupo redobram uns sobre os outros, pois ali se envolve tomada de posições que mudam no transcorrer do tempo.

As dificuldades que surgem no caminho da constituição desse espaço coletivo são mais que esperadas, por isso, trata-se ao mesmo tempo de intervir e investigar se os sujeitos estariam dispostos a aceitar outro tipo de laço social que não aquele baseado numa massa, a qual encobre o furo impossível do saber. Nesse caso, a posição analítica seria dissolver colagem a grupal, remetendo cada um à solidão com seu Ideal e objeto (MILLER, 2001), pois:

... não há nada em um grupo ou outro tipo de vínculo que possa ser interpretado como um psiquismo que transcenda ao indivíduo. A fantasia é um fenômeno intrapsíquico e, como tal, intransferível (BERNARD, 1989 apud BEVNEIDES, 2009, p. 159).

Muitas correntes grupalistas fazem listas de critérios de indicação e contraindicação (MELO FILHO). Segundo Miller (1999), as indicações e contraindicações para um tratamento psíquico estariam baseadas mais num modelo de levantamento de perfis psicológicos que comporiam certos critérios de analisabilidade do que no critério da demanda do sujeito.

Ao se trabalhar com a demanda do sujeito, não há a indicação de um *expert* que traça um perfil psicológico, o trabalho é fazer marchar a demanda do sujeito. Trata-se menos de saber se o sujeito é acessível à psicanálise do que avaliar se o encontro com o analista – e nesse caso com o grupo – terá efeitos produtivos ou improdutivos. Isso é possível desde que o analista não tenha que abdicar dos princípios éticos.

O encontro com um analista, por sua vez, não possui contraindicação, dado que esse encontro se difere da análise propriamente dita, já que ofertar a psicanálise é diferente de estar em análise. Recebemos inúmeras pessoas que não demandam análise, e que tampouco venham a demandar, mas que acabam conquistando efeitos terapêuticos como diminuições sintomáticas, alívio da angústia, etc..

Visto que não partimos de critérios de analisabilidade, o tempo das entrevistas preliminares se presta ao tempo dessa avaliação. Melhor dizendo, a indicação para o atendimento em grupo é vista e revista a cada sessão, de forma que as entrevistas preliminares adentram a própria marcha e constituem o grupo

mesmo¹⁴ (COSTA-ROSA, PASTORI, 2011). Na nossa experiência não possuímos um *a priori* da não indicação ao grupo – salvo quando levamos em conta um encaminhamento de um profissional que não indique o grupo.

Muitas vezes, como é como na clínica de modo geral, temos inúmeros exemplos de não saber que efeitos um grupo pôde provocar num sujeito.

Fátima entrou num grupo, cujos participantes já estavam ali há pelo menos dois meses. Fátima contou que fora encaminhada pelo clínico porque havia dito a ele que estava ultimamente muito ansiosa. Expressou que estava ali “só porque mandaram” (sic). Nas idas e vindas de sua queixa, relata suas disputas com o marido em torno da educação do filho:

Fátima: “Ele quer educar o menino de um jeito, e eu de outro (...). Ele foi educado diferente de mim. Eu muito cedo tive que trabalhar, trabalhar, trabalhar e estou aqui firme e forte! Eu não sei o que seria de mim se não fosse o trabalho”.

Eduarda: “Mas a vida não é só de trabalhar... A pessoa tem que se divertir...”.

Fátima: “E eu tenho cara de que para ficar me divertindo? De puta? Ninguém aqui vai me dizer o que eu sou, o que não sou e o que eu tenho que deixar de fazer! Vou agora com 50 anos ficar por aí... à toa sem saber o que a pessoa é?”.

Nesse trecho, entendemos que Fátima estava fortemente agarrada ao significante “trabalho”. Eduarda, ao propor que a vida “não é só trabalhar”, provoca Fátima a fazer um deslocamento significativo. E nessa provocação, o significante possível que emerge do Outro naquele momento foi “puta”. Se Fátima não podia fazer um deslocamento significativo é que, como o significante “puta” lhe era intolerável, seu risco poderia ser uma experiência improdutiva de indeterminação de não “saber o que a pessoa é”. Fátima, mesmo não voltou mais.

Lacan, assim como Freud, concebe o início de uma análise como um tempo para apurar a demanda de tratamento, a qual não é aceita em seu estado bruto (QUINET, 2005). As entrevistas preliminares realizam as funções: diagnóstica, sintomal (sinto-mal) e transferencial. Tais funções valem não só para o no *setting* tradicional, mas também para o trabalho com grupos.

Como função diagnóstica, sublinhamos apenas que se trata de saber em

¹⁴ Segundo Costa (1989), um grupo terapêutico seria “... apenas um conjunto de pessoas que aceitam explicitamente submeter-se às cláusulas do contrato terapêutico” (Costa, 1989, p. 51). Pensamos ao contrário que a própria constituição do campo analítico ancorado na demanda do(s) sujeito(s) vem sobrepujar a ideia de contrato

qual estrutura o sujeito se localiza (neurose, psicose ou perversão) segundo os modos de sua constituição, apresentação sintomática e posição na transferência (respectivamente recalque, forclusão e renegação). É a partir do diagnóstico que o analista poderá se situar na direção do tratamento (QUINET, 2005).

No que tange à função sintomal, a primeira avaliação do sujeito é feita pelo próprio paciente, trazida pela palavra de um semelhante, de um especialista, etc., ou seja, caso ele tenha uma ideia fixa ou vaga é a partir daí ele poderá construir uma demanda. A partir dessas ideias lhe autorizamos uma autodiagnóstico (MILLER, 1997a), mesmo que esse autodiagnóstico se reverta em heterodiagnóstico num segundo tempo, uma vez que a palavra vem do Outro (DUNKER, 2011).

A partir da demanda procura-se extrair um sintoma do qual o sujeito queira se desvencilhar, o que Quinet (2005) chamou de função sintomal. O sintoma enquanto formação de compromisso é a tentativa de conciliar o prazer do desejo e a sua proibição. As entrevistas preliminares são o momento de decisão por parte do analisando de contabilizar as perdas e ganhos do sintoma, pois o analista sabe que o sintoma é caro ao sujeito, e por isso não parte da ética dos bens. Sem desejar a cura através de um *furor curandis*, o analista visa dirigir o tratamento a partir do desejo do analista (QUINET, 2005).

Tal *furor curandis* impede a própria cura que supostamente o psicanalista objetiva. A psicanálise não visa à supressão do sintoma, mas é certo que pode ser uma de suas consequências. Seus efeitos, quando levada a cabo produz um analista (QUINET, 2005), mas isso não quer dizer que todos serão orientados profissionalmente a serem terapeutas, e sim que os analisantes possam se identificar ao trabalho de investigação do analista. Ser analista trata-se, antes de tudo, de uma posição subjetiva de se saber que se sabe incompleto. Se há algo com que o analisante deva se identificar com o analista e com os sujeitos do grupo é para com uma atitude de querer saber o que não se sabe acerca de si mesmo (KEHL, 2002).

Qual é então o desejo do analista? É o desejo que haja desejo, ou seja, o desejo de se obter o dessasujeitamento ao desejo do Outro naquilo que está ancorada sua alienação, ou seja, da queda dos significantes mestres que alienam o sujeito ($S1\downarrow$), como no caso de Fátima, para quem o significante “trabalho” tinha esse efeito.

O desejo do analista é o desejo não orientado pela fantasia, e sim pelo

desejo de obter a pura diferença (QUINET, 2005). Se a psicanálise pôde nascer é porque Freud na transferência silenciou-se diante da histérica, colocando-a numa posição de quem sabe mais do que supõe acerca dos seus próprios sintomas, retificando sua divisão subjetiva, sendo possível o sujeito abarcar a sua verdade inconsciente (KEHL, 2002).

Temos a experiência, assim como Costa-Rosa e Pastori (2011), de que a primeira transferência em ação nos grupos é anônima, e que se refere a um momento de alienação significativa e pregnância imaginária. Nesse sentido, é necessário que o analista acolha esse primeiro momento e paulatinamente faça um trabalho de retificação, pois para que o sujeito possa se dar conta de um saber que se sabe insabido, é necessário reinjetá-lo num saber que o rege, que o ultrapassa, o que só pode ser feito sempre *a posteriori*, já que o sujeito sempre é ultrapassado por seu ato. E, ao apreender um saber que ignorava, sai da ordem do fato, do destino da bela alma (POMMIER, 1989).

Ocorre que, nesse espaço coletivo, as palavras não são apenas as do analista. É nesse ponto que o trabalho com grupos cresce em sua complexidade.

Se estamos apontando para a função transferencial é para ressaltar que, para Lacan – como já dissemos acima –, ela opera a partir do engano do Sujeito Suposto Saber. Como assinala Moretto (2013), a transferência na psicanálise freudiana, por sua vez, está mais caracterizada no âmbito dos afetos, onde a transferência como forma de resistência através de um processo onde o sujeito tão mais repete e atua junto ao analista do que recorda e elabora.

Nessa linha, a noção de transferência seria sinônima da repetição das figuras parentais e fraternas, de forma que o analista seria o pai/mãe e os membros do grupo os irmãos. No fundo, trata-se de uma transposição do esquema edipiano como chave de leitura grupal (NERI, 1995). É certo que haja uma repetição na transferência, mas repetição e transferência não se confundem. O sujeito suposto saber não é a pessoa do analista. Ele é, antes, um efeito do sujeito na sua relação com a linguagem, na sua dependência ao significante. (FINK, 1998).

Trata-se de um saber inconsciente na qual a transferência tem sua sustentação. Ela é a ilusão estrutural de que este saber já está contido na figura do analista que serve de suporte a essa suposição.

A interpretação, por sua vez, incide em quem ouve como efeito de interpretação, por isso tal função pode circular pelos sujeitos do grupo. É que a

interpretação analítica só tem efeitos com o estabelecimento da transferência. Se este estiver na posição de semelhante, enquanto este não estiver na posição de Outro, não teremos aí efeitos de sujeito (MORETTO, 2013; WACHSBERGER, 1989), e tal posição é dependente do progresso da passagem do sintoma enquanto queixa para o sintoma analítico, possuidor de um status questão para o sujeito e endereçada ao analista. A direção é promover a implicação do sujeito na escolha sintomática enquanto resposta ao enigma do desejo do Outro possibilitando a abertura a um “O que quer o Outro afinal?”.

Antes desse passo, o sujeito vinha operando e interpretando o mundo de uma forma cristalizada e especialmente no início da análise ele vai interpretar o analista conforme ele já vinha interpretando a si e aos outros, daí a necessidade de saber no que estamos aí implicados (MORETTO, 2013).

Mariana entrou num grupo que estava em sua quarta sessão. Pedi a ela então que dissesse o que a trazia ao grupo. Discorreu sobre sua imensa trajetória entre especialistas e daí diz:

Mariana: “Veja você... Eu passo nesses doutores há anos e ninguém resolve nada.

Parece que ninguém sabe de nada! Essa dor de cabeça não passa nunca!”.

Analista: “Ninguém sabe de nada?”.

Mariana: “É ué! Eu passo e nada se resolve... Os médicos não tinham que saber tudo?”.

Carla: “Mas médico não é deus!”.

Mariana: “Eu sei minha filha... Mas eles estudam para que?”. Carla: “Mas ninguém sabe tudo né...”.

Mariana: “Para mim isso é incompetência... E olha que eu pergunto mesmo para os médicos!”.

Analista: “E eles dizem o que?”.

Mariana: “Que o que eu tenho é psicológico! E eu sei lá o que é isso!”.

Analista: “E já te encaminham muitas vezes para a psicologia?”. Mariana: “Muitas vezes!”.

Analista: “E você foi quando te indicaram?”. Mariana “Eu não! Não sou louca!”.

Carla: “Mas eu não venho porque eu me acho louca!”.

Mariana: “Só sei que eles não sabem de nada!”.

Analista: “Então se espera que os médicos saibam de tudo e quando pedem para ir

ao psicólogo os médicos então não sabem de nada?”.

Carla: “Quer dizer que ela mesma está falando que os médicos não sabem de tudo né”.

Mariana: “Não estou sabendo disso não!”.

Analista: “A Carla disse uma coisa muito importante Mariana, você ouviu?”.

Mariana: “Mas doutor, é que eu não sou médica, sou só uma dona de casa...”.

Nesse fragmento, vemos Mariana encaminhada pelos “especialistas”, os quais suportam o lugar de uma transferência imaginária de “saber tudo”. Mariana então apresenta uma suposição e uma dessuposição de saber aos médicos; onde os médicos apontam um furo no saber ela lê “sou louca” e daí recusa o encaminhamento e os médicos é que “não sabem de nada”. A partir disso remeto à sua posição subjetiva de suposição e dessuposição do Outro. Nesse momento Carla intervém de forma a também implicá-la num saber que a ultrapassava, mas que é rejeitado, uma vez que Mariana estava sendo ouvida na posição de semelhante. Nesse momento então afirmo a importância da fala de Carla, e o efeito da transferência nesse momento dá indícios de sua atualização quando o analista é chamado de “doutor” e Mariana então se apresenta no seguinte deslocamento significativo: “não sou louca”, “não sou médica” para “sou dona de casa”. A partir dessa intervenção, Mariana começou a se queixar de seu marido:

Mariana: “Ele só compra coisa velha doutor! Ele só me dá dor de cabeça!”

José, que estava no grupo acompanhando a sessão diz sorrindo:

José: “Dona, se a sua dor de cabeça é isso do marido aí nenhum doutor vai curar não!”

Mariana: “Será que é isso? (...). Às vezes penso que tenho que tomar uma decisão (...). Eu é que sei né doutor?”.

Analista: “Isso é bem diferente de dizer que não sabe nada”. Mariana: “É... eu é que sei que o que estou passando é ruim!”

Nesse ponto vamos vendo como o sintoma em seu estado bruto de queixa vai se deslocando para uma questão do sujeito na transferência, na medida em que

vai se promovendo a retificação do sujeito, promovendo uma abertura para a subjetivação da queixa. Mariana nessa sessão sofre um deslocamento da posição de dizer que “nada sei” para “eu é que sei”.

Vamos observando que no grupo a fala dos demais sujeitos pode vir a ter um efeito de interpretação, de relançar o discurso dos demais, mas a partir do momento em que o outro é deslocado da posição de semelhante. A fala de José foi em direção de também retificar a posição de Mariana retomando inclusive o significante “dor de cabeça” do seu sintoma-queixa, o que teve efeito de fazer questão “Será que é isso?”. Mariana retornou ainda mais algumas sessões, não se separou do marido, mas relatou que as dores de cabeça tinham diminuído “noventa por cento” (sic).

Nessa vinheta entendemos que houve um processo de retificação da queixa do sujeito impulsionado pelos próprios sujeitos do grupo a partir da sustentação do analista da circulação da palavra.

Vamos extraindo dessa vinheta que nosso trabalho prescinde de uma “mente grupal” para interpretar o grupo como todo, uma vez que o ato de implicação do sujeito na sua queixa é um ato solitário, mesmo que não seja sem os outros. Uma interpretação global, por sua vez, pode não provocar mudanças subjetivas, mas apenas fornecer um domínio imaginário do sintoma com mais saber, mais sentido.

Renata estava no grupo por um encaminhamento de uma Instituição Escolar. Nas duas primeiras sessões respondia às perguntas sem fazer espontaneamente qualquer associação sua. Na terceira sessão, entra no grupo uma mulher que também havia sido encaminhada por uma Instituição escolar em decorrência do comportamento agressivo do filho. Começo a entrevistar a nova integrante do grupo. Não bastou muito para Renata num sobressalto dissesse:

Renata: “Ahh... agora entendi porque você me faz tanta pergunta!! É porque é diferente né... Cada pessoa faz de um jeito!”.

Analista: “E o que você percebeu de diferente?”.

Renata: “Que eu cuido do meu filho de um jeito diferente do dela!”.

Esse fragmento é interessante para apontar que cada sujeito faz uso diverso e cada um a seu tempo do dispositivo do grupo. O efeito em Renata foi o de se contar enquanto sujeito na sua singularidade mesmo que as intervenções não

fossem dirigidas a ela. Ao perceber outro sujeito com uma queixa de entrada semelhante, não foi preciso muito para ouvir o que não era semelhante; onde Renata esperava a semelhança, ouviu a diferença. A partir dessa sessão Renata passou a falar mais espontaneamente e daí dizia da sua dificuldade em educar o filho.

A fala de um sujeito dirigida ao outro não é sem efeito; a interpretação pode não só transformar quem ouve, mas quem a faz. Nesse sentido, cabe ao analista apontar a posição daquele que interpreta.

Tratava-se de um grupo que havia iniciado com quatro pessoas e só estavam nele Antônio e Cintia. Antônio dizia sempre que gostava de vir ao grupo porque se sentia bem. Antônio tinha sido encaminhado ao psicólogo pelo clínico geral por ter se queixado de “distúrbios familiares” – como constava na ficha de encaminhamento. Antônio apesar de se queixar da família, especialmente da sobrinha adolescente, não dizia de um sintoma que quisesse ser eliminado.

Cintia, por sua vez, partilhava da mesma ideia que no grupo se sentia bem. Queixava-se que seus irmãos não dividiam a tarefa de cuidar do pai, o qual tinha sofrido AVC já fazia alguns meses. Cintia se queixava dos irmãos e o quanto eles só pensavam em si mesmos. Numa dada sessão, Antônio se queixa da sobrinha:

Antônio: “Parece que ela faz de propósito. Tudo que ela faz é para me irritar! Ela é muito ignorante!”.

Cintia: “Meus irmãos não são ignorantes, mas deixam tudo nas minhas costas, eles não conseguem fazer nada sozinhos!”.

Antônio: “Eu não gosto de gente que não ajuda! Eu não tenho paciência eu já sou logo ignorante!”.

Analista: “Ignorante?”. Antônio: “É!”.

Cintia: “Às vezes é mais fácil falar do outro do que falar de si mesmo!”. Analista: “Quer falar Antônio?”.

Antônio apenas sorriu e deu com os ombros.

Analista: “E você está dizendo isso porque Cintia? Quer comentar?”.

Cintia: “Porque é difícil a pessoa assumir o que não gosta em si! A gente fala do outro, mas a gente está falando da gente mesmo que nem no caso do Antônio!”. Analista: “... a gente está falando da gente?”.

Cintia: “É... que nem no meu caso isso. Custa dizer, mas às vezes eu faço corpo mole para cuidar do meu pai e aí eu que deixo as coisas tudo para minha mãe que já está velhinha!”.

Antônio que havia atribuído à sobrinha o significante “ignorante” repete-o remetendo a si mesmo, o que parecia não ter escapado aos ouvidos de Cintia. Na tentativa de apontar a repetição do significante “ignorante” para Antônio, essa pontuação não promoveu efeitos nele. Deu simplesmente com os ombros. Cintia, que havia escutado a repetição significante, faz uma citação para ele a fim de que ele ouvisse o significante se repetindo em seu discurso. Antônio, por sua vez, não assumiu uma posição. Investiguei assim se ela se reconhecia no que dizia para além de estar falando do outro e para o outro. Foi então que ela apontou estar implicada na sua fala: ela reconhecia que a queixa que se dirigia aos irmãos podia ser uma queixa a si mesmo.

Nota-se que nesse espaço os sujeitos vão interpretando uns aos outros a partir do seu ser, do seu *feeling*. É nesse momento que um sujeito se dirige ao outro que o analista aponta para a implicação naquilo que ele diz. A fala de um sujeito dirigida ao outro não é sempre sem consequência para ambos.

Marta dizia em grupo que não se abatia com o sentimento de inveja dos outros.

Marta: “Eu ando de cabeça erguida! Não deixo de cumprimentar ninguém quando eu vejo falsidade! E se eu tiver que falar, eu falo na lata! (...) Mas às vezes eu acho que acabo magoando pessoas, esse meu jeito meio duro...”.

Paulo: “E por que você acha isso?”.

Marta: “Não sei (...) Acho que isso afasta as pessoas!”. Paulo: “Eu não estou nem aí! Você tem que ser direta!”.

Analista: “Mas Paulo, no caso ela está dizendo que se importa quando afasta as pessoas”.

Paulo: “Vendo por esse ponto aí o caso é outro. Até eu me preocupo!”.

Marta que estava se queixando da “falsidade” que magoava as pessoas, começa a se questionar se não estaria fazendo algo semelhante. Paulo faz um primeiro movimento de fazer o sujeito falar da sua verdade acerca da sua implicação da sua posição (da que é magoada para aquela que magoa), mas para um segundo movimento captá-lo nas sendas do discurso do mestre, propondo seu ideal como ideal de Marta. Nesse caso, não bastaria denunciar o ideal posto por Paulo, mas de mitigar a colocação de um ideal não só a Marta, mas ao grupo.

Na quarta sessão de um grupo de quatro mulheres, Josefa, que chegou ao grupo se queixando de medo de perder o filho, dizia que não suportava o marido, mas que continuava com ele porque tinha medo de ficar sozinha. Lúcia, a mais velha do grupo, se propôs então a nomear a experiência de Josefa:

Lúcia: “Minha filha isso que você tem é que você gosta do seu marido, você o ama”!

Josefa: “Amo não! É certeza!” Lúcia: “Já passei por isso... ama!”.

Josefa: “Não amo!”.

Lúcia: “Ama que eu sei!”.

Analista: “Josefa, essa ideia que você trouxe para Lúcia, ela diz que não é! Será que não é outra coisa? E como você tem tanta certeza que ela ama?”.

Lúcia: “Eu sei... Ela ama... Mas... O que é o amor?”. Analista: “O que é?”.

Lúcia: “Eu não sei!”.

Entendemos que Lúcia estava proporcionando à Josefa uma experiência improdutiva de determinação – aqui compreendemos que a determinação está ligada aos processos de nomeação, de significantização – assumindo uma posição de saber, e é somente no momento em que é convocada a dizer seu saber de certeza que a falta comparece na dúvida. Josefa que havia sido encaminhada pela clínica médica para que ela pudesse parar de fumar, mas sem que isso se constituísse como queixa dela, dizia que estava ali para “... tirar uma onda...” (sic). Josefa depois dessa sessão não retornou mais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nos propormos a responder à pergunta inicial “*Se a psicanálise aponta para o singular do sujeito, como trabalhar com dispositivos de grupos sem dissolvê-los num universal?*”, tínhamos em mente a defesa de um dispositivo de grupo que não fosse apoiado numa teoria de grupo que fosse homogeneizante, uma vez que, para a psicanálise que vai da via de Freud à Lacan, é imprescindível a defesa da singularidade. E um dos nomes da singularidade na psicanálise leva o nome de sujeito.

Não que o sujeito enquanto singularidade se oponha ao universal. O sujeito para psicanálise é um conceito, e uma experiência de exigências tanto universais quanto singulares.

A defesa do sujeito em psicanálise está articulada necessariamente à política de sua clínica. E foi essa a nossa preocupação que atravessou a investigação: Afinal quais são seus fins? Qual a direção de tratamento a que se quer levar os sujeitos num grupo?

É nesse sentido que nossa pesquisa veio interrogar o dispositivo de grupo a fim de que ele pudesse ser justificado de forma rigorosa, pois “... a impotência em sustentar autenticamente uma práxis reduz-se, como é comum na história dos homens, ao exercício de um poder” (LACAN, 1958/1998, p. 592).

Embora Freud, nem Lacan, não tenham desenvolvido produções diretas sobre o dispositivo de grupo, pode-se ler em seus textos a tentativa de manter aberta a via da crítica aos ideais sociais normativos.

Em “Psicologia das massas e Análise do Eu” (FREUD, 1921/2011), a psicanálise freudiana veio denunciar justamente a lógica pela qual um grupo é formado com a condição de atribuir a um único sujeito o poder de decisão acerca de seus destinos. Nessa lógica os grupos aparecem como unidades autônomas, reprodutíveis e não contraditórias. E porque operam por uma lógica identitária que são segregadores, já que a massa irá reconhecer apenas o que for semelhante e que puder ser absorvida enquanto idêntica a si mesma. Um analista que objetiva a singularidade do sujeito não pode ter nesse modelo uma base para o dispositivo de grupo, visto que, nessa forma de lógica social, o grupo afasta-se a experiência da singularidade, da heterogeneidade.

Foi daí que partiu a necessidade de se buscar outro tipo de lógica coletiva que não fosse calcada na identificação dos sujeitos a um traço homogeneizante. Ora, a definição de sujeito para a psicanálise se constitui naquilo mesmo que um traço de identificação não aliena. Esse dispositivo grupal teria que ser então acolhedor disso que não se aliena sob uma insígnia tomada como universal calcado no significante. Esse outro universal seria essencialmente inobjetivo (Badiou, 2008), fundado não na semelhança de um traço objetivo, mas na diferença incomensurável que porta cada sujeito no interior de si mesmo.

O sujeito para a psicanálise não é uma substância, nem uma essência, ele não se aliena à imagem do que é indivisível, uma vez que para a psicanálise o sujeito ele mesmo emergente de sua divisão subjetiva. Não é apreensível por uma lógica identitária. Foi diante dessa problemática que o dispositivo de cartel pôde ser apresentado como um modelo que acolhe as singularidades do sujeito, visto que aquele que guarda o grupo de seus efeitos imaginários se furta a ocupar a posição do líder.

Assim, resumidamente, conseguimos extrair dois tipos de formação social: uma baseada na lógica da identidade, que reconhece apenas indivíduos, e outra que tem seu fundamento na lógica da não identidade, e que, portanto, acolhe o sujeito.

Contudo, essas lógicas não são autoexcludentes, elas se interpenetram, elas mudam de uma a outra, não são uniformes, nem complementares. Isso por um motivo muito simples: um indivíduo não é uma categoria excludente do sujeito, mas somente um sujeito que se reconhece apenas na forma indivíduo. Um sujeito, por sua vez, se reconhece não ser apreendido totalmente por uma imagem de indivíduo, pois se sabe não idêntico a si mesmo. Essas duas lógicas assim são presentes no interior mesmo do sujeito e, por conseguinte, em formações de grupo.

Isso nos leva a dizer novamente que a experiência em qualquer grupo como meio de socialização, ou seja, de uma forma geral, sempre terá o potencial ambivalente. E isso não é menos diferente dentro do dispositivo de grupo. Nesse sentido acreditamos que o recurso às vinhetas clínicas tenha sido suficientemente ilustrativo dessa experiência de ambivalência.

Ao dar o grupo o caráter de ambivalência, temos em mente duas categorias não complementares entre si e que ajudam a compor um quadro de entendimento dessa experiência, a saber, determinação e indeterminação. Tais

categorias foram extraídas da proposta de Dunker (2010) da diagnóstica lacaniana, mas que aqui vamos nos servir dela para compor nosso quadro.

Segundo Dunker (2010), a experiência implica em lidar com contradições ao longo dos processos de individuação e socialização do sujeito. A experiência não se submete integralmente nem à forma unitária da identidade nem exclusivamente à não identidade.

Nesse sentido, a experiência pode ser avaliada a partir de um duplo diagnóstico que divide a experiência como produtiva ou improdutiva a partir de como o sujeito se posiciona frente às determinações e indeterminações. Assim, não é suficiente dizer que a experiência em grupo é produtiva ou improdutiva em si mesma, o que caracterizaria posições unilaterais. Como dissemos, elas se interpenetram e fazem combinações heteróclitas através do tempo, e um psicanalista que se propusesse a dirigir um tratamento tomando uma posição unilateral correria o risco de não compreender tal campo articulado aos processos de transferência, uma vez que num grupo, obviamente o psicanalista não lida apenas com um sujeito, mas com um campo.

Assim, o encontro com um grupo pode promover:

- 1) Experiências improdutivas de indeterminação: Quando o sujeito se apreende apenas e somente como um indivíduo o encontro pode provocá-lo na sua imagem estabilizada, pois o encontro com o outro traz também a alteridade. O sujeito no grupo poderia se defrontar com uma experiência não identitária, de ameaça à identidade imaginária do corpo, como num espelho de múltiplas facetas refletindo a imagem deformada de si próprio.
- 2) Experiências improdutivas de determinação: um sujeito que não se reconhece mais como alienado a imagem do indivíduo, frente à alteridade mais calcada na determinação pode sentir esse outro como constrangimento da sua liberdade. Seria o forçamento da alienação do sujeito a um Significante-mestre.
- 3) Experiências produtivas de determinação: o grupo nesse polo seria *locus* privilegiado da reposição do que faltaria ao indivíduo, reintegrando ao “corpo social” pela via da identificação, procurando estabilizar o que lhe é indeterminado;

4) Experiências produtivas de indeterminação: o grupo seria o espaço privilegiado e único para o encontro com a diferença, com a alteridade, uma vez que somente um sujeito reconhece outro sujeito.

Por fim, tal quadro diagnóstico dos polos de experiência do sujeito num grupo aponta para a consideração de que cada sujeito faz seu uso singular do dispositivo. Essa dispersão de possibilidades impede aquele que dirige um grupo ir em direção de fazê-lo dispositivo baseado num ideal normativo, ou seja, igualmente para todos. Por outro lado, aquele que estiver preocupado das limitações de seu poder, poderá dirigir um grupo para não-todos, retirando do impasse a força viva da intervenção.

RERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ADORNO, T. (1966) *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.

_____. (1931). “Sobre la relación entre Sociología y Psicología”. In: _____. *Actualidad de la filosofía*. Barcelona, Paidós, 1991.

_____. (1951). A teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista. *Margem esquerda: Ensaio marxistas*, 7, 164-189, 2006.

ADORNO, T, W.; HORKHEIMER, M. (1947) *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

_____. “O indivíduo”. In: _____. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973a.

_____. “O grupo”. In: _____. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973b.

_____. “A massa”. In: _____. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973c.

AFONSO, M. L. M. “Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial”. In: _____. (org.). *Oficinas em Dinâmica de Grupo: um método de intervenção psicossocial*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ALBERTI, S. A clínica do sujeito no Hospital Universitário. In: *Correio da Escola Brasileira de Psicanálise*. São Paulo. v.1 n.15 p.25-29. Out.-Nov. 1996.

AMP (org.). *Os poderes da palavra* textos reunidos pela Associação Mundial da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ANZIEU, D. *O grupo e o inconsciente: O imaginário grupal*. São Paulo: Casa do psicólogo, 1993.

ARANTES, P. "Hegel no espelho do Dr. Lacan". In: SAFATLE, V. P. (org.) *Um limite tenso: Lacan entre a filosofia e a psicanálise*. São Paulo: UNESP, 2003.

ASKOFARÉ, S. Da subjetividade contemporânea. *A peste*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 165-175, jan./jun. 2009.

AULAGNIER, P. (1975). "Pacto Narcísico". In: *A Violência da Interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago, 1979.

BADIOU, A. Oito Teses sobre o Universal. In: *Revista Ethica*. Cadernos acadêmicos. Trad. Norman Madarasz. Vol. 15, n. 2, 2008, pp. 41-50.

_____. *O Século*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.

_____. "O genérico: indiscernível e verdade. O evento – P. J. Cohen". In: _____. *O Ser e o Evento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996a.

_____. "O forçamento: Verdade e Sujeito. Além de Lacan". In: _____. *O Ser e o Evento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996b.

BAPTISTA, F. L. C.. Da identificação maciça a emergência do sujeito. *Revista Mal-estar e subjetividade*, Vol. III, n. 1, Fortaleza, pp. 122-130, 2003.

BAREMBLITT, G. *Grupos: teoria e técnica*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BARROS, R. "Sobre grupos". In: VIEIRA, M. A. e MANDIL, R. *A clínica analítica hoje: sintoma e laço social – IV Encontro Americano de Psicanálise aplicada de orientação lacaniana*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2009.

BENEVIDES, R.B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulinas, 2007.

BARROS, R. D. B; JOSEPHSON, S. C. "A invenção das massas: a psicologia entre o controle e a resistência". In: Jacó-Vilela, A. M; Ferreira, A. A. L (orgs.) *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2006.

BENEVIDES, R.B. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

_____. (1997). “Dispositivos em ação: o grupo”. In: A Silva & cols. (Orgs.), *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Clínica grupal. *Revista de Psicologia/UFF*, n.7, 1996, p. 5-11, 1995.

BION, W. R. *Experiência com grupos*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

BISKER, J. “Aplicações do Self à psicoterapia analítica de grupo”. In: OSÓRIO, L. C. [et al.] *Grupoterapia Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

BLEGER, J. (1971) “O grupo como Instituição e o grupo nas instituições”. In: KAËS, R. (et. al.) *A instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

BRASIL. Ministério da Saúde. As cartas da Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf.

BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V. “Grupos como estratégia de cuidado na Promoção da Saúde”. In: MOREIRA, A. C. G.; OLIVEIRA, P. T. R.; PIANI, P. P. F. (Org.). *Cuidado e saúde: práticas e sentidos em construção*, Belém: Pakatatu, 2011.

CABAS, G.. “Do Mais-Um”. In: JIMENEZ, STELLA (org.) *O Cartel: conceito e funcionamento da Escola de Lacan*. Rio de Janeiro, 1994.

_____. *Curso e discurso da obra de Jacques Lacan*. São Paulo: Moraes, 1982.

CAMPOS, D. T. F.; CAMPOS, P. H. F.; ROSA, C. M. A confusão de línguas e os desafios da psicanálise de grupo em instituição. *Psicologia Ciência e Profissão*: Brasília, v. 30, n. 3, Set., 2010.

CARVALHO, S. R. As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e a mudança social. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 9, n. 3, 2004.

- CORREIA, M. V. C. *Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- COELHO Jr., N. E.; FIGUEIREDO, L. C. M. Figuras da Intersubjetividade na Constituição Subjetiva: Dimensões da Alteridade, *Interações*, vol. IX, no. 17, pp. 09-28, 2004.
- COSTA, J. F. *Psicanálise e contexto cultural: Imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- COSTA-ROSA, A.; PASTORI, F. O grupo psicoterapêutico além do Imaginário: a psicanálise de Lacan, laços sociais e revoluções de discurso. *Revista de Psicologia da UNESP*, Vol. 10, N. 1, 2011.
- CHAVES, W. C. Considerações a respeito do conceito de real em Lacan. *Psicol. estud., Maringá*, v. 14, n. 1, Mar., 2009.
- CHECCHIA, M. A. Sobre a política na obra e na clínica de Jacques Lacan. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed 34, 2010.
- DOR, JOËL. *Introdução à leitura de Lacan: estrutura do sujeito*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.
- _____. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DUNKER, C. I. L. *Estrutura e Constituição da Clínica Psicanalítica: uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento*. São Paulo: Annablume, 2011.
- _____. Mal-estar, sofrimento e sintoma: Releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. In: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 23, n. 1, 2010.

_____. (2009). Notas sobre a Importância de uma Teoria do Valor no Pensamento Social Lacaniano. *A Peste: Revista de Psicanálise e Sociedade*, v. 1, p. 21-48, 2009.

_____. *Lacan e a clínica da interpretação*. São Paulo: Hacker Editores/CESPUC, 1996.

_____. “Por que 4+1 para o cartel”. In: GUATIMOSIN, B. *Em torno do cartel*. Salvador: Associação Fóruns do Campo Lacaniano, 2004, pp. 75-82.

DURKHEIM, E.; MAUSS, M. (1901) Algumas formas primitivas de classificação Sociologia. In: RODRIGUES, J. A. (org.). *Émile Durkheim - sociologia*. São Paulo: Ática, 2005.

ELIA, L. “O sujeito da psicanálise e a ordem social”. In: Altoé, Sônia (org.) *Sujeito do direito, sujeito do desejo*. Rio de Janeiro: Revinter, 2010a.

_____. O inconsciente público e coletivo e a estrutura da experiência psicanalítica: Aplicações da Psicanálise ao Campo da Saúde Coletiva e Mental. Trabalho apresentado em Mesa-Redonda no IV Congresso de Psicopatologia Fundamental, organizado pela Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental e realizado na cidade de Curitiba de 4 a 7 de setembro de 2010b. Disponível em: <
http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/posteres_iv_congresso/mesas_iv_congresso/mr36-luciano-elias.pdf>. Acesso em 06/06/2014.

FERNANDEZ, A. M. *O Campo grupal: Notas para uma genealogia*. São Paulo: Martins Fonte, 2006.

FERREIRA NETO, J. L. *Promoção da saúde : práticas grupais na estratégia saúde da família*. São Paulo Belo Horizonte: HUCTEC : FAPEMIG, 2011.

FIGUEIREDO, A. C. C. Três tempos da clínica orientada pela psicanálise no campo da saúde mental. In: Guerra, A.M.C.; Moreira, J.O. (Org.). *A Psicanálise nas Instituições Públicas: saúde mental, assistência e defesa social*. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2010, v. 1, p. 11-18.

_____. *Vastas Confusões e Atendimentos Imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público*. 2 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

FIGUEIREDO, L. C. M.; SANTI, P. L. R. *Psicologia: uma (nova) introdução: uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo: PUC, 2007.

- _____. A ética da pesquisa acadêmica e a ética da clínica em psicanálise: o encontro possível. In: Edilene F. de Queiroz; Antônio Ricardo da Silva (Org.). *Pesquisa em psicopatologia Fundamental*. 1 ed. São Paulo: Escuta, 2002, v. , p. 129-142.
- _____. *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- _____. A questão da alteridade na teoria da sedução generalizada de Jean Laplanche. *Psicologia USP*. 5 (1/2); 297-308, 1994.
- _____. “Psicanálise e marxismo: destinos paralelos”. Figueira, S. A. (org.) *Efeito psi: A influência da psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus. 1988.
- FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano; entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FOUCAULT, M. (1975-1976) *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FRANÇA NETO, O. Trabalhando na diferença. In: In: GUERRA, Andréa M. C.; MOREIRA, Jacqueline O. (Org.). *A psicanálise nas instituições públicas: saúde mental, assistência e defesa social*. Curitiba: CRV, 2010.
- _____. Por uma nova concepção de universal. *Revista Latino-americana de psicopatologia fundamental*, São Paulo, v. 12, n. 4, Dec. 2009.
- FREITAS, J. M. M. *Comunicação e psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1992.
- FREUD, S. (1937) “Análise terminável e interminável”. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, v.23, p.223-270, 1996.
- _____. (1930) “O mal-estar na civilização”. In: _____. *Obras Completas de volume 18: o mal-estar da civilização, introdutórias à psicanálise e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. (1926) “A questão da análise leiga”. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

- _____. (1921) “Psicologia das massas e Análise do eu”. In: _____. *Obras completas volume 11: psicologias das massas e analise do eu e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. (1917) “Uma dificuldade no caminho da psicanálise”. In: _____. *Obras completas de Sigmund Freud – Volume XVII*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- _____. (1915). “Pulsões e Destinos da Pulsão”. I In: _____. *Obras completas, volume 14 Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. (1914) “Introdução ao narcisismo”. In: _____. *Obras completas, volume 14 Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. (1913) “Sobre o início do tratamento” In: FREUD, Sigmund. *Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v.12, p.145-159.
- _____. (1912-1913) “Totem e Tabu”. In: _____. *Obras completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. (1912) “A dinâmica da transferência”. In: _____. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia, artigos sobre a técnica e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. (1911) “Moral sexual civilizada e doença moderna”. In: _____. *ESB, v. XVII*, Rio de Janeiro: Editora Imago, 1967.
- _____. (1910) “Linhas de progresso na terapia analítica”. In: _____. *ESB, v. XVII*, Rio de Janeiro: Editora Imago, 1967.
- _____. (1905). “Sobre psicoterapia”. In: _____. *ESB, v. XVII*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1967.
- FUKS, B. B. O pensamento freudiano sobre a intolerância. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2007.

GARCIA, C. *Psicanálise, política e lógica*. São Paulo: Escuta, 1995.

_____. “Lógica do Coletivo x Psicologia de Grupos, ou Cartel contra a Grupis”. In: JIMENEZ, STELLA (org.) *O Cartel: conceito e funcionamento da Escola de Lacan*. Rio de Janeiro, 1994.

GARCIA-ROZA, L. A. A pesquisa acadêmica em psicanálise. In: *Anuário Brasileiro de Psicanálise*, p.118-121. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

GOMES, L. G. N.; SILVA JUNIOR, N. Sobre a amizade em tempos de solidão. *Psicologia e Sociedade*, v. 19, p. 57-64, 2007.

_____. Semânticas da amizade e suas implicações políticas. *Psicologia USP*, v. 16, p. 119-142, 2006.

GUATTARI, F. “introdução à psicoterapia institucional”. In: *Psicanálise e Transversalidade: ensaios de análise institucional*. São Paulo: Ideias e Letras, 2004.

GUERRA, A. M. C. Oficinas em Saúde Mental: costuras entre real, simbólico e imaginário. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, v. 41/42, p. 86-100, 2013a.

GUERRA, A. M. C. “Já que perdido, o elo como causa do desejo”. In: MOREIRA, J. O.; GUERRA, A. M. C.; SOARES, J. M. P. (Org.) *Diálogos com o campo das medidas socioeducativas: conversando sobre a justiça, o cotidiano do trabalho e o adolescente*. Curitiba: CRV, 2013b.

GUERRA, A. M. C. Oficinas em saúde mental: costuras entre o real, simbólico e imaginário. *Rev. Assoc. Psicanálise*. Porto Alegre; (41-42): pp. 86-100, jul.2011-jun, 2012.

GUERRA, A. M. C. Quando um crime surpreende o sujeito: a psicanálise na política de defesa social. In: MOREIRA, J. O.; GUERRA, A. M. C.; SOARES, J. M. P. (Org.). *A psicanálise nas instituições públicas: saúde mental, assistência e defesa social*. Curitiba: CRV, v. 1, p. 91-106, 2010.

GUERRA, A. M. C.; BARROS, F. O. ; GARCIA, C. Como viver junto? Fronteiras e territórios. *Curinga*, Belo Horizonte, v. 25, p. 33-37, 2007.

- GUERRA, A. M. C. Pensando o compromisso social da Psicologia: concepção de homem e seus fundamentos éticos no campo das teorias psicossociais. *Revista de Psicologia Plural*, v. 18, p. 19-28, 2003.
- GUERRA, A. M. C.; DINIZ, Betânia; MOREIRA, J. O. O social na clínica e a clínica no social: sutilezas de uma prática. In: Andréa Máris Campos Guerra; Betânia Diniz Gonçalves, Jacqueline de Oliveira Moreira. (Org.). *Clínica e Inclusão Social: novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção*. 1ed. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002a.
- GUERRA, A. M. C. “Uma intercorrência política na clínica”. In: Andréa Máris Campos Guerra; Betânia Diniz Gonçalves; Jacqueline de Oliveira Moreira. (Org.). *Clínica e Inclusão Social: novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002b.
- GUERRA, A. M. C. “Clínica do silêncio e as novas políticas de inclusão”. In: GUERRA, A.M.C.; GONÇALVES, B.D. e MOREIRA, J. O. (Org.). *Clínica e Inclusão Social: novos arranjos subjetivos e novas formas de intervenção*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002c.
- GUERRA, A. M. C. A lógica da clínica e a pesquisa em psicanálise: um estudo de caso. *Ágora*, Rio de Janeiro , v. 4, n. 1, Junho, 2001.
- GUIMARÃES, L. M. “Sobre a identificação”. In: BRASIL, FRICHTE, MAIA (orgs.). Belo Horizonte: Autêntica – Aleph, 1999.
- HOLCK, A. L. L., ALMEIRA, F., MARTINS, M., CISCATA, M., GROVA, T. Efeitos de interpretação no dispositivo coletivo com crianças no Digaí-Maré. *Latusa*, Rio de Janeiro, n 12, p. 247-151, 2007.
- JORGE, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*. Rio do Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- JORGE, M. A. C., FERREIRA, N. *Lacan: o grande freudiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- JIMENEZ, STELLA. “O Cartel”. In: JIMENEZ, STELLA (org.) *O Cartel: conceito e funcionamento da Escola de Lacan*. Rio de Janeiro, 1994.
- JULIEN, P. *Psicose, perversão e neurose: a leitura de Jacques Lacan*. Rio de

Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

KAËS, R. *Um singular plural: A psicanálise à prova do grupo*. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. “Problemas metodológicos do trabalho psicanalítico em situação de grupo”.
In: _____. *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

_____. (1999) *Les théories psychanalytiques du groupe*. Paris: Presses universitaires de France, 2004.

_____. “A negatividade: problemática geral”. *Psicologia USP*, Brasil, v. 14, n. 1, p. 21-36, jan. 2003.

_____. *O grupo e o sujeito do grupo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

KEHL, M. R. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

_____. “Existe a função fraterna?” In: KEHL, M. R. (org.). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

KOLTAL, Caterina. *Totem e Tabu: Um mito freudiano*. Rio de. Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LACAN, J. (1974-1975) O Seminário – Livro 22. *R.S.I.* (inédito) Edição não comercial.

_____. (1959-1970) O Seminário – Livro 7: *A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

_____. (1960-1961) O Seminário – 8: *A transferência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

_____. (1957-1958) O Seminário 5: *As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. (1971) “Ato de fundação”. In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge

Zahar, 2003.

_____. (1972-1973). O Seminário, livro 20: *Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

_____. (1971). “Do mito forjado por Freud”. In: _____. O Seminário, Livro 18: De um discurso que não fosse semblante. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. (1954-1955). O Seminário, Livro 1: *O Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____. (1953/2005) “O simbólico, o imaginário e o real”. In: _____. Nomes-do-pai. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2005.

_____. (1953/2010) *O mito individual do neurótico*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2010.

_____. (1966/1998) “Do sujeito enfim em questão”. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 229-237.

_____. (1964a/1998) “A excomunhão”. In: Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1964b/1998) “A presença do analista”. In: Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1964c/1998) “Da interpretação à Transferência”. In: _____. Seminário 11: Os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. (1964d/1998). “Posição do inconsciente no Congresso de Bonneval”. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998

_____. (1969-1970). O Seminário, livro 17: *O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. (1967) “Proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola”. In: *Outros Escritos*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003,

- _____. (1967a/2003) "O ato psicanalítico", In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1967b/2003). "O engano do Sujeito Suposto Saber". In: _____. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1958) "A direção do tratamento e os princípios do seu poder". In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1953) "Função e campo da fala e da linguagem". In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1949/1966). "O estágio do espelho como formador da função do Eu". In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1945/1966) "O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada". In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1946/1966) "Formulações sobre a causalidade psíquica". In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LALANDE, A. Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LANE, S. "O processo grupal". In: LANE, S. T. M & CODO, W. (orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- LAPLANCHE, J. ; PONTALIS, J. -B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LARA JUNIOR, NADIR; RIBEIRO, CYNARA TEIXEIRA. Intervenções psicossociais em comunidades: contribuições da psicanálise. In: *Psicol. Soc.*, Florianópolis , v. 21, n. 1, abr. 2009 .
- LAURENT. E O analista cidadão. *Curinga*, EBP: Belo Horizonte, n 13, 2009a.
- _____. O delírio da normalidade. In: VIEIRA, M. A.; MANDIL, R. A clínica analítica

hoje: sintoma e laço social – IV Encontro Americano de Psicanálise aplicada de orientação lacaniana. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2009b.

_____. “O que Melanie sabia”. In: _____. *Versões da clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LEBRUN, G. *O que é poder?* São Paulo: Brasilense, 1984.

LEBRUN, J. P. *A clínica da Instituição: o que a psicanálise pode contribuir à vida coletiva*. São Paulo: CMC Editora, 2000.

LEWIN. K. *Problemas de dinâmicas de grupo*. São Paulo: Cultrix, 1973.

LOPES, ROSA GUEDES. A psicanálise é o que reintroduz o Nome do pai na consideração científica: O que isso significa nos primeiro e segundo ensinamentos de Lacan?. *Psicol. rev.*, Belo Horizonte , v. 15, n. 2, ago. 2009 .

MANTOVANI, A. A guerra e os grupos: um encontro entre Bion e Lacan. *Rev. SPAGESP*, Ribeirão Preto , v. 7, n. 2, dez. 2006 .

MARX, K. (1848) *Manifesto comunista*. Boitempo Editorial São Paulo, 2007.

MELLO FILHO, J. Histórico e evolução da psicoterapia de grupo. In: MELLO FILHO, J. (org.) *Grupo e corpo: psicoterapia com pacientes somáticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MEZAN, R. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

MILLER, J.-A. *Perspectivas dos Escritos e Outro Escritos de Lacan: entre desejo e gozo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

_____. Teoria de Turim: sobre o sujeito da Escola. *Latusa: de onde vêm os analistas*, Rio de Janeiro, EBP-RJ, n. 6, p. 217-232, 2001.

_____. “Psicoterapia e Psicanálise”. In: _____. *Psicanálise ou Psicoterapia*. São Paulo: Papirus, 1997a.

_____. *Lacan elucidado: palestras no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b.

MILNER, J. C. *Os nomes indistintos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, v. 4, ed. 1, 2004a.

_____. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, v. 3, ed. 1, 2004b.

MORESCO, M. B. "Del significante y su circulación em El discurso grupal". In: O'Donnel, P. (org.) *El análisis freudiano de grupo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1984.

MORETTO, M. L. T. *O que pode um analista no hospital?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

_____. *O psicanalista num programa de transplante de fígado: a experiência do "outro em si"*. 2006. 262 f. Dissertação (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

NERI, C. *Manual de psicoanálisis de grupo*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1995.

NOMINÉ, B. A Transmissão da psicanálise. *Livro Zero*, número 3, pp. 223-233, 2012.

OGILVIE, B. *Lacan: a formação do conceito de sujeito (1932-1949)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

OURY, J. *O Coletivo*. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

PARKER, I. Teoria social lacaniana e prática clínica. Belo Horizonte: *Psicologia & Sociedade*; 14 (2): 48-73; jul./dez.,2002.

PELBART, P. P. Elementos para uma cartografia da grupalidade. In: SAADI, F.; GARCIA, S. (orgs.). *Próximo Ato: questões da teatralidade contemporânea*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

- PEREZ, L. M. F. “Qual é a lógica do tempo?”. In: Jorge, Marco Antônio Coutinho. *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2006.
- PERROT, M. “Outrora, em outro lugar”. In: Perrot, Michelle (org.) *História da vida privada IV: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PESSOA, S. S. *Reflexões sobre grupos e um estudo de caso utilizando o dispositivo do cartel*. 2008. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.
- PICHON-RIVIÈRE, E. (1965) *O Processo grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- POMMIER, G. *Freud apolítico?* Porto Alegre: Artes médicas, 1989.
- PINTO, F. C. *Grupo Mix: um campo de linguagem para a circulação da heterogeneidade*. 2009. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.
- PONTALIS, J. B. (1963). *A psicanálise após Freud*. RJ: Vozes, 1972.
- PORGE, E. (1998) *Psicanálise e Tempo: o tempo lógico de Lacan*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1998.
- QUINET, A. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- _____. *As 4 +1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- RAMOS, C. “Uma pessoa curada numa sociedade doente?” In: CARONE, I. *Psicanálise fim de século*. São Paulo: Hacker, 1998.
- RIBEIRO, P. C.; VITTA, A. R. O manejo da identificação imaginária em grupos de psicóticos. *Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 653-663, dez., 2007.
- RINALDI, D. “Entre o sujeito e o cidadão: psicanálise ou psicoterapia no campo da saúde mental?” In: ALBERTI, S.; FIGUEIREDO, A. c. (orgs.). *Psicanálise e*

saúde mental: uma aposta. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2006.

RODRIGUES, H. B. C. "Sobre as histórias das práticas grupais: explorações quanto a um intrincado problema". In: MANCEBO, D. & JACÓ-VILELA, A.M. (org.) *Psicologia Social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2004.

SAFATLE, V. P. *A paixão do negativo: Lacan e dialética*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. *Cinismo e falência da crítica*, São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *Grande Hotel Abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. "Sobre a potência do inumano: retornar à crítica ao humanismo". In: NOVAES, A. (org.) *A condição humana: as aventuras do homem em tempos de mutação*. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

_____. Espelhos sem imagens: Mimeses e reconhecimento em Lacan e Adorno. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 28, n. 2, 2005.

SALES, L. S. Psicanálise lacaniana e estruturalismo: a condução do desejo como função pura a um plano transcendental. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 20, n. 4, Dec. 2009.

_____. Posição do estágio do espelho na teoria lacaniana do imaginário. *Rev. Dep. Psicol.*, UFF, Niterói, v. 17, n. 1, Junho 2005.

SILVA, C. A. *Teorias de grupo em pauta: Contribuições ao campo educacional*. 2000. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.

SILVA JUNIOR, N. Metodologia Psicopatológica e ética em Psicanálise. O princípio da alteridade hermética. In: *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 3 (2): 1999.

_____. Who's there?: A desconstrução do intérprete segundo a situação psicanalítica. *Ide*, São Paulo, v. 30, n. 44, jun. 2007.

- SILVA JUNIOR, N.; FERRAZ, F. C. O psicodiagnóstico entre as incompatibilidades de seus instrumentos e as promessas de uma metodologia psicopatológica. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 12, n. 1, 2001.
- STEVENS, A. A clínica psicanalítica em uma instituição para crianças. In: *Estilos da Clínica: revista sobre a infância com problemas*. Ano 1. N 1, IPUSP, São Paulo, 2º sem. P. 58-67, 1996.
- TARRAB, M. A. A identificação ao grupo ou bem dizer o insuportável, Rio de Janeiro, *Latusa*, 6, 2001.
- TIUSSI, C. C. Grupo em educação terapêutica com crianças: alcance e limites de um dispositivo. 2012. 144 f. Dissertação de Mestrado, instituto de psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2012.
- TROBAS, G. “Do Grupo ao Cartel, do Líder ao Mais-Um”. In: JIMENEZ, STELLA (org.) *O Cartel: conceito e funcionamento da Escola de Lacan*. Rio de Janeiro, 1994.
- VEGH, I. As intervenções do analista. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.
- VERNANT, J-P. “El individuo en La ciudad”. In: VERNANT, J-P. *Sobre el individuo*. Barcelona: Paidós, 1990.
- VIOLA, D. T. D.; VORCARO, Â. M. R. A formulação do *objeto* a partir da teorização lacaniana acerca da angústia. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza , v. 9, n. 3, set. 2009.
- VORCARO, Â. M. R. Entre real, simbólico e imaginário: Leituras do autismo. In: *Psicol. Argum.* abr./jun., 28(61), 147-157, 2010.
- WACHSBERGER, H. “Função das entrevistas preliminares”. In: *Clínica lacaniana: casos clínicos do campo freudiano*. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1989.
- ZIMMERMAN, D. “Temas de grupalidade: a pluralidade dos espelhos”. In: ARCANJO, C. M. A.; NAVES, M.B. *A pluralidade dos espelhos: potencial e realização no trabalho com grupos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.